



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PDGS – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

**LIGIA MARGARIDA GOMES DE JESUS**

**GANHADEIRAS E ZUNGUEIRAS:**  
**AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO EM REDE SALVADOR E LUANDA**

**Salvador**

**2014**

**LIGIA MARGARIDA GOMES DE JESUS**

**GANHADEIRAS E ZUNGUEIRAS:  
AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO EM REDE NO BRASIL E ANGOLA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabete Santos  
Co-orientadora: Renata Alvarez Rossi

Salvador

2014

Escola de Administração - UFBA

J58Jesus, Ligia Margarida Gomes de.

Ganhadeiras e zungueiras: autonomia e participação em rede em Salvador e Luanda / Ligia Margarida Gomes de Jesus. – 2014.  
143f.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabete Santos.

Co-orientadora: Renata Alvarez Rossi.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2015.

1. Mulheres – Participação política – Salvador (BA). 2. Mulheres - Participação política – Luanda (Angola). 3. Mulheres – Integração social. 4. Estudo comparado. 5. Políticas públicas. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 361.6

**LIGIA MARGARIDA GOMES DE JESUS**

**GANHADEIRAS E ZUNGUEIRAS:  
AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO EM REDE EM SALVADOR E  
LUANDA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia.

**Banca Examinadora**

---

Maria Elisabete Pereira dos Santos  
Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas São  
Paulo  
(UNICAMP)  
Universidade Federal da Bahia

---

Renata Alvarez Rossi – Co-Orientadora  
Doutorando em Administração pela Universidade Federal da Bahia  
Universidade Federal da Bahia

---

Tania Moura Benevides  
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia  
Universidade Federal da Bahia

---

Fabya dos Reis Santos  
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Campina Grande  
Paraíba  
Universidade Federal de Campina Grande

Salvador, 19 de setembro de 2014.

## AGRADECIMENTOS

Na vida, vivemos histórias cheias de emoção, tristezas e esperanças e, assim, sonhamos.

Sonhamos sonhos possíveis e outros que julgamos impossíveis, mas talvez seja só um julgamento da impossibilidade diante das histórias de vida que, para algumas mulheres, são cheias de tristes emoções e poucas esperanças.

O desafio é vencer os sonhos que julgamos impossíveis, torná-los possíveis e compartilhados.

Desta forma, deixo aqui um agradecimento sincero às pessoas que contribuíram para que a minha história de vida ganhasse este capítulo, sonhado, julgado impossível e hoje realizado.

Por tudo isto, compartilho com a família e os amigos, os de perto e os de longe, este momento de tanto significado na minha vida.

Correndo o risco de deixar de mencionar algumas pessoas que estiveram comigo ao longo da caminhada, deixo o registro, com profundo agradecimento a todos.

A Deus, senhor da vida, que me permitiu uma trajetória com dificuldades e vitórias, mas, em todos os momentos, esteve presente para ajudar na retomada da esperança.

À minha família nuclear e estendida, que dão sentido à caminhada. À minha mãe, D. Emerita, que, na sua sobriedade, dá exemplo de resistência, força e bons princípios de fé, amor honestidade e solidariedade.

Às minhas filhas, Karine e Claudia, companheiras e amigas, que estimulam, contribuem e motivam meu caminhar.

Aos irmãos, irmã, primos, tios, sobrinhos e, que muito contribuíram na concretização deste sonho, com a força familiar.

Às companheiras de luta por melhores condições de vida para as mulheres da

periferia. Em Salvador; a Raimunda Oliveira, Edna Pinho, Janete Suzart, Ângela Raymunda, Valda França, Daiane Batista. Em Luanda, a Maria João e Madalena Zullini, que nos conduziram nos espaços onde as mulheres fazem a vida acontecer, dando orgulho da nossa ancestralidade que se transformam em força e resistência.

À minha orientadora, Dr<sup>a</sup>. Elizabete Santos, que, desde o início, acolheu e conduziu com maestria as dúvidas e incertezas que se transformaram em um trabalho consistente e significativo.

À professora Renata Alvarez Rossi, minha co-orientadora, que colaborou de forma significativa para o avanço deste trabalho.

À Universidade Federal da Bahia, CIAGS<sup>1</sup> que, a cada dia, vem se constituindo num espaço de formação intelectual de profissionais éticos e competentes no campo da gestão social.

Ao Dr. Camilo Afonso, adido cultural da casa de Angola que acolheu a proposta de Residência Social em Angola, informando e dando luz a caminhos que nos levou a alcançar os objetivos.

Ao Dr. Raimundo Lima que contribuiu de forma significativa para que pudéssemos estar em Luanda e realizar o trabalho de observação das Zungueiras no seu dia a dia.

Finalmente, às mulheres que formam as redes em defesa do direito de participar e que se dedicam à luta contra as desigualdades sociais.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram para este trabalho. Espero que, de alguma forma, o esforço coletivo sirva para dar maior visibilidade à necessidade de se criarem melhor condições para a atuação das mulheres no espaço público e consolidação da sua autonomia.

---

<sup>1</sup> CIAGS - Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social.

*Sou forte, sou guerreira,  
Tenho nas veias sangue de ancestrais.  
Levo a vida num ritmo de poema-canção,  
Mesmo que haja versos assimétricos,  
Mesmo que rabisquem, às vezes,  
A poesia do meu ser,  
Mesmo assim, tenho este mantra em meu coração:  
“Nunca me verás caída ao chão.”*

Esmeralda Ribeiro

Jesus. L. M. G. *Ganhadeiras e Zungueiras: autonomia e participação em rede em Salvador e Luanda*. 93f. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social – Escola de Administração – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a participação das mulheres da Rede de Mulheres pelo Fortalecimento do Controle Social das Políticas Públicas – Salvador/ Bahia e da Rede de Desenvolvimento para o Gênero em Luanda. Tem como objetivo identificar e propor ferramentas de intervenção para potencializar o monitoramento da implementação das políticas de promoção da autonomia, previstas no III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (III PNPM) e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Trata-se de discutir, nas referidas experiências, a seguinte questão: quais ferramentas de intervenção são utilizadas e podem potencializar a participação delas no monitoramento da implementação das políticas de autonomia previstas no III PNPM e nos ODM? Discute-se a hipótese de que o trabalho desenvolvido em REDES constitui uma ferramenta para a potencialização das ações de acompanhamento das políticas públicas de gênero. As experiências escolhidas se justificam pela tradição de atuação e organização das mulheres negras, que, nesta pesquisa, denominamos de Ganhadeiras, em Salvador, e Zungueiras, em Luanda. Historicamente, elas se unem e se articulam para encontrar estratégias de resistência e sobrevivência diante do sistema político-administrativo das cidades que insistem em deixá-las à parte do espaço público. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação; os instrumentos de pesquisa: a observação participante, entrevistas semidirigidas e registros fotográficos. Os resultados alcançados apontaram que, para participar no monitoramento de implementação de políticas públicas, as mulheres enfrentam como problemas principais: a falta de autonomia econômica; problemas na forma de comunicação interna e externa; restrições no acesso a informações e conflitos intrapessoais e interpessoais, que interferem na harmonia do grupo. Diante disso, propusemos uma Tecnologia de Gestão Social (TGS), que acreditamos poder contribuir para superar as dificuldades identificadas, com possibilidades de expandir as ações e estratégias propostas para outros contextos com características semelhantes, potencializando o trabalho em REDE.

**Palavras-chave:** Mulheres. Participação. Autonomia. Rede.

Jesus. L. M. G. *Ganhadeiras e Zungueiras: autonomia e participação em rede em Salvador e Luanda*. 93f. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social – Escola de Administração – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

## ABSTRACT

This research aims to study the participation of women in the Women's Network for the Social Control of Public Policy Strengthening - Salvador / Bahia and Development Network for Gender in Luanda. It aims at identifying and proposing intervention tools to enhance the monitoring of the implementation of policies that promote women's autonomy, preceded by the III National Plan of Policies for Women (PNPM III) and the Millennium Development Goals (MDGs). The following question is being discussed: what tools are used for intervention and can leverage women's participation in monitoring the implementation of autonomy policies as preceded in III PNPM and MGGs? We discuss the hypothesis that the work on networks provides a tool for the enhancement of the actions of monitoring of public policies on gender. The selected network experiments were chosen for their tradition in political action and organization of black women, which, in this research, we call Ganhadeiras, in Salvador, and Zungueiras in Luanda. Historically, they unite to articulate strategies of resistance and survival in the political-administrative system of the cities that insist on leaving them out of public space and decisions. The methodology used was action research and the research tools were: participant observation, semi-structured interviews, and photographic records. The results obtained showed that in order to participate in monitoring the implementation of public policies women face major problems: lack of economic autonomy; problems in the form of internal and external communication; restrictions on access to information; and intrapersonal and interpersonal conflicts that interfere with the harmony of the group. Therefore, we proposed a Social Management Technology Tool (TGS), which we believe can contribute to help overcome the difficulties identified, with possibilities to expand the actions and proposed strategies to other contexts with similar features, leveraging the work of women's networks.

**Keywords:** Women. Participation. Autonomy. Network.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 PARTICIPAÇÃO, AUTONOMIA E REDE - FUNDAMENTOS DE UMA TRAJETÓRIA RUMO À CIDADANIA.....</b>	<b>19</b>
1.1 PARTICIPAÇÃO: SUBSTRATO DE CIDADANIA.....	19
1.2 AUTONOMIA: PRINCIPAIS CONCEITOS.....	28
1.3 REDES: ESTRATÉGIAS PARA UMA ATUAÇÃO SOCIAL INTEGRADA, RELACIONAL E SISTÊMICA.....	30
<b>2 UM OLHAR ENTRE OS NÓS DA ATUAÇÃO CIDADÃ: DAS GANHADEIRAS E ZUNGUEIRAS.....</b>	<b>33</b>
<b>3 GANHADEIRAS E ZUNGUEIRAS: UM COTIDIANO COM MATIZES IDENTITÁRIAS ENTRE SALVADOR E LUANDA.....</b>	<b>42</b>
3.1 UMA IMERSÃO NAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DAS MULHERES DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR E PERIFERIA DE LUANDA.....	42
3.2 PARTICIPAÇÃO EM REDE: UM DESAFIO RELACIONAL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA.....	54
3.3 FATOS E FATORES QUE DIFICULTAM A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES DE PERIFERIA NA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.....	61
3.3.1 Autonomia Econômica.....	63
3.3.2 Sobre Comunicação.....	68
3.3.3 Acesso à Informação.....	73
3.3.4 Os Conflitos Intergrupais e Interpessoais.....	77
3.4 TECENDO A REDE ANCESTRAL ENTRE GANHADEIRAS E ZUNGUEIRAS NUMA PONTE BRASIL-SALVADOR E ANGOLA- LUANDA.....	79
3.5 REDES: UMA NOVA, VELHA FORMA DE CONQUISTAR ESPAÇOS: A TECNOLOGIA SOCIAL –TGS.....	83
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
<b>5 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>93</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>98</b>

## INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, a partir das ações desenvolvidas em organizações sociais que discutem equidade de gênero e garantia de direitos para as mulheres, foi possível compreender a importância dos diversos trabalhos e ações que buscam agregar pessoas para realizar exercícios que visam alcançar benefícios comuns para as mulheres. Essas organizações têm como princípio orientador o desenvolvimento de trabalhos de forma cooperativa e beneficiamento mútuo.

No correr dos anos, compreende-se que, para alcançar resultados significativos, existem fatores individuais e coletivos a serem refletidos e identificados e, outros a serem enfrentados e conquistados. Uma das conquistas almejadas dentro dos grupos é a autonomia que se torna elemento norteador dos trabalhos voltados para a inserção das mulheres nos diversos espaços sociais e políticos da sociedade brasileira. Em muitas discussões realizadas pelas organizações com os grupos de mulheres de diversos segmentos sociais, autonomia significava pensar em renda, em gerir a sua própria vida. Acreditava-se, no entanto, que, ao adquirir renda, considerando o entendimento de que renda, são recursos econômicos, resultado de um processo laboral, onde a força de trabalho é trocada por moeda local, os demais problemas seriam resolvidos; porém constatou-se que ter renda, é apenas um fator dentre tantos outros ligados a questões de natureza social, política e cultural.

Identificamos, assim, que outro desafio a ser conquistado para alcançar a autonomia seria exercer o direito de participar ativamente da vida da cidade, ou seja, conceber o espaço público em todas as suas dimensões como espaço de exercício de cidadania. Afinal, considera-se o pressuposto de que a sociedade civil tem a tarefa de contribuir com o poder público na implantação de políticas públicas e que, para isto, são necessárias ferramentas de motivação e orientação que facilitem aos cidadãos e cidadãs atuarem na construção de uma sociedade mais igualitária.

Assim, a construção dessa caminhada possibilitou vislumbrar aberturas para alcançar as conquistas almejadas. Apesar da tarefa ser árdua, os fatores adversos exigiram muito esforço para serem ultrapassados, necessitava a identificação dos fatores desafiadores para posterior, a construção de estratégias para enfrentá-los e

eliminá-los, definitivamente. A convicção que, de forma coletiva, avançava-se mais, criou a base das relações estabelecidas que alimentava as vontades individuais que se transformava em força coletiva. Assim, a certeza de que algumas organizações poderiam potencializar o capital social das suas comunidades, desenvolvendo e realizando ações que envolvessem as mulheres e orientando as mesmas para o bem comum individual e coletivo, tornou-se o sustentáculo das estratégias utilizadas por grande parte delas. Entretanto, para que isto ocorresse, seria necessário a ampliação de procedimentos e estratégias que contribuíssem para a superação das dificuldades internas e externas com vistas à união e ao fortalecimento do grupo.

Neste percurso de construção da ação, constituiriasse como arcabouço inicial o delineamento da trajetória política que daria subsídios para a identificação de estratégias de consolidação da autonomia das mulheres e, conseqüentemente, das organizações onde atuam, potencializando a ação cidadã e a efetiva participação na *res pública* (coisa pública) e, desta forma, contribuindo para melhorar a vida das pessoas que fazem a sociedade ser um organismo social vivo, pulsante e atuante, onde todos os indivíduos devem ser tratados com igualdade, exercendo sua cidadania num espaço democrático.

Assim, neste entendimento, democracia deve ser entendida como a associação de condições institucionais, sociais e individuais onde cada cidadão seja um participante livre e ativo da vida pública que compreende o espaço público como aquele no qual se constrói coletivamente o fazer da cidade e onde este se expressa através da soberania popular (COUTINHO, 1999). O desafio para mulheres que vivem em situação de desigualdade social<sup>1</sup> é a compreensão do exercício da *soberania popular*, refletindo problemas comuns e discutindo a necessidade de identificar instrumentos que contribuam para a busca de soluções, como o trabalho em REDE, compreendido como sendo ações conjuntas que visam um objetivo comum acreditando que este pode ser um dos meios de fortalecimento da ação cidadã.

---

<sup>1</sup> Desigualdade social, consideramos como um fenômeno presente na sociedade, fruto do acúmulo de bens econômicos, nas mãos de uma minoria, gerando desdobramento de outras desigualdades que atingem a harmonia do bem viver social

Com reflexões pautadas nesta vivência, cresce a necessidade de aprofundar estudos que possam contribuir para melhorar a atuação cidadã das mulheres de periferia que atuam coletivamente. Assim, esse trabalho de pesquisa tem como objeto de estudo a participação das mulheres da Rede de Mulheres pelo Fortalecimento do Controle Social das Políticas Públicas – Salvador/Bahia – e da Rede de Desenvolvimento para o Gênero, em Luanda e, tem como objetivo identificar e propor ferramentas que possam potencializar o monitoramento da implementação das políticas de promoção de participação e autonomia previstas no III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (III PNPM) e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Para alcançar esse objetivo, percorremos uma trajetória norteada nos seguintes objetivos específicos: discutir o conceito de participação, autonomia e redes; caracterizar a realidade socioeconômica das mulheres do Subúrbio Ferroviário de Salvador e da periferia de Luanda; analisar as experiências de participação das mulheres que atuam em rede no Subúrbio Ferroviário de Salvador e na periferia de Luanda, em Angola; analisar as proposições do III PNPM e dos ODM no que tange as políticas públicas voltadas para a autonomia econômica das mulheres; construir subsídios teóricos e práticos através da formulação de uma Tecnologia de Gestão Social (TGS) para potencializar a participação das mulheres em contextos com características e problemas similares.

Busca-se responder, com a realização desta pesquisa, a seguinte questão: quais ferramentas de intervenção podem potencializar a participação e fomentar a autonomia das mulheres da Rede de Mulheres pelo Fortalecimento do Controle Social das Políticas Públicas – Salvador/Bahia – e da Rede de Desenvolvimento para o Gênero, em Luanda, no monitoramento da implementação das políticas de autonomia previstas no III PNPM e nos ODM? Discutiremos a proposição de que: mulheres organizadas em redes contribui para a interconexão de organizações que tem objetivos similares, podendo ser o caminho capaz de potencializar a participação destas no espaço público. Esta perspectiva é construída sob a crença de que contribuirá na busca por autonomia, ajudando as mulheres a superar as limitações impostas por um sistema social excludente que penaliza as classes mais desfavorecidas com o afastamento da vida política da cidade e, justificado pela

urgência de atender as suas necessidades básicas, aliadas a outros fatores como: a falta de autonomia econômica; dificuldades na forma de comunicação interna e externa, que gera problemas no grupo, restrições no acesso e socialização de informações e, por último, os conflitos intrapessoais e interpessoais, que influenciam na estabilidade e harmonia do grupo estabelecido nas Redes.

As mulheres do subúrbio, que compõem a Rede de Mulheres pelo Fortalecimento do Controle Social das Políticas Públicas - fórum instituído para acompanhar e monitorar a implementação das políticas públicas - têm em comum com a Rede de Desenvolvimento do Gênero em Angola - coletivo que atua para dar visibilidade aos problemas das mulheres luandenses - o fato de lutarem por benefícios coletivos e, assim, interferirem e participarem no modo como as políticas públicas, resultado de conferências, seminários e outros encontros da sociedade civil com o poder público, são implementadas e causam impacto junto às mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social, que anseiam e precisam de ações para melhorar a qualidade de vida nas suas comunidades.

Outro fator comum é que estes coletivos são formados por mulheres moradoras da periferia de grandes centros urbanos, Salvador e Luanda, em sua grande maioria ou quase totalidade, é composta por mulheres negras, chefes de lares, que lutam diariamente para suprir as necessidades básicas da família. Aliado às questões mencionadas, pode-se também elencar outro fator, que são as baixas condições sociais em que elas vivem, salientando-se a ausência de equipamentos de apoio e suporte ao desenvolvimento deste grupo historicamente discriminado.

Durante a apresentação deste trabalho, quando nos referirmos à Rede de Mulheres pelo Fortalecimento do Controle Social das Políticas Públicas de Salvador, utilizaremos a referência Rede de Mulheres do Subúrbio; e quando falarmos da Rede para Desenvolvimento do Gênero - RDG em Luanda, mencionaremos Rede de Mulheres de Luanda.

A pesquisa nos conduziu a direcionar nosso olhar para pensar na importância de identificar os processos históricos que unem mulheres batalhadoras, com maneiras tão parecidas de viver a vida, que vivem em países diferentes, mas com um cotidiano tão semelhante. Desta forma, fizemos uma imersão na história. No

Brasil, entre os séculos XVIII e XIX, encontramos as Ganhadeiras, mulheres que, exploradas pelos senhores, pagavam com a força de trabalho o direito de viverem dignamente, ao tempo em que ganhavam o seu sustento e o da sua família. Hoje, com outras denominações, mas exercendo papel social igual ou muito semelhante, elas continuam no *ganho*, lutando pela sobrevivência (SOARES, 2012). Nas ruas de Luanda, encontram-se mulheres em situação socioeconômica semelhante, comercializando diversos tipos de produtos, alguns, produzidos na zona rural; outros frutos da invasão capitalista, em cujo espaço produtos oriundos da China são uma constante. Elas carregam seus filhos junto ao corpo, zungando, ou seja, trabalhando para conseguir o seu sustento e o de sua família, essas são as mulheres Zungueiras.

Ganhadeiras e Zungueiras<sup>2</sup> são exemplos de mulheres oriundas de uma raiz ancestral comum, hoje, dispersas em várias partes do mundo como parte importante da *Diaspora Africana*, as quais constroem diariamente um processo de resistência e sobrevivência, trabalhando em busca de autonomia para garantir o direito de viver e conviver nos espaços públicos, de modo que estes se constituíssem no lugar de pertencimento delas e ali pudessem viver dignamente.

Dagnino (2005) discute a necessidade de participação da sociedade, afirmando que não se pode mais admitir uma sociedade civil como mera colaboradora da política, mas que ela é a parte importante e determinante no fazer da política pública. O desafio se constitui em trilhar caminhos que possam consolidar claramente esta participação, mesmo diante de todos os percalços que as desigualdades sociais impõem, dentre elas as questões raciais, de gênero e classe.

Refletindo acerca dos estudos de teóricos que exaltam a necessidade de uma atuação proativa da sociedade civil, durante aproximadamente quinze meses, atuamos nas ações desenvolvidas pela Rede de Mulheres pelo Fortalecimento do Controle Social das Políticas Públicas, fórum que atua no Subúrbio Ferroviário e bairros da periferia de Salvador, composto por representação de organizações

---

<sup>2</sup> O termo Ganhadeiras e Zungueiras significa, mulheres que trabalham na informalidade, atuando como ambulantes no comércio de rua. Ganhadeiras eram negras escravizadas que viviam em Salvador, no século XIX oriundas dos países Africanos e continuam até hoje no comércio informal. Zungueiras é uma terminologia utilizando em Luanda para caracterizar mulheres que comercializam produtos no comércio informal.

singulares que militam na defesa da igualdade de gênero, autonomia e uma maior participação das mulheres nos espaços públicos, com um olhar mais sensível às questões apresentadas pelas mulheres.

Aos elementos estudados na periferia de Salvador e considerados fatores como gênero, raça e condições socioeconômicas, agregaram-se as observações feitas durante o período de um mês da Residência Social- RS<sup>3</sup>, realizada em Angola/Luanda, quando vivenciamos intensamente o modo de atuação da Rede de Mulheres de Luanda, intitulada Rede para o Desenvolvimento do Gênero - R.D.G, que compõe a Rede de Combate à Pobreza local. Vale ressaltar que, o contato e as trocas não se limitaram ao mês de RS, agregou-se a ela outras formas de comunicação não presencial, utilizando as trocas pela internet, num processo de enriquecimento das nossas observações.

O percurso nos levou a considerar, neste trabalho, a necessidade de discutirmos três conceitos fundamentais: o de participação considerando as discussões de autores como DAGNINO (1994, 2004 e 2005), COUTINHO (1999) e LISBOA (2007). Ao lado desse conceito, estudamos o significado de autonomia, tendo como referência os trabalhos de SOARES (2011), FARIA (2011) e LAGARDE (1996). O outro conceito analisado foi o de Rede e a teoria de nova morfologia social da sociedade, difusão da lógica de redes, informação e comunicação, defendida por CASTELLS (1999) e PORTUGAL (2007).

Para dar corpo a proposta e melhor fundamentar essa reflexão, imergimos na realidade socioeconômica das mulheres dos bairros; Periperi, Plataforma, Escada, Praia Grande, Lobato, Paripe, Pirajá, Coutos do Subúrbio Ferroviário de Salvador e da periferia de Luanda, mais especificamente do bairro de Cazenga – Hoji Ya Henda. Nessas regiões, identificamos a existência de inúmeras dificuldades, quais sejam: acesso a informações, ausência de equipamentos sociais, como creches e

---

3 A Residência Social – RS – é uma atividade obrigatória que integra a estrutura curricular do Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social – PDGS – da Universidade Federal da Bahia. Propõe a imersão do estudante em contextos sociopráticos relacionados com o campo da gestão social e o desenvolvimento social de territórios, bem como seu tema específico de estudo, que sejam diferentes dos seus contextos habituais de ação, de forma a promover um tipo especial de aprendizagem situada e significativa.

escolas em tempo integral, postos de saúde funcionando com deficiência, transporte público de baixa qualidade, ausência de escolas profissionalizantes, que impedem uma maior participação das mulheres na busca por ocupar o espaço público, exercer o direito de cidadã e viver a cidade de modo livre. Tais fatos evidenciaram que um projeto político democrático participativo necessita de investimentos sociais significativos que tenham como foco a igualdade de direitos entre homens e mulheres, fazendo enfrentamento a uma lógica perversa baseada em fatores excludentes que as colocam em situação de desigualdade em termos econômicos, políticos e sociais.

Nas reuniões e atividades realizadas pela Rede das Mulheres pelo Fortalecimento do Controle Social das Políticas Públicas, utilizamos a observação participante, entrevistas semiestruturada, registros fotográficos, entrevista individual e coletiva, como instrumento de pesquisa. Nesses fóruns, tivemos a oportunidade de vivenciar e examinar, *in loco*, as experiências da atuação de mulheres que se reúnem em busca de fortalecimento mútuo, nos fóruns ou coletivos denominados REDES. A mesma estratégia foi utilizada durante a Residência Social, quando mantivemos contato e participamos de reuniões com a Rede para Desenvolvimento do Gênero (R.D.G.) de Mulheres em Angola/Luanda.

Posteriormente a esta ação, analisamos minuciosamente as proposições do III PNPM e do ODM, particularmente os capítulos 1 e 5 e o 3º objetivo, respectivamente. De modo especial eles referenciam às políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero, participação e autonomia das mulheres, englobando aspectos econômicos, políticos e sociais, apresentando metas e ações para sua efetiva implementação. Por fim, relacionamos seus desdobramentos e resultados nas experiências analisadas.

Após as leituras e análises dos conceitos que embasam este trabalho, organizamos o material coletado durante as atividades realizadas nos dois espaços de estudo. Muitos foram os pontos de convergência e similaridades entre os problemas sofridos por mulheres, sobretudo pelas mulheres negras, cuja responsabilidade pela sua vida e pela vida dos seus filhos e familiares exige esforço significativo, dadas as condições sociais econômicas e culturais onde vivem. Constatamos que as Ganhadeiras, no Brasil, e as Zungueiras, em Angola/Luanda,

lutam igualmente por objetivos semelhantes: direito a viver com dignidade, usando a força do seu trabalho e, assim, sobreviverem junto com a sua família; direito a viver sem violência; serem tratadas com equidade social, tendo liberdade para expressarem seus sentimentos e serem livres para construir vínculos e relações de cooperação no lugar onde se identificam e onde acontecem seus encontros com as pessoas e com o mundo.

Foi neste ambiente de imersão no mundo destas mulheres que identificamos elementos capazes de potencializar a atuação delas em Rede, bem como possibilidades de reaplicação deste conhecimento em outros contextos de características semelhantes. Como resultado da pesquisa, das discussões, escuta e identificação dos anseios e desejos do grupo, construiu-se, de modo participativo, uma Tecnologia de Gestão Social – TGS – que pode contribuir para estimular a autonomia e empoderamento das mulheres, potencializando a sua participação no monitoramento da aplicação dos recursos públicos e, conseqüentemente, uma maior ocupação do espaço público.

Assim, chegamos à TGS - guia de orientação como ferramenta para potencializar a participação das mulheres em rede, denominado *Guia de Orientação: Ganhadeiras e Zungueiras: Construindo Cidadania em Rede*<sup>4</sup>. O conteúdo deste guia está voltado para desenvolver procedimentos coletivos de participação, que possam contribuir para a superação dos entraves identificados, fomentando, assim, uma maior discussão sobre a implementação de políticas públicas, particularmente aquelas voltadas à autonomia das mulheres, que incluem a divisão de recursos públicos destinados a promover a igualdade, estimulando a geração de renda e a maior inserção das mulheres na vida social e política. Espera-se que este guia fomente atividades que possibilite a construção de autonomia em todas as suas dimensões, baseada nos princípios de solidariedade, cooperação, autonomia e participação em Rede.

A TGS que foi proposta ajusta-se ao momento contemporâneo, que exige participação e proatividade social, para que as políticas públicas cumpram o seu papel, uma vez que cresce a cada momento o interesse pelo fortalecimento de um

---

<sup>4</sup> Este guia é fruto do resultado desta pesquisa.

projeto democrático por meio do qual a sociedade e o poder público possam, conjuntamente, atuar de forma a valorizar a participação das mulheres através da aplicação mais justa dos recursos públicos e, conseqüentemente, na redução das desigualdades sociais. Milani (2008, p. 552) constata que

[...] fomentar a participação dos diferentes atores políticos e criar uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as políticas públicas são, hoje, peças essenciais nos discursos de qualquer política pública (auto) considerada progressista. (MILANI, 2008, p. 552).

Nas considerações finais, é apresentada uma reflexão sobre os resultados da pesquisa, onde aponta-se a necessidade prioritária de mobilização social no sentido de aumentar as possibilidades práticas de uma participação mais efetiva das mulheres negras, maioria comprovada nos espaços estudados, que necessitam do apoio e compromisso de toda sociedade para que se efetive a democracia participativa, expressão do desenvolvimento e da soberania de um povo.

Finalmente, reconhecemos que os estudos realizados nesta dissertação, possibilitou a identificação de diversas possibilidades para o empoderamento da mulher, trabalhando-se de forma coletiva e atando os bons nós, através das Redes. Desse modo, os esforços do grupo podem se transformar em estratégias de fortalecimento direcionadas a uma maior participação e construção em Rede de intervenções sociais que possibilite a equidade social entre homens e mulheres.

## 1. PARTICIPAÇÃO, AUTONOMIA E REDE – FUNDAMENTOS DE UMA TRAJETÓRIA RUMO À CIDADANIA.

Neste capítulo, apresentamos o estudo e a análise dos conceitos de participação, autonomia e rede, baseados em teorias e estudos realizados por pesquisadores e estudiosos do tema. Com isto, identificamos fatores que consideramos úteis na interpretação dos elementos encontrados durante a pesquisa.

### 1.1 *Participação: substrato de cidadania*

Esta pesquisa foi realizada num contexto cuja participação da sociedade civil na construção do destino da cidade e da ocupação do espaço público é necessária para que os princípios democráticos e de cidadania sejam uma realidade, tendo como parâmetro a necessidade de implementação de um projeto político cidadão participativo. No entanto, ainda existe uma longa caminhada a ser feita, para alcance desta meta de ampliação da democracia, na essencial da palavra.

Para Dagnino (2004), a Constituição de 1988 confere à sociedade civil a responsabilidade de ser um ator fundamental no processo democrático, sendo essa uma conquista dos movimentos sociais quando da demolida do regime militar. Entretanto, a atuação dos movimentos sociais ao longo dos anos vem se deparando com inúmeras dificuldades para estar e se manter no espaço público e contribuir para a construção de uma cidade ou uma sociedade mais igualitária, constituindo-se, assim, num grande desafio à participação ativa dos sujeitos que formam a sociedade.

No dia a dia, ocorrem entraves de naturezas diversas, que impedem a caminhada da sociedade na direção de modelos mais inclusivos e democráticos, sendo assim fundamental a compreensão dos fatores que dificultam a operacionalização de ações que resultem na conquista de bens sociais e coletivos. A pretensão de construir um projeto de participação democrática tem ganhado força em parcela considerável da população e, nesse contexto, as mulheres negras,

situadas nas menores faixas de renda têm, cada vez mais, assumido um papel relevante na construção de um projeto alicerçado nos princípios democrático e participativo.

O projeto democrático participativo tem o seu contraponto no projeto neoliberal, com seus princípios de redução da presença do estado na promoção de diversos serviços e direitos. Um dos desafios impostos à sociedade é a compreensão e a avaliação destes dois projetos políticos: de cunho participativo e outro de implantação de um estado diminuído em sua participação na promoção dos direitos - seus princípios, suas prioridades e para quem de fato eles operam (DAGNINO, 2004). Nesse sentido, a autora argumenta que o enfrentamento destes dois projetos, o neoliberal e o democrático participativo, exige uma sociedade ativa, participante, cônica dos subscritos nas linhas dos seus programas e planejamentos que formam as suas diretrizes e princípios.

A autora menciona a confluência perversa e o fato de que o estado ausente-se do seu papel, atribuindo à sociedade a responsabilidade de implementar ações que deveriam ser garantidas a todos, alertando para a importância de discussão, análise e compreensão deste fator, como essencial para uma participação mais ativa e, conseqüentemente, uma democracia mais inclusiva na qual a participação seja uma condição inquestionável no exercício da cidadania.

Além do enfrentamento entre projetos políticos distintos, o neoliberalismo tem provocado o que Martins (1997) chama de “uma nova desigualdade social”, que se caracteriza, basicamente, por criar uma sociedade dupla, como se fossem dois mundos, duas “humanidades”: de um lado, os integrados no circuito produtivo, de outro, uma sub-humanidade constituída pelos excluídos dos avanços do capitalismo emergente. É neste ponto que a dimensão de gênero e raça ganha relevo para além das desigualdades de classe.

Neste contexto de desigualdades entre os gêneros, alargado quando o relacionamos com mulheres negras, nos reportamos ao conceito de cidadania de Coutinho (1999), quando aponta para um processo histórico de construção, com mudanças constantes ao longo do processo, indicando as classes mais desfavorecidas como aquelas que, essencialmente, provocam estes fenômenos

sociais. O autor recorda que foi na Grécia Clássica, nos séculos V e IV a.C., onde primeiro se teorizou e praticou a democracia, processo que exige participação intensa de toda sociedade. Nessa época, já eram excluídos alguns grupos sociais que formavam a maioria da população, dentre eles, as mulheres, os escravos e os estrangeiros.

Na contemporaneidade, em se tratando das mulheres, pouca coisa mudou. Embora sejam maioria em termos numéricos, elas continuam com pouco espaço e condição para o exercício de cidadania, sendo assim, a identificação de estratégias que potencializem a sua participação, é um fator essencial para alterar a situação que já atravessam vários séculos. Assim,

O gênero feminino é aquele que mais trabalha; recebe menor retribuição pessoal por seu trabalho; enfrenta mais impedimentos e limitações para alcançar riqueza social; possui mais carências, enfrenta mais privações e satisfaz em menor medida suas necessidades vitais (LAGARDE, 1996, p.170).

Na trilha de análise das condições de vida das mulheres, deparamo-nos com a argumentação de que as mulheres foram concebidas para realizar determinados tipos de trabalhos, como cuidar da casa, dos filhos e dos idosos, naturalizando a ocupação da mulher no espaço privado; para o homem, foram reservados trabalhos fora de casa, ou seja, ele é o provedor, aquele que produz. Assim, este seu trabalho é valorizado de forma desigual em relação ao trabalho desenvolvido pela mulher, dito reprodutivo e, assim, com menor valor (FARIAS, 2011).

Atualmente, diante da realidade contemporânea, as mulheres assumem cada vez mais tarefas denominadas produtivas. Elas estão diariamente no mercado de trabalho, formal ou informal. A essas atividades se somam as tarefas reprodutivas, o que eleva, de maneira significativa, as suas atribuições diárias. No interior dos lares, as divisões das tarefas continuam sendo feitas com base em fatos que não justificam a sobrecarga das mulheres, afinal as responsabilidades de manutenção precisam ser assumidas, por todos que formam a família, baseadas na equidade, deixando para trás, os resquícios de exploração da mulher. Nestes contextos, predomina a concepção histórica de que alguns trabalhos são “coisa de mulher”, naturalizando, assim, a injusta divisão sexual do trabalho (FARIAS,2011).

São muitos os fatores que dificultam o empoderamento das mulheres, entre os fatores de limitação de acesso das mulheres aos bens sociais e políticos, entendido, em medida, como a sua inclusão nos espaços de poder, por exemplo. Lisboa (2007) considera que as mulheres compõem um percentual elevado de pessoas pobres no mundo e que o empobrecimento das mulheres se dá devido à injustiça social imposta pela radicalização do empobrecimento, em cujo contexto homens e mulheres recebem tratamento desigual. Este fato se reproduz no mundo do trabalho, onde as diferenças de oportunidades econômicas e sociais são marcantes, cujas raízes históricas teimam em permanecer, apesar da luta empreendida pelos movimentos feministas.

Como resultado da política neoliberal, muitos problemas são potencializados com privatizações de serviços, redução da presença do estado nas comunidades e o acirramento entre capital e trabalho. Considerando os problemas das comunidades mais desfavorecidas, onde a mulher, em sua maioria, é a responsável pela família, temos o empobrecimento de gênero centrado no feminino e, conseqüentemente, um estreitamento da participação social deste grupo nas questões ligadas ao empoderamento social. Segundo Lisboa (2007), estes fatores, dentre outros, dificultam o desenvolvimento, sobretudo das mulheres limitadas a uma atuação no espaço privado, com sobrecarga de trabalho, desdobrando-se em outras formas de privação, inclusive a de atuar e participar intensamente da vida social.

Lisboa (2007), citando Friedmann (1996) afirma que o empoderamento permite às unidades familiares ou aos indivíduos que dela participam aumentarem a sua condição de cidadania de forma mais eficaz, apontando o empoderamento social, o político e o psicológico como alicerces do desenvolvimento. Continuando, afirma que a articulação entre estes três poderes aumenta o potencial produtivo da mulher e se isto ocorre aliado a outras mulheres, forma-se então uma Rede “empowering” com potencial para engendrar mudanças sociais valorosas. Desse modo, a autora afirma que:

As mulheres que trabalham com outras mulheres em cooperativas de produção, movimentos políticos ou grupos de apoio mútuo podem alcançar muito mais resultados do que uma mulher trabalhando só. Redes e organizações – a ação coletiva – tendem a reforçar o processo de

empoderamento social, psicológico e político das mulheres (LISBOA, 2007, p. 642).

As mulheres pobres são vítimas de uma exclusão perversa e sequencial. A elas são negadas as possibilidades de ascensão social. Diante das péssimas condições socioeconômicas em que vivem, lutam por autonomia para decidir os caminhos da sua vida como um direito inalienável. No entanto, o dia-a-dia mostra o quanto é difícil ascender ao poder em qualquer nível de vida, desta forma, falta-lhes o poder social que, segundo Friedman (1996), é uma das condições de empoderamento da mulher, podendo lhes acrescentar condições de participar ativamente da política, configurando o poder político, mas este também lhes é negado, pois não encontram condições de participar das decisões que definem as políticas públicas nem os destinos da cidade; não têm voz, e a ação coletiva está enfraquecida. Diante das desigualdades, as fragilidades se transformam em baixa autoestima, afetando, por extensão, o poder psicológico, o qual interfere diretamente na motivação e bem-estar da mulher, a qual passa a desempenhar um papel secundário num processo no qual deveria ser a figura principal (FRIEDMAN, 1996).

Assim, empoderamento requer autonomia plena para participar e ter como decidir os caminhos que irão trilhar na vida, situação longe de ser alcançada por elas. A relação entre autonomia e participação é uma condição fundamental para o exercício da cidadania.

É neste contexto de lutas das mulheres por garantia de direitos e igualdade entre os gêneros que surge o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres- PNPM como resultado da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres realizada em 2004, convocada, coordenada e articulada pela recém-criada Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, inaugurando assim um novo caminho na luta por garantia de direitos. Vale ressaltar que neste documento as mulheres negras e da zona rural tem um papel de destaque no processo de mobilização. Hoje se encontra em vigor o III PNPM que, ao longo do tempo, passou por avaliações e, conseqüentemente, adaptou-se as demandas que foram surgindo. No entanto ressaltamos que este documento é considerado como uma referência importante quando trata-se de discutir a participação de mulheres no espaço público

e privado e, aprofundar as questões ligadas a promoção de autonomia das mulheres.

O III PNPM é uma ferramenta que contribui com os parâmetros democráticos. Nele pode-se analisar os sete princípios orientadores das suas ações que reafirma o compromisso nacional em implementar mudanças que possam dar as mulheres melhores condições de vida, no qual destaco dois princípios que utilizamos com maior incidência nesta pesquisa: da autonomia que fala das ações que permeiam as dimensões da vida e da participação que indica a “participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas (PNPM 2013-2015 p 9,10).

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) constitui um marco no processo de consolidação e amadurecimento das políticas para as mulheres. Fruto de diálogo permanente entre governo e sociedade civil, esse instrumento reforça o princípio de que em um Estado plenamente democrático, a condição da participação social, sobretudo das mulheres, é constitutiva de todas as fases do ciclo das políticas públicas<sup>5</sup>.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, documento assinado pelo Brasil em conjunto com vários outros países, trata sobre a necessidade de empreender ações para diminuir a desigualdade social entre elas, a promoção de equidade social entre homens e mulheres, no seu 3 Objetivo promulga: “Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”. ODM, 2007, p 51. Os dois documentos, PNPM / ODM, preveem ações imediatas que possam efetivamente contribuir para se escrever novos caminhos neste processo de fortalecimento da cidadania das mulheres.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) surgem da Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 191 estados membros, no dia 8 de setembro de 2000. Criada pelo esforço para sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais ao longo dos anos 90 (sobre meio-ambiente e desenvolvimento, direitos das mulheres, desenvolvimento social, racismo etc.), a Declaração traz uma série de compromissos concretos que, se cumpridos nos

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://spm.gov.br>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

prazos fixados, segundo os indicadores quantitativos que os acompanham, deverão melhorar o destino da humanidade neste século. (PNUD 2014).

São oito os objetivos definidos pelos países envolvidos, dentre eles, Brasil e Angola. Destacamos aqui o terceiro objetivo: igualdade entre os gêneros e autonomia das mulheres para acompanhamento e monitoramento de avanços que possam significar ampliação de espaço para as mulheres.

A superação dos problemas enfrentados pelas mulheres negras de periferia passa fundamentalmente pela conscientização de que cada uma delas constitui um potencial social capaz de monitorar e acompanhar as políticas públicas e ser agente multiplicador para o seu grupo quando trabalham de forma aliada, com o objetivo de enfrentar a desigualdade e a pobreza, usando seus recursos sociais, econômicos e políticos para influenciar as ações do estado na divisão dos recursos públicos (LISBOA, 2007).

Ainda discutindo o empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas, Lisboa (2007) afirma que as políticas de desenvolvimento convencionais não têm observado a importância e necessidade de incluir na discussão a perspectiva de gênero. A exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão e, em especial, das mulheres negras e moradoras da periferia das grandes cidades e, conseqüente das regiões metropolitanas, é resultado de uma série de fatores, incluindo os de classe, sexistas e também racistas, que vêm se perpetuando ao longo do tempo.

Podemos, sem dúvida, assegurar que as mulheres são as maiores vítimas do modo como a sociedade trata seus diferentes gêneros, seja na área social, educacional ou política, tratando-se das mulheres negras, o problema ganha proporções assustadoras. Quando se analisa a distribuição da população entre os sexos, as mulheres têm ligeira vantagem, correspondendo a 51,3% da população; mulheres brancas e negras representam 52,5% e 50,2% de seus respectivos grupos raciais (IBGE, 2009). As mulheres estudam mais que os homens, no entanto, estes dados numéricos não refletem vantagem no mercado de trabalho, pois as mulheres recebem menos que homens trabalhando nas mesmas funções e ocupam os piores postos, além de terem menos chances de conseguir trabalho. Em 2008, cerca de

57,6% das brasileiras eram consideradas economicamente ativas, frente a 80,5% dos homens. Em 2010, as mulheres nos espaços de poder e decisão ficaram com cerca de 13,6% dos assentos no Senado, 8,7% na Câmara dos Deputados e 11,6% no total das Assembléias Legislativas<sup>6</sup>.

Às mulheres, de modo geral, foram atribuídas responsabilidades e afazeres que lhes restringem o tempo para uma maior participação nos espaços públicos. Esses fatores, determinados pela forma de organização da sociedade, impõem que permaneçam no espaço privado, ocupando-se do cuidar da família, seja trabalhando para mantê-las ou cuidando dos filhos e dos mais velhos, permanecendo ausentes de uma participação mais ativa no espaço público. As questões apontadas ganham projeção se essa reflexão tiver como foco as mulheres negras das periferias dos centros urbanos e das suas periferias.

Considerando todas as atividades desenvolvidas pelas mulheres, no lar e fora dele, podemos afirmar que na relação do trabalho, remunerado e não remunerado, homens e mulheres se relacionam de modo bem diferenciado; as mulheres têm um tempo mais “estruturado” e mais “fragmentado”, o que lhe causa desvantagem no mundo do trabalho, e este fato repercute em suas outras relações. O aumento da participação feminina em atividades laborais fora do lar não tem sido suficiente para mudar o quadro de divisão de trabalho no seio das famílias (PERISTA, 2002).

Pesquisa do IPEA indica que quando se considera o trabalho doméstico nas famílias, realizados por homens, tem-se um percentual de cerca de 50% deles realizando essas ações. Quando a análise toma como referência as mulheres, o percentual vai para cerca de 90%. Ainda sobre a relação de tempo gasto pelas mulheres, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2009, indica que as mulheres utilizam uma média de 26,6 horas semanais realizando afazeres domésticos, enquanto os homens dedicam apenas 10,5 horas de um total de 100% das horas semanais.

Motivar as mulheres e criar as condições para que estejam organizadas e possam refletir sobre o modo como as questões sociais e políticas ocorrem e

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

interferem na sua e na vida da comunidade em que esta inserida pode contribuir para que as mesmas adotem uma nova postura diante da emergência da efetiva participação no monitoramento das políticas públicas e no acompanhamento dos recursos públicos, construindo, assim, um processo de conquista de autonomia nos diversos campos do sistema social.

No ano de 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu sete princípios voltados ao empoderamento da mulher como uma das ações do milênio para diminuir a pobreza no mundo. Segundo a ONU, cerca de 3 bilhões de pessoas vivem na linha da pobreza, sendo que destas, 70 % são mulheres e vivem em países subdesenvolvidos<sup>7</sup>.

Assim, as mulheres formam o maior universo de pessoas pobres, e essa constatação vem mobilizando cada vez mais a sociedade para que novas posturas sejam adotadas, no sentido de mudar o atual quadro. Nas comunidades desfavorecidas, onde as mulheres são maioria, seja em função de guerra civil, como aconteceu em Angola, ou por violência urbana, fruto das desigualdades sociais, como no Subúrbio Ferroviário de Salvador, falta uma maior atenção do estado para que sejam superados os índices de carência e pobreza que as atinge empurrando-as para a margem da sociedade, privando-as de exercer plenamente a sua cidadania.

Nestes espaços desfavoráveis, os homens, em sua maioria, afastam-se do lar, pelos mais diversos motivos, dentre eles o envolvimento no submundo do crime, que os vitima cada vez mais ou em busca de oportunidades de trabalho em espaços longe da família, deixando a responsabilidade de assistir e sustentar a família como parte das atribuições das mulheres. Desta forma, a luta diária das mulheres passa a se resumir em ter renda para o sustento da família. A autonomia passa a ser um sonho distante se considerarmos que a autonomia não significa apenas recursos para prover as suas necessidades básicas de alimentação, moradia e educação. Autonomia é ter direito a escolher livremente o que fazer, onde estar, desde que sejam assegurados direitos iguais e possibilidade de se conquistar,

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

através do esforço pessoal, uma vida digna, podendo-se usufruir de todos os espaços do lugar onde se vive (SOARES, 2011).

Esta menção nos permite inferir que é necessário observar especificidades presentes na periferia das grandes metrópoles; dentre elas, o fato de as mulheres serem as maiores responsáveis pelos filhos, pela manutenção da família e não contarem com instrumentos sociais de apoio básicos satisfatórios. Assim, a participação na construção de uma verdadeira democracia é uma necessidade que pode mudar o destino das pessoas, que vivem em situação de vulnerabilidade social.

## 1.2 *Autonomia: principais conceitos*

A autonomia feminina é uma questão importante a ser analisada. Soares (2011) faz uma reflexão sobre a autonomia plena das mulheres, considerada importante, na superação das diversas formas de violência e conquista da cidadania. Comumente, este fator é visto de modo fragmentado olhando-se apenas a questão econômica, no entanto, ela traz outras duas dimensões: a física e a de decisões. A econômica, mas discutida, diz respeito à capacidade da mulher de adquirir recursos econômicos, ou uma renda, conforme é comumente dito por elas. Já a física reflete a necessidade de a mulher decidir livremente sobre o que fazer com o seu corpo, de modo responsável e independente.

A autonomia, na esfera de decisões, significa compreender e transcender a esfera privada e atuar na esfera pública, entendendo a importância do atuar nos destinos da cidade e da sociedade. Além disso, a mulher precisa também gerir e controlar bens materiais e decidir sobre os recursos ativos da família, considerando o fato de que ela é hoje, mais do que nunca, um sujeito social que assume integralmente responsabilidades ou contribui efetivamente na composição da economia da família.

Farias (2011) refere-se à autonomia econômica das mulheres, alertando para o fato de que alguns elementos precisam ser observados, dentre eles, o fato das mulheres serem responsáveis pelo cuidado da família, incluindo os afazeres

domésticos, o cuidar de idosos (as) e crianças, como algo exclusivo do sexo feminino. Além disto, essas enfrentam dificuldade de acesso à renda e a inclusão no mercado de trabalho. Estes elementos interferem no seu empoderamento e desenvolvimento.

É justamente o princípio do “empoderamento” que distingue o paradigma do desenvolvimento humano dos outros tipos de desenvolvimento, porque “estar empoderado” significa que as pessoas estão em posição de exercer sua capacidade de escolher de acordo com seu próprio e livre desejo. Implica uma política democrática em que as pessoas podem influenciar nas decisões sobre suas próprias vidas. (LISBOA, 2007).

Na esteira do processo recente de discussão da democracia associada à autonomia e ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, reafirmamos que o III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM, 2012-2015) tem como responsabilidade alocar maiores investimentos no campo econômico e social, para diminuir as desigualdades no mundo do trabalho, e fomentar a discussão sobre a divisão sexual do trabalho, fato que dificulta o empoderamento da mulher e conseqüentemente sua autonomia. Na mesma direção, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM também visam implementar ações que possam diminuir a desigualdade entre homens e mulheres através do acesso justo ao mercado de trabalho.

Tanto o III PNPM nos seus capítulos 1 e 5 do e o ODM no seu 3º objetivo tratam respectivamente de: Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; do Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder. Esses dois temas são de grande relevância para o avanço da garantia de direitos e conquista de cidadania para as mulheres; desta forma, serão objeto de análise na TGS.

Através de uma participação ativa, fortalecida pela união de esforços de toda a sociedade, com um objetivo comum, é possível mudar o percurso deste processo de exclusão e sobrecarga das mulheres conferindo-lhes mais autonomia. A sociedade tem papel preponderante neste contexto quando se pretende identificar formas de atuação nas quais os *nós sociais* possam ser identificados, fortalecidos ou

redefinidos e, assim, seja possível compreender a nova configuração social e a necessidade de se trabalhar de modo compartilhado, ou seja, a sociedade em rede, sendo este o desafio da sociedade moderna.

A autonomia econômica, é um dos pontos básicos e essenciais para que a democracia ganhe contornos firmes e bem definidos. De acordo com Soares (2011) as outras dimensões física e de decisões, alia-se a econômica compondo um elemento fundamental para empoderamento da mulher, consolidando a equidade social, através da participação ativa e efetiva, da sociedade civil nos destinos da construção da cidadania pulsante e atuante.

### *1.3 Redes: Estratégias para uma atuação social integrada, relacional e sistêmica*

Colonomos (1995, *apud* ACIOLI, 2007) afirma que, em Ciências Sociais, a Rede pode ser definida como um conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores e também entre os próprios atores. Designa, ainda, os movimentos pouco institucionalizados, reunindo indivíduos ou grupos numa associação cujos limites são variáveis e sujeitos a reinterpretações. Para a Antropologia Social, a noção de redes sociais busca apoiar “a análise e descrição daqueles processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias” (BARNES, 1987, p.163 *apud* ACIOLI, 2007). Acioli (2007) define: “redes são estruturas abertas com possibilidade de expansão ilimitada, desde que os novos nós compartilhem os mesmos códigos de comunicação” (ACIOLI, 2007).

Para Casteells (2005), “rede é um conjunto de nós interconectados que constituem a nova morfologia social de nossas sociedades”. Ele considera que a expansão e difusão da lógica de atuação em redes modificam de modo substancial a operacionalização de ações, interferindo nos resultados dos processos de participação e de experiência de poder.

Milani (2008), discutindo a importância do capital social presente nas comunidades, afirma que este é resultado de uma equação formada por três fatores: confiabilidade, redes e instituições, as quais, juntas, geram ações coletivas, podendo, assim, fomentar a participação dos diferentes atores políticos e criando

uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as políticas públicas. Estes, segundo a autora, são fatores essenciais nos discursos de uma política pública que possa ser considerada progressista.

Para Portugal (2007), as redes são estruturas relacionais que visam ao bem-estar, que estão naturalmente presentes na vida das pessoas em diversos espaços. Nesta perspectiva, para as mulheres conquistarem direitos, se torna um diferencial importante para a organização coletiva das mesmas e busca de estratégias de mobilização e de organização. Para a autora, as redes mantêm um diálogo próximo de capital social, definindo esta sua proximidade como algo intrínseco e parte do processo de desenvolvimento da sociedade contemporânea. O trabalho em rede possibilita uma ação coletiva que qualifica a participação dos sujeitos sociais nos diversos movimentos que a sociedade vem fazendo na direção de mudar a forma de atuação e execução das políticas públicas, contribuindo, assim, para o fortalecimento da democracia participativa.

Neste contexto, refletir sobre o empoderamento, sobretudo o das mulheres, é condição indiscutível para ressignificar *nós* que travam a discussão sobre equidade social, avanço no processo de pertencimento da cidade, com monitoramento das políticas públicas:

Significa a descentralização do poder de tal forma que a governabilidade seja trazida na porta de cada pessoa. Significa que todos os membros da sociedade civil, particularmente as organizações não governamentais, participem de fato da tarefa de tomar e implementar decisões (MAHBUBULHAQ *apud* LAGARDE, 1996, p.111).

Autonomia, participação e rede constituem a tríade deste trabalho, dentre elas, considera-se existir uma relação indissociável, pois, para que as mulheres tenham autonomia, é necessário que haja valorização e respeito à sua condição de cidadã. Isso implica a necessidade de uma nova forma de pensar as políticas de gênero e o papel de cada indivíduo na sociedade, redefinindo formas de distribuir atribuições no espaço público e no privado.

Para se alcançarem avanços, fazem-se necessárias intervenções propositivas nas discussões relativas a benefícios individuais e coletivos, participando dos

espaços de poder. Coutinho (1999) defende que a soberania do povo é a principal ferramenta para a consolidação da democracia que precisa ser fortalecida com ações da sociedade civil de forma mais enfática. Para dar sentido e motivação a uma crescente participação, é fundamental que as pessoas disponham das mínimas condições, ou seja, de autonomia econômica, social e política.

Por último, conforme Portugal (2014), o trabalho em rede possibilita avanços mais fortalecidos, pois nele são colocados esforços de muitas mãos, dando um significado e força cuja possibilidade de fortalecer é muito maior, tendo predisposição a organização das envolvidas. Assim, a autonomia é elemento fundamental e necessário para uma participação mais responsável e democrática, num processo que é, sobretudo, de uma sociedade cuja aspiração coletiva do “Nós” que se sobrepõe ao “Eu”.

## 2 UM OLHAR ENTRE OS NÓS DA ATUAÇÃO CIDADÃ: GANHADEIRAS E ZUNGUEIRAS

Neste capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada para proceder à pesquisa. Em seguida, são descritos o processo de interação com os grupos estudados e as técnicas utilizadas para desenvolver o trabalho em todo seu percurso.

O trabalho de pesquisa aqui realizado se fundamenta na

[...] pesquisa-ação [...] um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (THIOLLENT, 1985, p.14).

O conceito de Thiollent representa e contempla a situação vivenciada na pesquisa realizada, por meio da qual se buscou adentrar no universo feminino, local para compreender o modo como ocorrem vivências, limitações, dificuldades e resiliências – dificuldades econômicas encontradas a todo instante naquele lugar de pertencimento sociocultural. São características passíveis de serem identificadas com certa facilidade durante as entrevistas realizadas, quando a relação de cooperação e participação entre quem observava, na qualidade de pesquisadora, e as participantes flui com muita leveza.

A metodologia utilizada, portanto, é de natureza qualitativa. Foram realizadas 15 quinze entrevistas semiestruturadas, sendo 10 com mulheres da Rede do Subúrbio, em Salvador, e 5 da Rede de Luanda, conforme roteiro no anexo; a observação participante, incluindo registro fotográfico, gravações de depoimentos, análise contextualizada do universo social, econômico, cultural e político, concentrando a atenção no modo como as mulheres que fazem parte da REDE se articulam em diversos espaços, seja nas reuniões do grupo ou em atividades envolvendo público diferenciado, nas quais ocorrem as discussões ampliadas sobre políticas públicas, sua implantação e implementação. Assim, a trajetória da pesquisa

envolveu cenários repletos de situações únicas e dinâmicas que fazem parte do dia-a-dia das mulheres da periferia de Salvador e de Luanda.

Observando as orientações éticas que norteiam as pesquisas, foram informados às pessoas que participaram do processo os objetivos que se pretendia alcançar com o trabalho. Apresentamos o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE –, que foi devidamente analisado e assinado pelas mulheres que participaram dos momentos de coleta de dados.

Dando prosseguimento, concentrou-se a atenção no modo como as mulheres que fazem parte da Rede de mulheres pelo Fortalecimento do Controle Social de Políticas Públicas de Salvador e da Rede para Desenvolvimento de Gênero em Luanda se articulam para vencer as dificuldades de participação nos diferentes espaços que frequentam, quer nas reuniões do grupo ou em atividade com público diferenciado, quando se dão as discussões sobre políticas públicas, sua implantação e implementação. Do mesmo modo, ficamos atentas às potencialidades que elas possuem e utilizam na superação dos seus problemas, afirmando o processo de resiliências. Assim, o trajeto envolveu cenários repletos de situações únicas e dinâmicas que fazem parte do dia-a-dia das mulheres da periferia de Salvador e de Luanda.

Nos campos de pesquisa, tivemos a oportunidade de conhecer as organizações a partir de conversas com as representações dos respectivos grupos.

[...] Falar da Rede de Mulheres, esta é a forma resumida de falar, pois o nome é cumprindo, é falar de uma necessidade que nós, mulheres daqui, temos, de andar juntas, uma amparando e ajudando a outra, formando um feixe que é difícil de quebrar, pois já fazíamos muita coisa na comunidade, de modo isolado, cada uma por si. Nos encontrávamos em seminários, oficinas, encontros, hoje nós reunimos nossas forças, e o resultado tem sido cada vez melhor. Costumamos dizer que fazemos política social. E, realmente, é assim. Fazemos uma política forte, que causa impacto, só faltam alguns pontos de ajuste para chegarmos até lá... [...] Olha, eu sou feliz por estar aqui, com as companheiras tentando mudar o rumo da nossa história, que não tem sido nada fácil para nós, da periferia. (M. G. G. P - membro da rede de Mulheres de Salvador - 2013).

O depoimento acima, feito por uma das mulheres que formam a Rede de Mulheres do Subúrbio, durante uma entrevista, foi impactante. Diante do contexto e

da forma muito simples como ela resume um processo complexo que é a inter-relação humana, acreditamos que o depoimento retrata os sentidos e os sentimentos dela, “os pontos de ajustes” referidos, identificamos com clareza no percurso da pesquisa e traremos aqui durante a apresentação deste documento.

O que as entrevistadas retratam pode ser comparado às conclusões de pesquisadores do assunto, como Portugal (2007, p.11), que menciona a comunidade pessoal, referindo-se ao fato de que as pessoas podem estar unidas, formando “laços de companheirismo e entre ajuda – laços de comunidade – que ultrapassam os limites dos territórios geográficos de vizinhança”.

A Rede de Mulheres do Subúrbio é uma organização formada por associações que atuam no Subúrbio Ferroviário, localizado na periferia de Salvador. Surgiu em 15 de janeiro de 2011, quando realizaram a primeira reunião por iniciativa de mulheres que desejavam acompanhar os resultados da luta que vinham desenvolvendo ao longo dos anos, em prol de mais cidadania e garantia de direitos.

A Rede tem o propósito de discutir e acompanhar as políticas públicas. Atualmente é formada por quinze organizações administradas por mulheres que visam, sobretudo, o acompanhamento das políticas ligadas à área de saúde, educação e direitos humanos, para garantir direitos. Discutem também questões relacionadas à raça e gênero. Para a maioria das representantes desta rede, a autonomia é uma necessidade fundamental para qualquer indivíduo. Adotam um sistema de coordenação colegiada, no qual todas as organizações estão representadas na comissão e, bianualmente, a coordenação é assumida por uma organização, realizando assim a mudança de representação, bem como o compartilhamento da gestão.

O foco de atuação da REDE é o Subúrbio Ferroviário e bairros da periferia de Salvador, locais de maior ausência e abandono do poder público e de maior dificuldade de acesso da população aos serviços públicos de qualidade. A Rede de Mulheres apresenta-se como espaço de exercício da cidadania, que amplia os conteúdos democráticos e podem ter um papel de assegurar maior agilidade nos compromissos estabelecidos pelos governantes com a sociedade, através do monitoramento e acompanhamento das políticas pautadas em instrumentos legais a

exemplo do III PNPM e do ODM.

Assim, realizamos 10 entrevistas individuais; participamos de 5 reuniões, com o objetivo específico de observação na Rede de Mulheres do Subúrbio. A Rede adota um sistema de reunião itinerante, sempre no segundo sábado de cada mês. Desta forma, estivemos presente em em diversas reuniões que ocorreram nos bairros de Periperi, Escada, Plataforma, Lobato, São Tome de Paripe, localizados na cidade de Salvador, no período de 01 de agosto de 2012 a dezembro de 2013 nos meses de abril, maio, junho, julho e agosto de 2013, respectivamente, realizando as entrevistas. As reuniões da REDE são orientadas por uma pauta com informes e discussão das ações desenvolvidas nas comunidades pelas organizações que compõe a Rede, estando presentes no encontro representações indicadas para representar o grupo em diferentes espaços de poder, a exemplo dos conselhos de direito, que socializam informações e finalizam sempre com o item o que ocorrer.

Em reunião itinerantes, que ocorreram na sede de uma das organizações que fazem parte da Rede - a Associação Renascer Mulher, em Periperi - a fala da coordenadora ressaltava a importância das reuniões para criar sentimento de pertencimento com o trabalho. Assim, solicitava que as companheiras fizessem -o máximo, no sentido de não faltarem. Continuando a sua apresentação, a coordenadora foi clara indicando o objetivo dos encontros: criar/estreitar laços entre as representantes das organizações, além de discutirem estratégias de intervenção junto ao poder público e para a melhoria da participação das mulheres na implementação das políticas públicas. Normalmente, a associação que recebe o grupo, prepara o espaço de acolhimento, o lanche para o grupo, é responsável pela produção do relatório, bem como pela disseminação das informações passadas na reunião às suas participantes através da comunicação via e-mail.

Em outro momento - a reunião foi realizada na sede do Espaço Sofia, no bairro de Escada onde ocorreu a discussão sobre o PNPM com a presença da Secretária de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia - Sra. Lucia Barbosa e, representante da Superintendência de Políticas para as Mulheres de Salvador. As participantes elaboraram diversas questões, realizando muitas arguições, sendo um dos pontos mais discutidos, o capítulo que aborda sobre autonomia econômica, incluindo a questão das creches que se tornou, um dos equipamentos mais

mencionados pelas mulheres pelo fato da sua ausência impactar de forma significativa, no desenvolvimento delas que são mães e chefas de família e, precisam contar com lugares seguros onde possam confiar a orientação dos filhos menores. Neste encontro, ocorreu a formalização de um compromisso entre as instituições governamentais presentes e a Rede de Mulheres do Subúrbio.

Em reunião no bairro de Plataforma, na organização Sankofa, as mulheres participantes da reunião discutiram o envio de documento para a ouvidoria do Estado e do Município da Bahia com o objetivo de solicitar maiores explicações sobre a implementação do PNPM. Decidiram Também que iriam ter representação no conselho municipal e fizeram indicação do nome de uma das participantes, E. O. P., para concorrer a uma vaga no Conselho Municipal da Mulher que, após algumas argumentações, aceitou a responsabilidade.

Foi com um sentimento de que os espaços comunitários se constituem em fonte de conhecimento popular, que servem de fonte de sabedoria para grandes estudos nas diversas áreas, que fomos a Angola realizar a Residência Social. Lá, tivemos oportunidade de conhecer outro campo de observação, ou também intitulado como campo de resistência popular. Foi neste clima de curiosidade que chegamos a Luanda e conhecemos a Rede de Desenvolvimento de Gênero - RDG, ou Rede de Mulheres de Luanda, conforme convencionado neste trabalho.

Fomos apresentadas à coordenadora, uma mulher negra de fala forte, que conta uma história pessoal de superação durante a guerra civil vivida pelo seu país. Foi relatado também que a Rede de Desenvolvimento de Gênero - RDG, em Luanda, surgiu pela necessidade de ajudar as mulheres luandenses a superar os problemas sociais que a guerra deixou: “[...] nos reunimos e fomos à luta [...]. Isto já vem de anos, mas continuamos firmes. Afinal, separadas, podemos pouco; mas, juntas, podemos muito mais”.

A Rede de Desenvolvimento de Gênero, em Luanda, discute o tema de gênero inserida na Rede Urbana de Luta Contra Pobreza de Luanda (RULCPL), considerado como um consórcio das redes das organizações da sociedade civil dos municípios suburbanos de Luanda, com destaque para os municípios de Cazenga, Cacucaco, Sambizanga, KilambaKiaxi, Viana e Rangel. A discussão básica desta

organização visa acompanhar os problemas de diversas naturezas ligados ao social, promovendo formação para o acompanhamento da implementação das políticas públicas.

Neste contexto, a RDG<sup>8</sup> tem como objetivo promover, no seio desta organização, uma abordagem sobre a diferença de tratamento dado a homens e mulheres, considerando que a população de Luanda é formada, majoritariamente, por mulheres, totalizando aproximadamente 67% da população. Nos municípios estudados, a carência de equipamentos sociais, que possam atender as necessidades das mulheres como postos de saúde, escolas ou creches onde possam deixar seus filhos e centros de assistência social é um fato alarmante. Praticamente não existem creches para atender a imensa demanda e o atendimento social é de baixa qualidade.

Permanecemos na capital de Angola por 30 dias, percorrendo, numa imersão completa, as ruas estreitas, de chão batido e sem saneamento básico. Mantivemos contato diário com as mulheres em encontros e reuniões promovidas pela RDG que tinham como objetivo discutir e encaminhar procedimentos para os problemas nos quais vivem inseridas.

Entrevistamos cinco mulheres que pertencem a RDG e atuam nas comunidades. Participamos de três encontros realizados pelo grupo, no bairro de Cazenga, local que abriga uma população muito grande e inúmeras organizações. O principal objetivo da atuação (ou do acompanhamento) foi conhecer a forma como as mulheres discutem a relação com o Estado e como desenvolvem alternativas para superação dos problemas que a comunidade administra no dia-a-dia. O estudo continuou após a residência, através das trocas de e-mails com a coordenadora da Rede e outra representante de mulheres que é membro do Conselho Nacional da Juventude - CNJ - de Angola.

Comparando com as condições de Salvador, na Bahia, a RDG atua num processo de assistência e acompanhamento das necessidades das mulheres que lutam diariamente para sustentar a família, que são muito semelhantes. Assim, mantém creches em diversos bairros, fazendo o papel do Estado, com pouco ou

---

<sup>8</sup> RDG - Rede de Desenvolvimento de Gênero.

nenhum apoio deste. Acompanham as questões relacionadas à saúde, inclusive os problemas relacionados à HIV-Sida e à devastação que a malária provoca. Discute também as políticas públicas junto com às organizações governamentais, numa tentativa de melhorar o atendimento dado às populações pobres, considerado deficiente frente a uma política de desigualdade, perceptível a olhos nus em cada rua e vielas que formam a periferia de Luanda.

Em relação ao perfil étnico/racial das mulheres que atuam nas redes estudadas, Rede de Mulheres do Subúrbio e Rede de Mulheres de Luanda, são em sua maioria mulheres negras. No Subúrbio Ferroviário de Salvador pode ser vista nos grupos, mulheres de epiderme negra, algumas pardas e, até mesmo aquelas onde os traços indígenas podem ser percebidos. Essas mulheres estão atuando e discutindo formas de melhorar a vida na comunidade. Em Luanda, a quase totalidade é de mulheres negras, no entanto os dois grupos além da semelhança étnica, mostram que possuem outras características comuns: a grande maioria são trabalhadoras informais, chefas de família, responsáveis diretas pela manutenção econômica da família. Com relação à escolaridade, 75% delas frequentam o ensino do primeiro grau ou possuem o ensino médio incompleto e 10% estão cursando ensino superior, inseridas nos cursos de assistente social, pedagogia ou áreas de humanas e, 15% estão fora da sala de aula. Estes números foram obtidos através de levantamento, realizado durante as observações nos grupos.

Para a coleta de dados e de informações, foram utilizadas as seguintes estratégias: leitura e análise de dados em literaturas disponíveis que tratam dos problemas relacionados ao tema da pesquisa, enfatizando as questões relacionadas a gênero, raça e classe; pesquisas em sites que disponibilizam informações socioeconômicas das mulheres em desvantagem econômica.

Na pesquisa de campo, Vergara (2009) nos aponta que a entrevista é o método mais utilizado nas pesquisas de campo. De acordo com a forma como é utilizada, enriquece as palavras ditas, com significados que podem ser inferidos nos gestos, no olhar, posturas corporais e várias outras interpretações.

Diante das condições com as quais se trabalhou nos dois campos de pesquisa, foram realizadas entrevistas individuais e coletivas de forma presencial.

Vergara (2008) menciona que o momento da entrevista presencial envolve a complexidade das realidades do entrevistado e do entrevistador, além de uma teia de outros fatores que envolvem a subjetividade e a objetividade dos envolvidos. Esses são elementos que, acreditamos, enriquecem a coleta das informações, deixando impressões de relevância para a construção do processo. As entrevistas foram gravadas com autorizações e em seguida, feita a audição e transcrição, a este fato aliou-se as anotações feitas durante o momento do trabalho e das observações realizadas.

Aliou-se a este processo a observação participante, procedendo a uma imersão nas atividades realizadas pelas organizações, no período de agosto de 2012 a dezembro de 2013 no Subúrbio Ferroviário – em Salvador/Bahia e, no período de 05 de janeiro a 06 de fevereiro de 2014, em Luanda, mas com intensidade suficiente para serem obtidas informações que muito contribuíram para a pesquisa, além dos diversos registros fotográficos. Vergara (2008) define a observação participante como aquela em que o pesquisador se insere no dia-a-dia do objeto estudado.

Todo o processo envolveu um trabalho denso, criterioso e participativo, tendo como foco a fala e a interpretação dos sujeitos participantes da investigação, numa visão holística de todo o entorno sociocultural no qual os sujeitos e suas ações se circunscreveram.

As oportunidades de coleta de dados ocorreram nas atividades da Rede de Mulheres do Subúrbio de forma sistemática, no segundo sábado de cada mês e em algumas atividades itinerantes nos bairros que formam o anel de envolvimento do processo. Outros momentos observados foram as ações ocorridas em audiências, reuniões com o legislativo e participação nos conselhos de direito.

Em Luanda, conforme já descrito em outro parágrafo, nos dedicamos exclusivamente às atividades de visita aos diferentes espaços e a participação em reuniões e oficinas, durante o período, isto nos oportunizou utilizar a percepção e a escuta das falas e movimentos para realizar observações que contribuíram para a compreender melhor a forma do trabalho que elas realizam, e como priorizam o sistema de redes, para suprir dificuldades bem específicas do seu contexto, como

espaço e condições mínimas de atuação.

Para proceder à análise, nos detivemos no processo analítico e interpretativo caracterizado por três fases: a exploratória, o trabalho de campo e a análise e tratamento do material recolhido. Segundo Minayo (2010), as fases não são excludentes, não se fecham, mas se complementam independente da ordem em que são utilizados. A autora lembra que todo conhecimento gera novas indagações.

Percorremos a seguinte trajetória:

- Leitura interpretativa das referências bibliográficas selecionadas com o objetivo de compreender as minúcias dos campos de estudo;
- Interpretação das entrevistas e dos subscritos contidos nelas, ou seja, o que objetivamente foi dito e tudo aquilo possível de ser acessado nos subdiscursos e subtextos durante o trabalho de campo; Vergara (2008) se refere à análise de discurso como um momento de imersão profunda no processo da escuta, sendo necessário analisar os aspectos verbais, não verbais e os para verbais, caracterizados pela pausa, entonação e outras posturas passíveis de serem percebidas através do olhar atento do pesquisador.
- Os elementos captados nas observações foram interpretados e compilados.
- Finalizando, realizou-se o exercício de aproximação dos dados obtidos com os objetivos do estudo, as teorias utilizadas e a proposta de criação da TGS.

Desta forma, somando recursos, utilizando a escuta atenta e a sensibilidade aos problemas que os contextos apresentavam, aliado aos documentos que nortearam o trabalho, foi possível aprender sobre as formas de resistência e otimização de recursos que as mulheres negras utilizam para vencer a imposição de permanecerem no espaço privado, sendo induzidas através da ocupação total do seu tempo, na busca pela sustentação da família, a ignorar a importância de participar do espaço público de modo igual ao dos homens.

### 3 GANHADEIRAS E ZUNGUEIRAS: UM COTIDIANO COM MATIZES IDENTITÁRIAS ENTRE SALVADOR E LUANDA

Neste capítulo, é apresentado o resultado da pesquisa, trilhando o caminho definido nos objetivos específicos, iniciando com o estudo sobre as condições socioeconômicas das mulheres nos dois campos de estudo, as formas como elas lidam com o processo de participação e a construção da autonomia, trabalhando em fóruns, como o de Rede. Utilizamos os objetivos, metas e ações propostas no capítulo 1º e 5º do III PNPM e o 3º objetivo do ODM, conforme já citados como parâmetro de análise.

#### *3.1 Uma imersão nas condições socioeconômicas das mulheres do Subúrbio Ferroviário de Salvador e periferia de Luanda*

Inicialmente, apresentamos os resultados da análise das condições socioeconômicas das mulheres do Subúrbio de Salvador, fazendo um paralelo com as condições socioeconômicas de mulheres da periferia de Luanda, local onde foi realizada a residência social.

O Subúrbio Ferroviário de Salvador, no início do século XX, era um local onde as famílias mais abastadas da cidade de São Salvador faziam seu veraneio. Os moradores, na sua maioria, eram trabalhadores autônomos, carpinteiros, marceneiros, dentre outros, que atuavam de modo informal; deslocavam-se para o centro da cidade utilizando o trem para realizar as suas tarefas diárias. As mulheres viviam do “ganho”; comercializavam nos tabuleiros, de porta em porta; tinham quitandas na frente das casas; muitas eram lavadeiras; enfim, arranjavam formas de contribuir e ajudar no sustento da casa. Hoje, após a realização desta pesquisa, sabe-se que se tratava das ganhadeiras ou quituteiras, mulheres que trouxeram na sua raiz ancestral a prática de trabalhar dentro das limitações impostas por vários fatores sociais.

Pela proximidade que tínhamos com alguns bairros do subúrbio, acompanhamos, ao longo dos anos, a mudança do cenário daquele território, entre a década de 1970 e 1980, após a reorganização urbanística do centro da cidade. Com a abertura das avenidas de vale, ocorreu uma ocupação desordenada das áreas de periferia, incluindo o subúrbio, fato que mudou a configuração do local. O Subúrbio Ferroviário se vê ocupado, em sua grande extensão, por moradores das classes populares, desempregados, “expulsos” do centro e alocados na periferia. Isto provocou um aumento significativo das ocupações informais, “as invasões”, as quais, se somando à total falta de atenção dos órgãos públicos competentes, fizeram com que este local da cidade, antes paradisíaco, fosse hoje um aglomerado de problemas cujas carências nas diversas áreas se avolumaram (SOUZA, 2004).

O Subúrbio Ferroviário de Salvador, nome ligado à linha férrea, que passa em boa parte da sua extensão, abrange, atualmente, 22 bairros, onde moram 24,55% da população soteropolitana, com quase 600 mil habitantes<sup>9</sup> que vivem de forma precária. A sua população é de maioria negra, com famílias de quatro a dez componentes, boa parte chefiadas por mulheres sobrevivem com uma renda média que varia entre um e três salários mínimos<sup>10</sup>.

O fato é que a periferia, historicamente, vive no esquecimento. Os problemas sociais e econômicos crescem; as escolas não são suficientes ou qualificadas para atender e manter a demanda, aumentando o número de pessoas que não têm acesso à educação básica e profissional e, conseqüentemente, possuem dificuldade de acesso ao emprego formal. Por esse motivo, o número de desempregados e de pessoas ociosas nas ruas destes bairros é uma constante. Estas questões causam impacto na rede social local, aumentando o índice de alcoolismo, os casos de brigas de rua e a violência das mais diversas formas. É neste contexto que a configuração das famílias do Subúrbio Ferroviário de Salvador sofre alteração.

Os homens, em função da baixa escolaridade, são, em sua maioria, trabalhadores informais, desempregados ou vivem do subemprego. São também protagonistas de alto índice de violência contra a mulher, utilização de drogas, como

---

<sup>9</sup> Disponível em: <[www.culturatododia.ba.gov.br](http://www.culturatododia.ba.gov.br)>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

<sup>10</sup> Disponível em: <[www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/download/.../938](http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/download/.../938)>. Acesso em: 12 de abril de 2014.

o álcool e outras substâncias consideradas ilícitas. As ocorrências de envolvimento no uso e tráfico de drogas também são frequentes. Nesta mesma caminhada, os jovens do sexo masculino, na faixa etária entre 16 e 22 anos, são maioria em evasão escolar, envolvimento com drogas e as maiores vítimas de homicídio. Em decorrência destes e de tantos outros problemas, o índice de morte de jovens do sexo masculino é grande<sup>11</sup>. Este quadro repercute na composição familiar, aumentando o número de famílias monoparentais, chefiadas por mulheres.

A Constituição Federal Brasileira, no artigo 226, §4º, faz alusão às famílias mono parentais, quando sinaliza “entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Já o Código Civil, no artigo 1.567, determina que: “[...] a direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos [...]”; e, no seu Parágrafo único, destaca: “[...] havendo divergência, qualquer dos cônjuges poderá recorrer ao juiz, que decidirá tendo em consideração aqueles interesses [...]”<sup>12</sup>.

Segundo Diniz (2002),

A família monoparental ou unilinear desvincula-se da ideia de um casal relacionado com seus filhos, pois estes vivem apenas com um dos seus genitores, em razão de viuvez, separação judicial, divórcio, adoção unilateral, não reconhecimento de sua filiação pelo outro genitor, produção independente etc. (DINIZ, 2002, p.11).

Estas são características também encontradas na periferia de Luanda, capital de Angola, que esteve envolvida, durante 20 anos, numa guerra civil, a qual só terminou no início do ano 2000. Observou-se o município Cazenga- HojiYaHenda, segundo maior município de Luanda, local que abriga uma população de aproximadamente, 1.250.000 de habitantes segundo inquérito realizado em 2012<sup>13</sup>, destes cerca de 63,7% são de mulheres chefas de família, índice resultante

---

<sup>11</sup>Disponível em: (mapa da violência) [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_JovensBrasil.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf). Acesso em: 15 jul. 2014.

<sup>12</sup> Disponível em: <[www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br)> Acesso em: 18 ago. 2014.

<sup>13</sup> Fonte: [cazenega.forum.angonet.org](http://cazenega.forum.angonet.org) em 15/07/2014.

do processo da guerra que vitimou muitos homens. Neste local, as condições de vida são precárias, o índice de analfabetismo e violência urbana são elevados, além dos problemas terem sido agravados pelo período pós-guerra.

Foi possível perceber que em Luanda existe uma proeminência de grupos solidários, iniciando-se, basicamente nos seios das famílias que se constituem em um elemento unificador de ideologias e práticas solidárias:

É no interior deste grupo solidário que se desenvolvem e definem os estatutos sociais mais importantes e onde o reconhecimento, essencialmente ligado à capacidade de gerar e gerir recursos e reciprocidades, adquire uma valorização central por parte dos indivíduos. Embora surjam novas redes de solidariedade em meio urbano, é a rede baseada no parentesco que suporta reciprocidade de trocas de maior importância, bem como é aquela que fornece as bases para a definição de estatutos sociais. Os laços solidários estão na base das atividades de reprodução do grupo e da estratégia de desenvolvimento, de promoção social da família (DEI, 1992, p.187).

Neste processo de estudo e registro do modo como as mulheres vivem nos espaços das suas comunidades, foram anotadas frases como: “[...] nossa condição de vida é muito ruim, vivemos sozinhas num deserto [...]”; ou “[...] a vida só é difícil porque nascemos aqui, sem eira nem beira [...]”. Estas são falas coletadas no Subúrbio de Salvador. Em Luanda, de forma espontânea, numa conversa coloquial, registrou-se: “[...] depois da guerra, a vida só piorou, não temos água, luz, nem trabalho, vivemos por conta do acaso, com os filhos nas costas [...]”; outro registro diz: “[...] imagine você que tenho quatro bênçãos: ‘meus filhos’, todos em casa, não encontro escola para eles, mesmo pagando propina. Tenho que encontrar saída senão [...]” As anotações foram feitas em setembro de 2013, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, e em janeiro de 2014, em Luanda.

É neste contexto, tendo oportunidade de anotar conversas informais, aliadas a estudos realizados por pesquisadores e centros de observação da questão, que se estudaram as condições socioeconômicas das mulheres, figura central de um sistema social que impõe a esse sujeito social o papel de provedora da família, em decorrência de diversas situações impostas por contingências sociais que levam à desigualdade social e a outros fatores relacionados a questões raciais, de gênero e

classe. Deparamo-nos com situações muito parecidas em Salvador e em Luanda. Nestes espaços, as mulheres negras sobrevivem com muitas dificuldades e convivem com baixo nível de escolaridade, trabalhando informalmente para manter o sustento da família. Enfim, são chefas de família que, diariamente, saem à procura de uma renda que garanta o “ganho”, o sustento para si e para as pessoas que dependem dela. No Subúrbio Ferroviário de Salvador, elas –vivem em condições precárias, com ausência significativa das políticas públicas e serviços essenciais. Em Luanda, vivendo em condições similares, as mulheres povoam as ruas e os municípios, realizando diversas atividades para o sustento, assumindo, assim, a família.

Em decorrência dos problemas identificados, pode-se informar que na periferia dos grandes centros urbanos, o comando é da mulher; elas são numericamente superiores; são maioria como chefe de família; são maioria nas escolas; enfim, são elas quem “fazem e acontecem” nestes locais. No entanto, a supremacia quantitativa não lhes garante melhores condições de vida, muito pelo contrário, confere-lhes uma responsabilidade que podemos classificar como desumana, pois, para suprir as necessidades básicas pessoais e da família, precisam superar as baixas condições de vida, além da ausência do estado na implantação de equipamentos sociais. Estas mulheres vão à luta todos os dias, enfrentando a deficiência do transporte coletivo, a ausência de creches, o baixo atendimento nos postos de saúde, a deficiência de vagas na escola formal, a deficiência no saneamento básico, a baixa qualidade de moradia, entre muitos outros problemas.

Considerando os problemas relacionados, temos como resultado o distanciamento destas mulheres do espaço público, aprofundando as dificuldades de uma maior participação na luta pelo direito a ter tratamento igual ao cidadão que mora em bairros mais favorecidos economicamente e assim, verem implantadas e implementadas políticas públicas capazes de garantir a redução da desigualdade social. Soares (2007) afirma que o agravamento dos problemas de exclusão e pobreza se dá em decorrência do somatório de diversos fatores e variáveis, dentre eles, as questões de gênero, raça e classe. A autora reafirma o fato de que a pobreza constitui um fenômeno social, estendendo-se de modo contínuo por toda

extensão da periferia dos aglomerados urbanos, sendo o “pobre e a pobreza” resultado do exacerbado acúmulo de capital em mãos de uma parcela privilegiada da população.

Salvador é a terceira capital do país em número de habitantes. Pesquisas apontam que a cidade registra um dos maiores índices de pobreza e desigualdade social, sendo que esta situação se agrava na periferia, incluindo o Subúrbio Ferroviário. É neste contexto de luta pela sobrevivência e de tantas outras necessidades que fomos induzidas a fazer um resgate histórico das condições em que viviam as mulheres nestes locais, e encontramos muitas intersecções. No século passado, o quadro era de exploração e abuso, num regime de escravidão. Ao se traçar uma linha no tempo para os dias de hoje, podemos encontrá-las laborando para viver dignamente, num contexto com algumas mudanças, mas no qual ainda persistem a exploração e os abusos aos direitos humanos e à igualdade de oportunidades.

Oriundas de um passado no qual os povos de diversas partes da África foram violentamente escravizados e trazidos para o Brasil, encontramos as mulheres trabalhando para sobreviver, trazendo consigo diversos costumes como, o de sair às ruas para adquirir recursos para sustentar a família. Prática que permanece até os dias atuais, com outros nomes, mas com a mesma função: ganhadeiras.

Em Luanda, encontramos um quadro muito semelhante: mulheres laborando de modo informal, circulando nas ruas ou concentradas em determinados locais, como, por exemplo, o bairro São Paulo, zungando, ou seja, trabalhando para ganhar o sustento. Estas mulheres são as Zungueiras que, com suas roupas coloridas, dão um significado expressivo e impactante àquele espaço público, num modo único e peculiar de garantir o seu sustento e da sua prole.

Dando prosseguimento à análise, voltamos nossa atenção para questões relacionadas ao fator racial. Este se constitui numa prerrogativa importante, dadas as condições de vida destas comunidades majoritariamente negra, formada por mulheres que, em grande parte, vivem em extrema dificuldade na sua monoparentalidade. Situações várias fazem com que elas deleguem o poder de decisão para outras pessoas, seja na escala local, municipal, estadual ou federal e,

por contingências alheias a sua vontade, não fazem o acompanhamento do modo como os recursos públicos são utilizados.

O preconceito racial no Brasil é uma realidade que se aprofunda de modo impiedoso na medida em que outros fatores, como classe e gênero, são agregados a ele. Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda (FREIRE, 1953 e HOLANDA, 1956 *apud* OLIVEIRA, 2008) estudaram o assunto de forma exaustiva, e as evidências do racismo estão presentes no dia-a-dia na vivência de cada um brasileiro, seja com comportamentos, gestos e até afirmações como: “negra de bom coração” e outras “pérolas” do colóquio diário.

Para Oliveira (2008), a colonização portuguesa nos deixou como herança legados importantes, como a língua e outros malefícios que repercutem até hoje, dentre eles, o preconceito racial, fruto do processo de escravização e da ao qual os negros foram submetidos. A supremacia branca sempre ocupou papel de superioridade na nossa história, o que permitiu que o preconceito crescesse e se firmasse no meio social como uma árvore frondosa, cujas raízes resistem ao tempo mesmo diante dos avanços sociais em que vivemos, mesmo quando o apelo pela equidade se tornou uma luta por direitos humanos iguais para todos.

Assim, a partir do preconceito racial, desenvolveram-se concepções racistas que estruturam as relações sociais, com base nas teses de inferioridade biológica dos negros, e que se difundiram pelo país como uma matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional, como menciona Jaccoud (2008, p.49). Desde o período da escravidão até a atualidade, a situação da mulher negra, no Brasil, teve mudanças pouco significativas. Na escala social, ela continua em último lugar, abaixo de todos os outros grupos sociais: homens brancos, mulheres brancas e homens negros. Carrega o peso da interseccionalidade das opressões por ser mulher e negra, além da condição econômica financeira baixa, num país racista, que cultua o patriarcado e o machismo (SILVA,2003).

No Subúrbio Ferroviário de Salvador, conforme dados do relatório das desigualdades raciais, a maioria das mulheres são negras, fator determinante para uma série de desdobramentos, entre eles, baixa escolaridade, alto índice no mortalidade materna, altos índices de evasão escolar, que influenciam vários outros

aspectos sociais e econômicos, impactando na sua inserção no mercado de trabalho e no acesso a serviços públicos<sup>14</sup>.

A mulher negra dos bairros mais desfavorecidos, em Salvador e Luanda, possui um nível de escolaridade menor quando comparado a mulheres de outra condição social. Isto significa que as oportunidades de estar no mercado de trabalho formal são menores, pois o grau educacional em Salvador/Bahia é um demarcador forte para estar empregado; Assim, as mulheres negras atuam na informalidade ou em trabalhos considerados pouco qualificados, como o trabalho doméstico, vendedoras ambulantes e outras atividades similares. Elas trabalham mais, ganham menos e têm baixa qualidade e expectativa de vida. Desta forma, o tempo para se dedicar à participação política e à organização social é bastante reduzida<sup>15</sup>.

A luta por cidadania se transforma na luta por sobrevivência, necessitando, assim, de esforço coletivo para ampliar a possibilidade de melhor atuar no espaço público. Estudos apontam que as mulheres negras encontram-se afastadas das esferas político-institucionais de poder, em face da sobrecarga de opressão incidente no “ser mulher” e no “ser negra”, principalmente pelo fato de a variante racial produzir gêneros subalternizados, com diferentes enquadramentos, impeditivos e possibilidades sociais. A diferença entre os gêneros pode variar de acordo com aspectos tradicionais e valores culturais de diferentes espaços. No entanto, em quase todos eles, às mulheres foi destinado o espaço privado e ao homem, o espaço público, fato que persiste até a contemporaneidade, são assim os reflexos que interferem na vida da sociedade de modo determinante, mesmo com os avanços e conquistas das mulheres em alguns campos do sistema social.

Silva (2003) registra que a pobreza e a marginalidade às quais são submetidas as mulheres negras, especificamente, reforçam o preconceito e a interiorização da condição de inferioridade, que, em muitos casos, inibe a reação e luta contra a discriminação sofrida. A responsabilidade com os afazeres domésticos,

---

<sup>14</sup> Disponível em: <[www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br) Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil>. Acesso Em: 12 jun. 2014. Documento que considerando parâmetros definidos, como escolaridade, moradia e outros, registra através de pesquisa os dados da flutuação dos índices sociais.

<sup>15</sup> Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dossie\\_mulheres\\_negras.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2014.

e sua manutenção, leva a um processo de isolamento do “acontecer da cidade”, as questões mais emergentes são as necessidades básicas da família e, assim, afastam-se da vida pública. Como consequência desta ausência de tempo para discutir as questões coletivas, agravam-se as carências da comunidade e o aumento das dificuldades de inserção das mulheres negras na pauta política da sociedade, prejudicando a construção ou consolidação da autonomia social, política e econômica.

O fato da população negra apresentar tantas dificuldades de acesso a melhores condições materiais de vida compromete o projeto de construção de um mundo mais democrático, através da possibilidade de uma verdadeira inclusão da população negra (HERINGER, 2002; IANNI, 2004). Particularmente, as mulheres negras ingressam muito cedo no mercado informal e são submetidas a precárias condições de trabalho, reforçando o sentimento de incapacidade, esgotamento e baixa autoestima, o que colabora para a manutenção do status quo, e a distanciando do acesso à educação.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 5 inciso I, indica a prerrogativa de garantia de direitos para as mulheres, instigando, assim, a luta no campo social pela equidade social entre os gêneros. Hoje, vivemos alguns avanços significativos, no entanto, as grandes conquistas tiveram como atrizes sociais as mulheres de classe média que, discutem segundo a sua visão de mundo, definindo, por vezes, indicativos e encaminhamentos sem um conhecimento mais profundo da realidade social e dos desejos e anseios das mulheres negras e de periferia.

Então, existem grupos de mulheres separadas por realidades bem diferenciadas daquelas do movimento feminista que têm acesso às informações privilegiadas. Estes grupos de mulheres têm acesso a diversos meios de comunicação, possuem nível de escolaridade elevado, vivem, na maioria das vezes, em agregados familiares biparentais com boa qualidade de vida e ampla rede de apoio social e econômico. Para estas mulheres de classe media alta que desenvolvem uma outra forma de valoração feminina e sua participação em espaços de poder aumentou, mesmo que ainda se careça de esforços para o alcance de maior abrangência, mas esta tem avançado vertiginosamente.

Para as mulheres da periferia, em sua maior parte, chefas de família monoparentais que lutam, em condições adversas, em prol de garantir a sobrevivência de vida e suprir as necessidades básicas da família, as dificuldades se multiplicam e o aumento na participação política vem crescendo de modo lento, dado as dificuldades que enfrentam entre elas àquelas relacionadas a sobrevivência diária e a composição familiar; até mesmo nas associações de bairro, são os homens que se destacam nas presidências. A periferia vive e convive com fatores que agravam a realidade social das mulheres. Os problemas sociais impostos pelo sistema excludente e perverso aumentam a pauperização das famílias monoparentais femininas e, conseqüentemente, vários outros problemas que, quando interligados, interferem no modo de vida dessas mulheres e, assim, no modo como influenciam na construção de um novo mundo para si e seus familiares.

No Brasil, a Bahia é o estado com maior número de famílias chefiadas por mulheres em relação ao restante dos pais. A região Nordeste é uma das mais pobres do país. A cidade de Salvador, primeira capital do Brasil, tem um índice de desenvolvimento humano de 0,66 e mais de 35,5% da população vivem abaixo da linha da pobreza (DATASUS, 2006). É uma das regiões com alto índice populacional e taxas elevadas de pobreza, indicadores socioeconômicos, educacionais e de saúde demonstram que as condições de vida das mulheres destas comunidades, sobretudo das mulheres negras e pobres, apresentam maior desvantagem social e menor acesso a serviços e oportunidades em relação a moradoras de outras áreas da cidade.

Às mulheres, é destinado todo o tipo de responsabilidade, passando pela luta para sustentar filhos (as) até os cuidados com outros familiares: pais, mães, irmãos e parentes de primeiro ou segundo grau. É esta mulher, provedora da família monoparental, que representa o maior percentual de pobres no Brasil<sup>16</sup>. Comprovadamente, como nos afirma o relatório de gênero e pobreza (2014), as mulheres são as maiores vítimas do modo como a sociedade trata a relação entre os gêneros, quer seja na área social, quer na educacional ou política. Assim,

---

<sup>16</sup> Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0B9B4B1EBA/GEneroPobreza\\_Brasil04.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0B9B4B1EBA/GEneroPobreza_Brasil04.pdf). Acesso em: 22 mai. 2014.

consideramos que o trabalho coletivo, além de poder motivar as mulheres para a reflexão sobre o modo como as questões econômicas, sociais e políticas ocorrem e interferem na sua vida e na vida da comunidade, é uma ferramenta significativa que poderá contribuir para a adoção de novas posturas diante da emergência de uma efetiva participação e busca por autonomia e inserção socioeconômica.

Para discutir e compreender a questão da participação e autonomia da mulher que vive na periferia, é necessário analisar cuidadosamente a interseção de várias dimensões que produzem situações de opressão diferenciadas, bem como demandas específicas que são distintas daquelas produzidas pela atuação “somente” do racismo ou “somente” do gênero. Tal condição singular coloca as mulheres negras em desvantagem social, pois existem falhas nos mecanismos de proteção contra a discriminação de gênero e nos mecanismos de proteção contra a discriminação racial (BRITO, 2011).

As mulheres que participam das Redes que serviram de base para esta pesquisa, pelos dados obtidos na pesquisa de campo, possuem condições sociais desfavoráveis. Para se potencializar sua participação e fomentar a autonomia, há de se percorrer o caminho da construção conjunta, por meio do qual toda a sociedade possa aliar esforços no sentido de diminuir a pobreza existente no mundo. A atuação das mulheres em Rede possibilita uma força maior para conquistar e impor mudanças significativas. Se “o poder emana do povo...” é necessário entender e usar este poder como ferramenta para construir uma sociedade mais justa e diminuir as desigualdades sociais.

Um instrumento que deve ser utilizado para contribuir com a compreensão do problema é o III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, fruto da última Conferência Nacional realizada em 2012 que discute diversos anseios sociais pela igualdade e por melhores condições de participação da mulher:

Este PNPM tem impacto direto na vida das mulheres e reflete a convicção de que, mediante articulação e monitoramento para implementação de suas ações, permite construir um país mais justo, mais desenvolvido, mais igualitário e mais participativo. Constitui-se, portanto numa ferramenta necessária para análise de demandas sociais das mulheres no campo da garantia de direito (PNPM. 2012).

No capítulo I, o III PNPM traz como objetivo geral o compromisso de desenvolver ações que promovam condições para diminuir as desigualdades entre homens e mulheres através da promoção de igualdade no mundo do trabalho, aumentando a autonomia econômica das mulheres urbanas, rurais, do campo e das florestas, observando formas para eliminar a desigual divisão sexual do trabalho, aumentando, assim, as possibilidades de maior participação das mulheres no desenvolvimento do país. O fator participação também é tratado no capítulo V, do mesmo documento trazendo como foco principal implementar ações que fomentem e fortaleçam a participação das mulheres nos espaços de poder, nas suas variadas formas, de modo igualitário, plural e multirracial, contribuindo para um fazer social mais democrático.

Aliados ao PNPM agregam-se os Objetivos para Desenvolvimento do Milênio, que surgem da Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 191 estados membros, no dia 8 de setembro de 2000. Criada num esforço para sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais ao longo dos anos 90 (sobre meio-ambiente e desenvolvimento, direitos das mulheres, desenvolvimento social, racismo etc.), a Declaração traz uma série de compromissos concretos que, se cumpridos nos prazos fixados segundo os indicadores quantitativos que os acompanham, deverão melhorar o destino da humanidade neste século (PNUD 2014).

O referido documento tem oito objetivos como metas principais, dentre eles, o terceiro, que trata de esforços no sentido de melhorar a vida das mulheres e, sobretudo, trabalhar no sentido da sua autonomia econômica, social e política, banindo a violência nas suas diversas formas da vida das mulheres.

Assim, à luz destes documentos e de outros, que podem ser aliados ao propósito de fazer controle social das políticas públicas, é que as mulheres podem trabalhar para diminuir o processo histórico de desigualdade no mundo, no qual são as mais prejudicadas e, assim, em Rede, exercitar o direito de cidadã no monitoramento e acompanhamento das políticas públicas.

### 3.2 Participação em Rede: um desafio relacional na construção da cidadania

“O que significa a palavra *rede* para você?” “O que ela significa na comunidade?” Com estas perguntas, iniciamos entrevista com um grupo de mulheres que fazem parte da Rede de Mulheres do Subúrbio de Salvador. Assim, utilizando o mesmo instrumento e questões dialogamos com as mulheres da Rede de Mulheres de Luanda.

Muitas são as percepções do conceito de rede, e algumas são inspiradas em elementos do cotidiano, do senso comum” ...para mim rede é força, é união...significa que podemos muito...(V.R.S, Salvador, 2014)”; seguindo outra mulher socializa sua compreensão sobre o tema: “Eu acho que esta Rede é como uma rede de pesca, um monte de linhas que precisam se unir para ficar forte... na comunidade é uma mão na roda. Se souber trabalhar, funciona” (G.S.L Salvador 2014)”. Neste contexto ouvimos mais uma definição: “... Rede para mim, é um espaço onde podemos levar o que incomoda a gente, onde todos buscam um ponto em comum ...o impacto dela na comunidade pode melhorar a comunicação, descoberta de talentos e pressão no poder publico”...(M.A.S, Salvador, 2013). É bebendo na fonte da naturalidade de definições simples que ouvimos as mulheres expressarem o seu entendimento sobre um conceito que acreditamos pode definir uma nova configuração da sociedade (CASTELLS 2005), garantindo uma maior participação social, conquistas de direitos e a soberania popular (COUTINHO 1999). Assim a fala traduz a crença social, embasada nos princípios de solidariedade, união, cooperação e compartilhamento.

Nestas entrevistas realizadas no Subúrbio Ferroviário de Salvador, onde coletamos as informações, ouvimos palavras que nos levam a pensar no seu significado na vida de pessoas que diariamente se superam. Diante das armadilhas que a vida impõe, essa mulheres falam de “união”; “linhas que se unem”; “espaço”, ponto comum; lembramos de muitos pesquisadores da questão conforme citamos acima, mas vale acrescentar o pensamento de Portugal (2011) que discute a importância e a necessidade da valorização dos grupos de trabalho que possuem foco igual e que trabalham apoiando uns aos outros, fortalecendo e potencializando

o capital social existente nestas “famílias”. Nesta perspectiva, o pressuposto de que o trabalho em rede pode se desdobrar em ferramentas de cidadania ganha força e representação real na vida das mulheres que carregam suas dores e necessidades similares num universo onde as desigualdades sociais ainda dão o tom maior no seu dia a dia.

Neste clima de reafirmação de possibilidades para resolver os problemas comuns das mulheres da periferia, analisou-se material colhido na visita às mulheres de Luanda. Segundo as entrevistas, quando questionadas sobre rede, trouxeram: “A Rede é boa, o problema é que ainda não sabemos viver juntas, compreender bem a outra... precisamos aprender isto ( H.M.S, Luanda,2014)”;

outra contribuição trouxe: “ Eu acho que a Rede é uma boa forma de trabalho, mas precisamos pensar nas nossas organizações. Tudo o que vivemos aqui tem que ser feito nas nossas organizações, caso contrário como vamos mudar as coisas na comunidade? (R.R.V, Luanda 2014)”.

Através destas falas, é possível inferir que o sentimento, nos dois espaços, é de que o “poder” pode sim ser exercido, mas precisa de sistematização e organização. Para as entrevistadas, a atuação em Rede pode ser o diferencial. As mulheres envolvidas fazem comparação com a prática de cada envolvida a partir das suas experiências; pensam em se fortalecer mutuamente, e têm clara a necessidade de buscar compreender umas às outras. Estes são pontos a serem considerados como possíveis de replicação em outros ambientes. Vale ressaltar que nos discursos a preocupação com as organizações que compõe a Rede também se apresenta de modo recorrente, deixando transparecer a preocupação delas em socializar nos seus espaços individuais o que discutem nas reuniões e encontros da REDE.

Quando fazemos uma relação com a teoria de sociedade em Rede, de CASTELLS (2005), que aponta uma interconexão entre os nós, encontramos uma convergência entre a teoria e a discurso coloquial das mulheres. Em quase todos os relatos é fácil identificar que discorrem sobre pontos comuns, de objetivos e propósitos que convergem para a conquista de direitos.

Essa convergência para objetivos comuns é um dos desafios do trabalho em rede, pois é necessário considerar a forma como cada organização atua no seu espaço social e político, identificando as estratégias exitosas e verificando as possibilidades de multiplicação das ações. Quando organizações da sociedade civil trabalham em rede, isto significa programar ações de forma conjunta, fortalecendo umas às outras para chegarem a um ponto de satisfação das necessidades, que, se espera, seja útil para todas as pessoas envolvidas.

Desta forma, o fortalecimento individual das organizações é uma das necessidades identificadas, isto quer dizer que cada uma na sua comunidade precisa desenvolver estratégias que possam ajudar na, identificação e fortalecimento das suas ações, avaliar as necessidades individuais de cada organização é uma das tarefas para ajudar no desenvolvimento da Rede buscando uni-las para discutirem os pontos fortes e fracos de cada uma e identificar soluções sobre a importância da rede nas comunidades. Fica clara a necessidade de se criarem momentos de fortalecimento das relações nos quais o sentimento de pertencimento seja uma construção coletiva, com vista a um ponto comum, aumentando assim a participação social e a garantia maior pela igualdade de direitos.

Foi neste clima de entusiasmo com a fala das mulheres que passamos a dialogar e discutir o conceito de participação. Muitos foram os depoimentos das mulheres de Luanda e de Salvador, assim ouvimos participação é: “engajamento, liberdade, disposição e desenvolvimento de ações, idéias e tomada de decisões (M.J.L. Luanda, 2014)”.

Observemos que, para a mulher, a participação é um conjunto de ações que ganha significado no processo do desenvolvimento do trabalho, quando mencionam engajamento e liberdade, o que nos leva a refletir sobre o significado do pertencimento no processo de trabalho em Rede, nesse contexto, existe necessidade de ser livre para, debater, discordar, concordar, decidir e opinar, sem perder o foco do coletivo. Ademais, a “tomada de decisão” implica conhecimento sobre a causa a decidir e ter autonomia (SOARES 2011).

Conforme Coutinho (1999), a participação é um elemento fundamental na construção da democracia. Percebemos a relação entre o fazer nas organizações e

os conceitos de participação e democracia, seja no Brasil ou em Angola: é a participação quem constrói os laços entre sociedade e estado. Assim, Coutinho (1999), indica que

Democracia é sinônimo de soberania popular, ou seja, podemos defini-la como a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social (p. 42).

Essa discussão ganha ressonância e força quando as mulheres da periferia com a sua simplicidade passam a discorrer sobre a participação, seus entraves e dificuldades, com leveza e entusiasmo:

Para mim, participação é um desafio. Temos que abrir mão de muitas coisas para participar de uma oficina. Por exemplo, demora, demora e, quando o governo convida o cidadão para participar, eles não levam em conta nossa disponibilidade. Imagine que algumas propõem oficinas 9 horas da manhã. É uma prova que não sabem das nossas dificuldades (Entrevista, H.L., Salvador, 2014).

É um discurso que confirma o distanciamento entre as propostas de implantação da política e a realidade da vida real das mulheres, indicando a necessidade de que haja um diálogo mais próximo com as mulheres. Isto nos reporta a Dagnino (2004), quando aborda a relação entre sociedade civil, participação e cidadania que se constitui numa tríade que mantém entre si uma relação muito próxima, formando elementos importantes no desenho democrático.

Os dois depoimentos que iremos apresentar em seguida, são de duas mulheres que vivem em países diferentes, não se conhecem, mas que trazem no discurso uma convergência muito grande na maneira de pensar a questão de participação: "...Aqui participação é uma necessidade. Temos muitas mulheres carentes que precisam de tudo. Se não gritar, não será ouvida. E aí pergunto: onde fazer isto? Tem que ser nos movimentos, nas redes, nos intercâmbios. É assim...(G.T.M. Luanda 2014); analisemos o depoimento seguinte e os pontos de convergência com o primeiro:

“Nós já estamos calejadas com muita conversa e pouca ação. Essas secretarias falam, falam, mas a ação demora muito. Temos poucas condições de ficar indo lá. Elas fazem que não entendem, fazem ouvido de mercador. Assim, participar é complicado, você cansa. E aí pergunto: como fazer? Gritar, para ser ouvida? (P.H.G. Salvador, 2014)”.

São elementos que provocam a reflexão sobre a importância e necessidade de participar ativamente das decisões políticas e as reais dificuldades para este exercício da cidadania, evidenciando a distância entre o estado e a sociedade. Coutinho (1999) nos ensina que o exercício da cidadania é uma construção contínua, resultante de um enfrentamento permanente que parte das classes mais baixas e que não podem se deixar vencer pelos percalços da caminhada, e um fazer que exige tempo para ter vitória e alcançar autonomia.

Assim, entusiasmada com a fluência das falas, das mulheres, após ouvir falas sobre Rede e Participação, mergulhamos na discussão sobre autonomia e perguntamos, em que consiste exatamente a autonomia para as mulheres do Subúrbio Ferroviário de Salvador e de Luanda? As respostas foram diversificadas:

[...] Autonomia é ser dona da própria vida [...] Eu acho esta frase linda, li em algum lugar e é o que mais desejo. Ser dona da minha vida. Mas não consigo, não sobra dinheiro, trabalho como uma condenada de sol a sol, como dizia minha vó [...] (risos). Mas no fim, quem decide onde devo gastar o que ganho é a família. Não estou me queixando, não, mas que é difícil é [...] (Entrevista, K.L. Salvador, 2014).

A análise comparativa da fala em Salvador e Luanda revela semelhanças muito ricas nas condições de vida das mulheres:

Mana, eu vou te dizer, aqui as mulheres trabalham mais que qualquer homem. Saímos às ruas; vamos trabalhar o dia todo; muitas vezes, temos que levar nossos pequenos nas costas, pois não temos onde deixar [...] Para fazer o *funge*<sup>17</sup> de todo dia, você anda, corre daqui, corre dali [...] Mas isto nunca é para você, é para a família. Eles dependem da gente. Se fosse como eu imagino, eu trabalharia sim, mas também estudaria. Não sei nem escrever meu nome direito [...] Mas [...] vou vivendo (Entrevista, M.A.L. Luanda, 2014).

---

<sup>17</sup> Espécie de pirão que serve de acompanhamento para pratos da culinária angolana, principalmente aqueles que têm molho e levam azeite de dendê.

Foram depoimentos impactantes do ponto de vista da imobilização social que as condições sociais impõem às mulheres da periferia. Não lhes é permitido ser aquilo que deseja ser, por fatores diversos, dentre eles, a obrigação de sustentar a família, a baixa escolaridade e valorização do seu trabalho e, a ausência de apoio social por parte do Estado. Recordamos imediatamente as famílias monoparentais femininas, nas quais a mulher é a responsável sozinha pelo sustento; são as chefas de família, presentes, de forma significativa, nas periferias dos grandes centros urbanos em Salvador e em Luanda. Dadas as condições em que as mulheres vivem, é muito comum a situação explicitada pelos depoimentos registrados.

A mulher chefe de família monoparental deve cumprir o papel de provedora, disciplinadora da família. Com o trabalho que sustenta a família, ela garante o atendimento das necessidades básicas, mas também adquire autonomia moral perante o seu contexto: ela tem a responsabilidade de orientar os filhos na sua formação: “Autonomia é não ficar dependendo do outro; é fazer as coisas com consciência, fazer o que quer, assumindo o resultado...(P.S.O, Luanda, 2014)”. A fala não deixa dúvida, explicita claramente a necessidade de fazer escolhas e assumir as consequências. No mesmo tema ouvimos:

Para você, eu posso dizer [...] (risos): autonomia é uma faca de dois gumes. De um lado, você pensa que pode tudo; mas, do outro, você vê que não pode nada daquilo que gostaria [...] Eu mesma fico pensando como vou ter autonomia se não tenho dinheiro, não tenho emprego, o que ganho aqui na porta é para comer (Entrevista, O. G. P. Salvador, 2013).

Estabelecendo um paralelo entre a fala das mulheres e as formulações de Soares (2011), é perceptível a convergência da fala real das mulheres com as conclusões e entendimento da referida autora, fato que nos remete a analisar as causas e dificuldades das mulheres terem autonomia em todas as suas dimensões e, conseqüentemente, a sua ausência nos espaços de decisão. Segundo Soares (2011, p. 281), a autonomia das mulheres pode ser entendida como

[...] a capacidade de tomar decisões livres e informadas sobre sua própria vida, de maneira a poder ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos, num determinado contexto histórico. O avanço da autonomia está relacionado ao avanço das mulheres na vida pública e privada, como garantia do exercício pleno de direitos. A falta de autonomia é resultado da má distribuição do poder, dos proventos, do uso do tempo, da falta de reconhecimento dos direitos das mulheres.

Esse trabalho de pesquisa nos remete às formulações de Coutinho (2001), que menciona a importância de se pensar, de modo global, os possíveis entraves que aprisionam as sociedades, impedindo-as de se desenvolverem – do modo como operam aqueles que dominam o fazer político –, neutralizando a capacidade de articulação social e promovendo a ação social de caráter individualista.

A análise comparativa fundamentada na pesquisa de campo revela que o empoderamento só é possível a partir da autonomia, do acesso à informação e da comunicação. Não é possível empoderar para monitorar ações sem condições mínimas para exercer a cidadania, os depoimentos mostram os desafios a serem superados pelas mulheres da periferia para o exercício de participar como sujeitos proativos.

Seria o trabalho em Rede uma estratégia para potencializar o capital social destas comunidades? Nos argumentos, durante o período de observações e entrevistas, ficou evidente a percepção por parte das mulheres de que juntas podem ir mais longe e vencer a ausência de autonomia econômica, delas e das organizações que as representam, vencer também a questão de comunicação e as dificuldades e restrições de acesso à informação que aparecem de forma significativa nos relatos. Estes são assuntos de destaque nas reuniões, configurando entraves para o exercício de participação cidadã.

Assim, destacamos na pesquisa alguns pontos para aprofundar a presente discussão: as relações intergrupais e intrapessoais, a dificuldade de acesso à informação, os equívocos na comunicação interna e externa do grupo e problemas com a autonomia econômica, social e política que trataremos a seguir.

### *3.3 Fatos e fatores que dificultam a participação das mulheres de periferia na democracia participativa*

São muito evidentes a infinidade de problemas que as mulheres dos campos estudados apontam como fatos e fatores das dificuldades que enfrentam, para serem cidadãs, elas tem diariamente o desafio de “ser mulher” e conviver com uma série de limitações impostas pelo sistema social que focaliza prioritariamente o “ter”, precisam enfrentar a cultura machista, as discriminações raciais que alimentando as diferenças de gênero, dificultando a equidade social . Assim as chefes de família da periferia estão envolvidas em conseguir recurso para manter a família e viver honestamente, driblando as dificuldades de acesso a escola, atendimento medico, transporte e moradia, que são realidade no seu contexto. Isto causa desgaste físico e emocional, exigindo superação dos limites impostos com a ausência do estado no atendimento das necessidades básicas do cidadão que alimentam com a sua força de trabalho a maquina estatal.

Vale ressaltar, que com todas as conquistas que as mulheres alcançaram nos últimos anos, as mulheres negras da periferia, ainda se constituem em um grupo que enfrentam dificuldades de natureza diferenciada das mulheres brancas de classe media, elas fazem uma luta, dentro de outra luta, por serem negras e de periferia. Vivem a monoparentalidade feminina, sem o aparato social que as constituições dos dois países confere e os acordos internacionais impõe.

Assim, os depoimentos das mulheres que militam na Rede dos dois campos estudados, provocados com perguntas sobre a questão relacional entre o grupo, trazem nas entrelinhas sentimentos e emoções somente perceptíveis nos gestos e inquietação corporal, que se desdobram em elementos determinantes para a atuação delas nas ações cidadãs, que se apresentam em alguns momentos de forma forte e determinada e em outras mais fragilizadas.

[...] Eu me sinto cansada, sem ânimo, de continuar lutando, pois parece que nadamos, nadamos e morremos na praia. As políticas não nos alcançam [...] São tantos encontros, seminários, e não vejo a comunidade melhorar, e, às vezes, ainda nos desentendemos no grupo. \_Isto tudo causa cansaço. (Entrevista, F.R.J. Salvador, 2014).

[...] As companheiras são ótimas, mas sabe como é [...] Às vezes, nos estranhamos. Algumas fazem o jogo de pau-mandado para se dar bem. Aí, minha irmã, não dá para aguentar. Eu falo mesmo, e as mamãs não gostam [...] mas no fim, tudo dá certo. Torcem o bico. Depois, ele volta para o lugar [...] (risos) (Entrevista, K.L.M. Luanda, 2014).

Os relatos mostram que as questões emocionais se juntam a outros problemas vivenciados pelas mulheres de Salvador e de Luanda, interferindo na relação e convivência dos grupos, mas, observando o modo como as questões são ditas. Nos olhares de uma para a outra, é possível identificar que as estratégias de superação também fazem parte do contexto do grupo, e elas saem das reuniões combinando o próximo encontro. Portugal (2014), quando se refere a relações sociais entre sujeitos sociais, fala de laços que representam interconexões cujas relações simétricas de amizade repercutem em fluxos de trocas, amizades.

[...] Eu vejo que fazemos o papel do governo. Ficamos aqui fazendo sacrifício para realizar os trabalhos na comunidade, manter escolas infantis, orientar jovens que vivem ociosos, entre tantos, brigamos entre a gente e não vamos para lugar algum [...] Vocês dizem que é o papel da sociedade civil, mas quem banca? Eu? Você? Com nosso salário? É difícil, amiga, mas ainda acho que precisamos superar nossas diferenças e ir em frente, pois cada uma sozinha é pior [...] (Entrevista, A.L.G.J. Salvador, 2014).

Aqui o governo escolhe a quem apoiar. Na nossa comunidade, poucas organizações recebem apoio. Temos nossa caixinha, algumas mães pagam a propina, pequena, pois não têm muito; recebemos apoio de algumas outras pessoas e vamos levando. Os pequenos ficam aí, com o que podemos fazer, mas fazemos bem, dentro do possível (Entrevista, M.J.D. Luanda, 2014).

As entrevistas com as mulheres apontam claramente para a compreensão que elas entendem a dinâmica das questões que envolvem ações do estado e como elas são implementadas, por vezes, distante dos anseios populares, por ausência de uma escuta mais qualificada que de fato compreenda as especificidades daquele universo; em outros momentos, atribuindo à sociedade civil uma função que deve ser executada pelo poder público, mostrando a ausência do estado em atividades que, fundamentalmente, são atribuições dele se eximindo de implementar políticas públicas em parceria com a sociedade civil organizada e ativa. Por outro lado, percebemos o modo como elas conseguem administrar os conflitos internos, indicando também a interdependência entre estes atores sociais, que se apóiam na

busca pela resolução das suas dificuldades, isto é, empoderamento. Lisboa (2007) sinaliza que se a mulher, representando uma unidade doméstica, e liga-se a outras unidades com características semelhantes, formando uma rede de relações de *empowering*<sup>18</sup>, pode interferir na inércia do Estado, impondo mudança de atitude, pois constituirá um extraordinário potencial de força social. E é a união, que irá alavancar a participação e interferência das mulheres na implementação das políticas voltadas para garantir a redução das desigualdades sociais.

Assim, a questão de autonomia é fundamental, na sua totalidade, no entanto, quando se faz um recorte considerando o aspecto econômico, percebe-se que este constitui um dos fatores essenciais no processo de participação, pois no sistema social em que vivemos, onde tudo, ou quase tudo, passa pela questão monetária, para as mulheres de periferia, com as dificuldades que precisam enfrentar, este é um fator primordial quando se pensa em aumentar a participação para ampliar a possibilidade de se construir uma cidade mais participativa. Assim, procedemos à discussão nos campos de pesquisa sobre o tema, cujo resultado pode-se observar a seguir.

### 3.3.1 *Autonomia Econômica*

Sobre autonomia econômica os vários depoimentos, registradas no trabalho de investigação, remeteram à análise do objetivo geral do capítulo 1 do III PNPM (2012) que preconiza que seus signatários devem desenvolver ações e estratégias que promovam a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres levando em consideração as desigualdades impostas por uma configuração social que trata homens e mulheres de forma diferenciada, sem perder de vista os fatores de classe, raça e gênero, que coexistem de forma imbricada. Da mesma forma o ODM (2000) também trata da questão de autonomia das mulheres, reafirmando um compromisso a nível internacional de fazer enfrentamento a um

---

<sup>18</sup>Em sua forma literal, o termo inglês *empowerment* significa "empoderamento", um neologismo que designa as relações de poder dentro de uma sociedade. O *empowerment*, como fenômeno sociológico, está, muitas vezes, relacionado com membros de grupos que são discriminados pela sua raça, religião ou sexo.

problema social, que vem sacrificando as mulheres, haja visto a afirmação de pesquisas realizadas ou promovidas pela ONU, que sinaliza, “mulheres formam o maior contingente de pessoas pobres no mundo”.

Neste contexto as mulheres da periferia e de modo especial as mulheres dos dois campos pesquisados estão inseridas, isto pode ser percebido nas visitas de campo, nas falas e nas condições sócias em que elas vivem. Sendo fundamental ressaltar que são mulheres negras, na maioria trabalham na informalidade, lutam com a falta de equipamentos sociais nos lugares onde vivem, a dificuldade de acesso aos bens publicos. Assim são guerreiras, bravas e lutadoras com todas as controvérsias que pode-se imaginar.

Desta forma, nos detemos para analisar as falas: “ Eu gosto de participar. Afinal tenho uma serie de necessidades e não sei o que fazer. Mas sabe como é... o *dindim* é difícil; as vezes, não tenho nenhum, e a associação não banca isto não ( J.S.S., Salvador,2 014). A afirmação é que a questão econômica limita a participação e seus limites repercutem em varias outras questões, pois se não participa, não toma conhecimento de informações e assim desconhece as possibilidades de buscar o direito a ser tratada com igualdade, como pragmatiza a constituição federal do seu país. Assim, seguimos com a escuta de outras falas:

Eu lhe digo que venho por interesse mesmo. Temos que acompanhar tudo, mas fica difícil. Estive em quase todas as reuniões e atividades, mas sou eu sozinha para tudo na minha casa. Tenho quatro filhos. A minha entidade luta para ficar de pé, não tem dinheiro. Assim, só não venho quando falta dinheiro mesmo (Entrevista, A.R.M. Salvador, 2014).

A expressão “venho por interesse” ... “sou eu sozinha para tudo”..., “só não venho quando falta dinheiro mesmo”, aliada a expressão e movimento corporal quando da entrevista, mostra a necessidade e vontade de conhecer, de contribuir para melhorar a sua condição de vida e da sua comunidade, mas fica evidente que para levar a discussão de “porta em porta” é necessário incluir nas politicas publicas uma discussão efetiva e eficaz sobre formação e capacitação das mulheres, no mundo do trabalho de forma ampliada, envolvendo o estado e a sociedade. Seguimos na analise dos depoimentos:

Minha filha, eu gosto demais disso aqui. É todo mundo comprometido com o coletivo, mas eu voltei para a escola. Gasto com transporte para mim e para uma filha que faz estágio, mas nunca tem dinheiro, e no movimento nós temos que colocar dinheiro. Não temos apoio. Eu venho sim. Fico sentida quando não tenho condições de vir, (risos), ou seja, quando falta o melhor, o dinheiro (Entrevista, M.M.R. Salvador, 2014).

Novas evidências nas declarações “... eu gosto demais disso aqui...”, pode-se inferir que refere-se ao grupo, ao lugar onde elas se reúnem, aos momentos em que estão juntas, tentando encontrar caminhos, um dos caminhos ela mesma aponta, “... voltei para a escola...”, sabemos que este tem sido um dos retornos das mulheres, que interromperam o vida escolar muito cedo, por contingências sociais diversificadas. Voltar para a escola, tem sido uma escolha frequente, pois significa melhores condições para se inserir no mundo do trabalho, além de realizar sonhos. “...Não temos apoio...” “...falta o melhor...”, assim as políticas voltadas para o empoderamento das mulheres e para a igualdade entre os gêneros, precisa ter ressonância nestes espaços, não apenas em momentos específicos quando comemora-se datas ou prepara-se encontro, mas no seu dia a dia.

O exercício da discussão destes temas de forma coletivizada nas REDES é apontada como solução por autores de trabalhos acadêmicos, como Portugal (2007) e outros estudiosos. As mulheres também indicam este como sendo um dos caminhos, para desfazer “nós” que dificultam o avanço democrático e a conquista das mulheres de uma autonomia nas dimensões econômica, física e de decisões Soares (2011). Vejamos “... nós temos alguns problemas sérios que dificultam o trabalho da Rede. Essa questão de deslocamento é um das maiores: elas não têm, as organizações também não. Vivemos num esforço coletivo para superar o problema, sabemos que este é um desafio [...]” (Entrevista, R.T.S., Salvador, 2014).

Em Luanda, as mulheres da periferia por fatos e fatores já mencionados neste trabalho, vivem em condições socioeconômicas de muitas carências, ampliada com a baixa escolaridade, ainda presente em Angola, segundo estatísticas do CPLP<sup>19</sup> 2012. Em Luanda o problema tem significado muito grande devido ao aglomerado

---

<sup>19</sup> Comunidade dos países de língua portuguesa.

populacional urbano, nestes as mulheres são maioria e as mais pobres, vivendo em condições precárias. O depoimento abaixo reitera o pensamento:

“sim mana, nós vivemos buscando solução para nossos problemas, os Kwanza<sup>20</sup>, escapam das nossas mãos mas, corremos atrás rss..., se não ficarmos juntas é pior, eu faço o possível para vim aqui, ver as manas, as comadres e ouvir para aprender sobre aquilo que acredito temos direito, mas não é brincadeira, nem sempre é possível, participar depois de um dia de corre, corre. (Entrevista M.J.M Luanda 2014)

Ainda no quesito de autonomia, ouvimos uma fala cheia de expressão e significados, que nos levou a refletir sobre os ensinamentos de AVILA (2011) e LISBOA(2007) que discutem os entraves sociais para empoderamento das mulheres e o desenvolvimento humano nas dimensões social política e psicológica. Estes elementos ganham diferencial no contexto em que foi dita, embaixo de uma árvore, em Luanda, com um grupo de mulheres negras, moradoras da periferia urbana e militantes da RDG:

“.... comadre, eu nasci aqui em Angola, ouvindo as mais velhas dizerem que mulher tinha poder, procuro e não encontro, pois poder é ter kwanza, é ele vive longe, lá com os homens, até o que vive lá em casa, quando ganha algum bota no bolso, o meu vai pra roda, vai pra propina... eu olho, olho e ele vai....eu fico sem ele e sem poder rsss, mas, continuo acreditando nas mais velhas, por isso estou aqui, ouvindo e gostando e querendo poder rsss ( L.J.M.L Luanda 2014).

CARLOTO E GOMES (2011) nos ensina que discutir a pobreza tendo como centro as mulheres, exige que focalizemos o laço que une a perspectiva relacional entre gênero e as relações sociais, ou seja, que ampliemos a discussão para analisar a relação familiar e suas ramificações com a injusta divisão sexual de trabalho e a sobrecarga das chefes de família. Participar é compreendido pelas mulheres como uma necessidade, mas os empecilhos e limites ditados pelas necessidades econômicas básicas de sobrevivência, falam alto e impactam na autonomia de decisões e na física como ressalta Soares (2011) elas estão intimamente ligadas. Mesmo a mulher tendo desejo de ir e tendo autonomia física a decisão esta comprometida pela econômica.

---

<sup>20</sup> Kwanza moeda de Angola.

O desafio de conquistar autonomia para as mulheres, requer ações e acompanhamento das propostas de documentos que se comprometem, com isto, ou seja, o III PNPM e o ODM, além de outros apontados como ferramentas para um desenvolvimento humano equânime e sustentável. Trabalho formal está agregado a muitas outras condições que as mulheres negras por vezes não conseguem agregar para se inserir no mundo do trabalho. Resta a informalidade característica das Ganhadeiras e Zungueiras, que conquistam diariamente uma renda que não supre as suas necessidades básicas, é necessário estabelecer ações eficazes que possam, contribuir para a autonomia delas. É importante frisar que o trabalho assalariado ou independente, que gere renda, configura-se como uma necessidade social e política das mulheres para sua própria manutenção e da sua família, logo, para a sua autonomia. Sabemos que, na sociedade capitalista vigente, atividades laborais via emprego formal ou informal é uma das formas de se garantir renda. Segundo a CEPAL,

[...] deve-se reconhecer que no mundo de hoje a principal fonte de recursos monetários das pessoas é o trabalho remunerado, dependente ou independente. Isto se completa ao fato de que por meio do emprego que se tem acesso a outros benefícios, como a proteção social (CEPAL, 2010, p. 30).

Segundo Ávila (2011), a realização profissional e a autonomia financeira são uma dimensão, não suficiente, mas fundamental, do fortalecimento das mulheres e da sua construção como sujeito. A pesquisa e as narrativas das mulheres entrevistadas evidenciam as dificuldades cotidianas no sentido de garantir os deslocamentos das mulheres entre a esfera doméstica, do trabalho e a participação política. Considerando as mulheres que possuem filhos, essas dificuldades crescem exponencialmente. Uma informação relevante no estudo das desigualdades de gênero no Brasil é a situação da categoria das trabalhadoras domésticas que, apesar de ser a maior do país e de o trabalho ser de fundamental importância para a sustentação da vida humana, só muito recentemente essas trabalhadoras começaram a ter acesso à integralidade dos direitos trabalhistas.

Esses acontecimentos reforçam a precarização do trabalho das mulheres. Ávila (2011) afirma que as mulheres vão para o mercado de trabalho levando

consigo a responsabilidade do trabalho doméstico, enfrentando uma série de conflitos de diversas naturezas, principalmente a forma de organização do tempo social, as lógicas que regem o tempo do trabalho produtivo e o tempo do trabalho reprodutivo, que são distintas. As mulheres continuam, majoritariamente, responsáveis pelo trabalho doméstico, em um contexto de ausência de equipamentos públicos de apoio.

A autora aponta ainda que políticas públicas que assegurem emprego, renda e proteção social devem considerar também o enfrentamento para a superação da desigualdade e fortalecimento da autonomia das mulheres. As políticas públicas devem comungar com a realidade das mulheres, considerando seus múltiplos papéis, sendo capazes de produzir autonomia financeira para avançar nos estudos, na profissionalização, para ter lazer, para ter prazer e tempo para si.

Considerando que as mulheres da Rede de Mulheres do Subúrbio e da Rede de Mulheres de Luanda são, em sua grande maioria, da periferia, percebe-se que elas lutam para vencer o distanciamento dos espaços políticos, a alienação imposta pelos meios de comunicação e mídia, o descaso e esquecimento do poder público que desconsidera o relevante papel de cidadã das mesmas, deixando de garantir serviços públicos de qualidade ou quase não existindo para as comunidades destes espaços geográfico esquecido pelo poder público. Todos esses são fatores que alijam e limitam a autonomia e participação das mulheres dos espaços de decisão.

Percebemos que as mulheres, com poucas opções de desenvolvimento pessoal e profissional, estão presas a uma realidade bárbara, com reduzidas perspectivas de transformação. Espaços coletivos, como os das Redes estudadas configuram-se como alternativas de entendimento da forma de funcionamento do sistema vigente, além de uma possibilidade de analisar a realidade com uma consciência mais crítica e assim, pode intervir em prol do coletivo.

### *3.3.2 Sobre Comunicação*

O fator comunicação é sem dúvida um elemento fundamental no presente debate. Para que haja avanço social e a sociedade civil organizada possa exercer o

seu direito de cidadão atuando é necessário que a comunicação aconteça, sejam em pequenos grupos, a exemplo das Redes de Mulheres que estamos estudando, onde a comunicação verbal e não verbal são essenciais para fortalecer os laços, tendo cuidado para que esta não se transforme em mais um entrave, pelas dificuldades e limitações individuais e coletivas. Da mesma forma a comunicação entre estes grupos ou em outros tipos de agregados sociais com a gestão pública de modo geral, são fundamentais para que direitos sejam conquistados.

Martins (2008) na discussão sobre comunicação nas organizações da sociedade civil reflete que as redes se constituem como estruturas comunicativas organizadas em torno de princípios de ação, como valores orientadores da conduta – e não dos objetivos em si –, e demandam o estabelecimento de canais de comunicação alternativos para o debate das controvérsias em níveis inter e transnacionais. O grande desafio da comunicação nas organizações sociais é tornar as atividades e os projetos sociais conhecidos na sociedade com o objetivo de envolver e transformar o modo como as pessoas podem se tornarem parceiras na luta contra os problemas sociais que afligem a humanidade.

Durante as entrevistas fica evidente a maneira como as mulheres percebem o problema e se colocam a respeito das falhas internas e a repercussão –no cotidiano da sua vida. Acreditamos que este é um sinal positivo, afinal para mudar de atitude é necessário compreender as causas e seus efeitos. Analisando os trechos abaixo é possível perceber a questão:

Eu acho que comunicação é tudo. Sem ela não tem conversa (risos), mas eu mesma sou péssima nisso. Não abro e-mail, não leio jornal, fico até com vergonha quando as meninas da coordenação ligam, perguntando se recebi a mensagem... [...] Sinceramente, tenho que corrigir isto (Entrevista, H.L.P, Salvador, 2014).

O reconhecimento de que “ comunicação é tudo”, “ sinceramente tenho que corrigir isto” nos parece significativo diante do fato das dificuldades que estas mulheres enfrentam por conta de “tempo” para dedicar ao seu aprimoramento, já que as atividades laborais e a responsabilidade de chefas de família, se constitui num elemento dificultador. Seguindo o depoimento de uma das coordenadoras da Rede de Mulheres do Suburbio onde a mesma

demonstra que elas buscam alternativas e são persistentes, mesmo com a adversidade, já que a coordenação dos grupos também tem suas limitações

Nós tentamos de tudo: e-mail, ligações, facebook. Algumas questões têm bom retorno, mas ainda falta muito. Algumas não têm computador, outras mudam de número com frequência, e aí a coisa fica difícil. Só que somos brasileiras (risos), e nunca desistimos. Vamos em frente. Precisamos nos movimentar (Entrevista, J.K.S. Salvador, 2014).

Na Rede de Mulheres de Luanda os problemas de comunicação são potencializados com a dificuldade que elas tem de acesso a internet e outras dificuldade aliadas as suas condições socioeconômicas. A coordenada da RDG só tem acesso a internet, quando vai ao escritório que apoia suas ações, no centro da cidade. A forma mais eficaz de comunicação é quando elas se reúnem nos momentos em que deixam os filhos nas creches, nas escolas ou mesmo quando estão nas suas atividades nas ruas, e uma passa a mensagem para a outra. Assim a coordenadora nos diz: “Essa questão é seria. Não temos muita alternativa, mas funciona assim mesmo, de “ouvido a ouvido” as vezes levo semanas para ler um e-mail, corro atrás das manas para que elas fiquem atentas as coisas, uma fala com a outra, vamos levando assim mesmo, se desistirmos é pior, ai é que nunca vamos melhorar (M.J. Luanda, 2014).

O sentimento de que é fundamental melhorar a comunicação, apesar de todas as dificuldades que elas enfrentam, também é perceptível em mais uma fala: “Olha, para mim, a comunicação entre a gente é deficiente, capenga mesmo. Precisamos melhorar. (Entrevista .J.O.M Luanda 2014).

Comunicação é um debate necessário para ampliação da democracia participativa, afinal como interferir nas questões sociais sem utilizar esta ferramenta, importante e fundamental para a compreensão das mensagens faladas, escritas e subscritas nos textos verbais e não verbais. A ampliação de formas de comunicação e espaços de debates para a articulação do terceiro setor tem ganhado destaque nos debates no mundo, fato que confirma ser este um desafio. Pesquisa realizada em ONGs associadas à ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais) revela que 97% das ONGs utilizam a Internet de alguma forma. O problema está justamente na eficiência e eficácia desse uso, não só desse, como

também nos diversos tipos e meios de comunicação<sup>21</sup>. Para as mulheres dos campos estudados o problema ganha relevância em função da sua realidade socioeconômica. Vale ressaltar que em Luanda os problemas são bem maiores, lá manter o trabalho da RDG exige um esforço muito maior, devido as limitações de apoio dada as organizações não governamentais, as limitações de acesso as formas modernas de comunicação e acesso a informações.

A comunicação nas organizações não governamentais tem vários fatores que interferem de forma determinante na sua trajetória. Algumas podem ajudar no processo mas são pouco utilizadas como as rádios comunitárias, ficamos imaginando porque as mulheres não articulam um horário nestas rádios para se comunicarem. Quando colocamos para elas esta possibilidade ouvimos “isto sem duvida poderia facilitar o acesso de algumas mensagens, mas não conseguimos ter tempo para articular isto não”, “ sabe como é tudo tem que ter tempo”.

As Redes de Mulheres, tem ao seu lado uma grande ferramenta: trabalhar próximo às comunidades que buscam beneficiar fator que não é bem utilizado para potencializar as ações onde atuam, como parcerias com rádios comunitárias e carros de som, isto pedria ser utilizado para facilitar o envio de mensagens e o contato. A RDG em Luanda, com as suas dificuldades de ferramentas tecnológicas, internet e mesmo telefone fixo ou móvel, utiliza “o boca a boca”, que funciona como elemento de transmissão de mensagem, sendo assim um veículo de comunicação verbal que pode ser considerado eficiente, já que a mensagem atinge o objetivo e informa as mulheres dos encontros e ações.

Um dos grandes gargalos, além da ineficiência da própria comunicação interna nas Redes estudadas, é a falta de visibilidade de suas ações e uma avaliação mais concisa e real das atividades desenvolvidas em prol da causa. Assim, é essencial utilizar e desenvolver meios comunitários, mais próximos dos públicos que se quer atingir para agregar maior engajamento das pessoas envolvidas. Acima de tudo, as Rede de Mulheres, como diversas organizações sociais, precisam aprender a disputar o espaço e o tempo nas diversas modalidades

---

<sup>21</sup> Disponível em: <[www.abong.org.br/ongs.php](http://www.abong.org.br/ongs.php)>. Acesso em: 20 mai. 2014.

de mídia para dar destaque e assim agregar elementos de credibilidade do seu trabalho. Sem dúvida, o principal papel, que está no cerne da comunicação nestas organizações é a mobilização social.

A informação e a mediação são elementos fundamentais na mobilização social, destacando-se que estas dinâmicas são caracterizadas, sobretudo, pelas tensões, contradições e relações de poder subjacentes às práticas sociais. Segundo Melucci (2001, apud MARTINS, 2008), as articulações das coletividades se fazem sempre mais sustentadas no uso da linguagem e dos símbolos antagonistas que exprimem, no campo simbólico, uma resistência aos códigos estruturantes da lógica hegemônica. Isto por que:

[...] nas sociedades com alta densidade de informação, a produção não diz respeito somente aos recursos econômicos, mas investe em relações sociais, símbolos, identidade, necessidades individuais. O controle sobre a produção social não coincide com a propriedade por parte de um grupo social reconhecível, mas se move, ao contrário, rumo aos grandes aparatos de decisão técnica e política (MELUCCI, 2001, p.79).

Segundo Martins (2008),

A comunicação é um dos pilares da interação humana, e é por ela que o convívio entre as pessoas cria e recria as sociedades. Estudar a comunicação feita entre uma organização e seus públicos nos permite conhecer os sentidos que os atores dessas organizações atribuem a esses públicos. Pode-se até medir a força da influência de cada público pelo tipo de instrumento e técnicas de comunicação prevalentes nas relações presentes no sistema organização-públicos (MARTINS, 2008, p.5).

Estamos convencidas de que a comunicação precisa dialogar com as demais ferramentas que fundamentam o processo de participação das mulheres, sobretudo daquelas que desenvolvem trabalhos coletivos, onde comunicação e informação, são fatores determinantes para que as mensagens sejam absorvidas compreendidas e alcancem o objetivo principal da luta que é atingir a equidade social e vencer os desafios das sociedades complexas, em que vivemos..

Acima de tudo, as Redes de Mulheres, como diversas organizações sociais, precisam aprender a disputar o espaço e o tempo nas diversas modalidades de

mídia, para dissimular através de fontes confiáveis, assuntos de interesse da comunidade e assim, possam alcançar destaque e credibilidade para seu trabalho, bem como o seu objetivo maior garantir direitos e bem viver para todas as pessoas. Da mesma forma é essencial utilizar os recursos da comunidade num processo de parceria para atingir maior engajamento da sociedade que necessita perceber a força da “soberania popular”.

### *3.3.3 Acessos à informação, controle social e suas implicações para as relações de poder*

Outro fator estudado foram as condições de acesso à informação das mulheres que compõem a Rede onde identificamos que este aspecto constitui um problema a ser resolvido pelo grupo.

A informação depende de acesso, e este é difícil por várias razões: tempo de ler jornal, assistir TV, não participar de grupos que detêm a informação e não passam de jeito algum, tempo de ir a estas infinidades de formações que são feitas. Mas participar deste trabalho é tudo de bom. Eu gosto. Chamo outras colegas e, pelo menos nas reuniões, fico informada de um montão de coisas [...] (Entrevista, L.J.M. Salvador, 2014).

Percebemos que as mulheres que participam da Rede, mostram clareza de entendimento em pontos que são fundamentais, elas pontuam o problema de informação, por ser um fator dificultador, quando perguntamos se todas tem TV em casa a resposta é positiva, mas nem todas assistem jornal, ou programas informativos; o acesso delas ao jornal como meio de informação e comunicação é mais difícil ainda, por razões de tempo para a leitura ou parar para assistir ou por dificuldade de comprar ou ainda por não ter habito de leitura. Neste ponto percebemos que os encontros delas nas reuniões da Rede, também funciona como momentos de formação cultural e política, ali a informação é discutida e a comunicação acontece, mesmo que não seja com profundidade, mas os resultados ficam. O depoimento abaixo também segue na mesma direção de reconhecimento, dos limites pessoais da necessidade de ter informação e da importância do grupo

como disseminador da informação, assim a potencialidade da Rede neste fator é indiscutível.

[...] informação é ligada à leitura, saber ouvir bem, estar sempre estudando, ter acesso à internet. Eu lhe confesso: até gostaria de ser bem-informada sobre política, direitos, todos os dias, mas é difícil, por isso as reuniões aqui são importantes. Eu saio daqui sabendo um montão de coisas. Agora, temos que saber o que fazer com isto [...] (Entrevista P.L.F. Luanda 2014).

Os documentos, como os estudados neste trabalho, que norteiam e orientam a implantação e a implementação das políticas públicas são instrumentos que contêm informações e orientação para assegurar a garantia de direitos, assim para que se possa acompanhar a sua execução e intervir é fundamental que se tenham acesso a elas. Desta forma, as evidências sinalizam que a melhor forma é a discussão nos grupos, onde é possível coletivamente tirar as dúvidas e fazer avanços significativos. O III PNPM no capítulo V discute a necessidade de aumentar a participação das mulheres e que desta forma possam ascender as diversas esferas de poder, mas isto só é possível com as pessoas sendo bem informadas, tendo acesso a informação e sabendo utilizar as informações para o bem comum das comunidades.

Assim o III PNPM e outros documentos que informam direitos deveriam estar disponíveis em todas as organizações, mas isto não acontece eles ainda são literaturas de difícil acesso. Esses fatores nos remete ao pensamento de Dagnino (2005) quando indica que o vínculo indissolúvel entre cultura e política e da importância e necessidade de refletir o entendimento de sociedade civil, participação e cidadania, utilizado hoje nos diversos discursos, para assegurar que o processo verdadeiramente democrático não seja prejudicado e o acesso a informação é um dos caminhos. O esforço feito por mulheres da periferia pode ser mais uma vez analisado no depoimento que segue:

Veja, nosso esforço é por não nos deixar engolir pela desinformação. Se isso acontece, teremos que ver nosso povo sempre à margem de tudo. É isto que me move a participar deste movimento, com sacrifício de toda ordem, econômico. Eu mesma banco meu deslocamento, ausência com a família. Meu marido briga o tempo todo, meu filho diz que é órfão, mas eu acredito que estou ajudando ele e outras crianças a viverem melhor (Entrevista B.L.F., Salvador, 2014).

Nos discursos das mulheres entrevistadas, podemos compreender que a tríade, autonomia, comunicação e informação é fundamental para que o exercício do

controle social se efetive. Dagnino (1994) contribui com reflexões que muito se aproximam das situações vivenciadas no cotidiano da Rede. Segundo a referida autora, o Brasil é uma sociedade onde a desigualdade econômica, a miséria e a fome são os aspectos mais visíveis de um ordenamento social estruturado de forma hierárquica e desigual do conjunto das relações sociais: o que podemos chamar de autoritarismo social. Para a autora, esse autoritarismo engendra formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que subjaz ao conjunto das práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis. Nesse sentido, sua eliminação constitui um desafio fundamental para a efetiva democratização da sociedade. A consideração dessa dimensão implica, desde logo, uma redefinição daquilo que é normalmente visto como o terreno da política e das relações de poder a serem transformadas.

Assim, entendemos que uma das principais formas de se concentrar poder e o autoritarismo é a retenção das informações e a falta de divulgação das mesmas, com o objetivo de manter o outro dominado, na ignorância do não saber, entender ou se conscientizar. Para Martins (1989),

Há uma diversificação interna das classes subalternas cujo desconhecimento empobrece a compreensão de suas lutas e de suas possibilidades históricas, porque omite os seus dilemas e suas debilidades. Um discurso que unifique retoricamente as classes subalternas não produz a unidade e a força reais dessas classes e grupos sociais. Ao contrário, mistifica-as e empobrece a interpretação de sua realidade (MARTINS, 1989, p.107).

Existe um contingente de pessoas sem capacidade de proteção de seus direitos. É preciso conhecer os instrumentos de controle sociais e usá-los em defesas dos seus interesses. A ideia é que a participação democrática da sociedade civil no cotidiano das decisões de governo não é apenas desejável, mas crucial para a própria consolidação da democracia. Aqui está a importância estratégica das Redes de Mulheres e de outros movimentos que lutam por direitos.

É necessário se estudar a possibilidade de criação de uma referência de impacto social com o intuito de avaliar a implementação das políticas. Para o exercício da cidadania, é preciso que cada cidadão conheça o seu entorno social mais próximo, a rua, o bairro e a cidade em que vive, as organizações que ali atuam,

os problemas que enfrentam, o número de creches, escolas públicas, as igrejas e associações de bairros, os órgãos públicos e até as ações não governamentais, ou seja, é necessário transformar o lugar onde se vive num lugar onde identidade e prazer se completam e os equipamentos sociais sejam parte deste lugar e precisam funcionar de modo a atender bem a comunidade. Toda informação deverá ser transformada em ações em favor da eficácia das políticas públicas para que sejam realizadas corretamente e cumpram os objetivos para os quais foram criados.

O acesso e conhecimento das informações poderão ampliar a participação social. Movimentos sociais, como a Rede de Mulheres, realizam ações participativas, como audiências públicas, para debater projetos; procuram as ouvidorias destinadas a mediar reclamações e denúncias dos cidadãos quanto aos serviços públicos e os conselhos gestores de políticas públicas que têm participação da população; fazem abaixo-assinados; dentre outras tantas ações.

As iniciativas, da sociedade civil que visam unir esforços para garantir direitos, demandam uma maior e mais constante atuação de forma que possam levar informação e conhecimento para as comunidades, lideranças sociais, associações de moradores e toda forma de organização social. Através da difusão dos conhecimentos e das informações, será possível garantir o acesso efetivo e integral da população à justiça e ao ministério público, tornando-o “Advogado da Sociedade”. Será possível desenvolver uma nova consciência social para não fazer nenhuma concessão à violação dos direitos e à corrupção; defender uma escola pública de qualidade para todos; aferir os resultados das políticas afirmativas (cotas, gêneros, raciais, combate à pobreza e inclusão social), avaliando a sua efetividade e eficácia.

Com relação às questões de acesso a informações, verificou-se que pouco mencionam o PNPM e o ODM, apesar de ser estes documentos criados para nortear a implantação da política pública destinada a melhoria da vida das mulheres e, conseqüentemente, garantir direitos. No entanto, são pouco discutido durante os debates e reuniões. Na Rede do Subúrbio, por exemplo, quando pergunta-se sobre o PNPM, escutamos: “nós já ouvimos falar dele até temos um exemplar, mas quase não utilizamos”. Sobre o ODM a resposta é mais grave ainda: “sinceramente eu não sei o que é ODM, aliás aqui estamos ouvindo falar disso hoje”. Já na Rede de Luanda as ações são baseadas nas necessidades básicas não atendidas, e nas

ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, informações sobre o ODM, praticamente inexistem, quando perguntadas sobre este instrumento a fala foi: “não sabemos bem do que se trata, até já ouvimos falar mas nunca pegamos nele”.

Percebe-se, desta forma, que o acesso a informações contidas nestes documentos se constitui num desafio para práticas da garantia de direitos. No Brasil, o PNPM na sua terceira versão ainda é desconhecido por muitas mulheres, sobretudo àquelas que mais precisam dele para orientar o monitoramento e acompanhamento das políticas públicas voltadas para as mulheres. Em Angola, signatária dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, este também é um documento de difícil acesso, as mulheres quando muito, ouvirem falar, sabe-se que sem informação as dificuldades para discutir e participar dos bens públicos é muito mais difícil.

### *3.3.4 Os Conflitos intergrupais e Interpessoais*

Os conflitos intergrupais e interpessoais também mereceram um estudo minucioso, pois aparecem com frequência nos discursos e discussões da Rede.

Durante o desenvolvimento do trabalho, ouvimos e testemunhamos nos dois grupos, momentos de tensão e discussões originados por pequenas discordâncias no campo das ideias, fatos que poderiam ser compreendidos como normais, num grupo, no entanto, percebemos que nem sempre o problema é resolvido ali, no momento, muitas questões causam estranheza e até mesmo divisões, inferimos ser necessário a ajuda de profissionais que possam ajudar o grupo a resolver o problema. Numa das entrevistas tivemos oportunidade de ouvir “[...] Irmã, aqui temos nossos grupos mais chegados; com outras, nós vivemos. Afinal, temos que aprender a respeitar as pessoas, mesmo sem gostar muito [...] É a vida, mana. (Entrevista, A.Q.M. Luanda, 2014). É um depoimento que retrata bem a questão, num ambiente onde elas convivem com tantas dificuldades socioeconômicas e precisam realmente estarem unidas umas as outras para avançarem na caminhada.

Na Rede de Mulheres do Suburbio, em determinados momentos, percebemos uma tensão muito grande entre elas, nos permitindo inferir que o conflito é muito significativo, no

entanto, podemos também observar que muitas questões são diluídas e elas se reorganizam com certa rapidez, vejamos a fala de uma delas

[...] faltam alguns pontos de ajustes [...] nos desentendemos, discordamos por problemas externos, até mesmo discordamos de algumas questões partidárias. Afinal, nossa política é social, e não podemos esquecer disto. Ela é maior que a questão partidária. Mas, enfim, temos que superar, dar a volta por cima e seguir em frente. Afinal, nós, mulheres, já temos tantos outros problemas nossos para resolver. Vamos, filha em frente! [...] (Entrevista, M. G. G. P., Salvador, 2014).

Os sentimentos expressos nas entrevistas acima refletem conflitos intergrupais presentes na rotina dos grupos com as mulheres. Todas as dificuldades pelas quais elas passam geram elementos que podem potencializar estas questões. Segundo Turner (*apud* VALA, LIMA, MONTEIRO, 1987), à medida que as pessoas vão se identificando com um determinado grupo, a forma como lida com eles se altera. Este fato determina as percepções sociais e os sentimentos ameaçadores, implicando, assim, respostas diferenciadas a estas ameaças. Os conflitos têm aspectos negativos, caracterizados por momentos de tensão, de inquietação e insatisfação das pessoas individualmente e dos grupos. No entanto, é necessário olhar os aspectos positivos, porque o confronto desestabiliza, exige reação, gerando mudanças de comportamento, substrato do desenvolvimento social.

Nos dois grupos estudados, pôde-se observar que existem divergências geradas por fatores diversos, um deles é a falta de tempo para ouvir a outra, fato gerador de grande insatisfação e que as levam ao entendimento que estão sendo desrespeitadas. Identificamos também que o fato de viverem correndo para ganhar dinheiro e manter a família, as leva a percorrer os caminhos da ansiedade e falta de paciência com as outras, gerando discórdia e divisão no grupo.

Outro fator propiciador de conflitos no grupo são as concepções político-partidárias. Mesmo tendo um foco nas políticas de gênero, ainda assim, em alguns momentos, a defesa pela linha de um determinado partido termina criando divisões, levando algumas a adotar um discurso agressivo, negando a proposta de enfrentar a violência e a cultura machista inserida nos grupos femininos, onde o respeito ao outro é secundário em relação às possibilidades de se manter no controle da situação, ou seja, no poder.

Estes grupos convivem com o conflito interpessoal. Nesse contexto, a defesa dos interesses individuais e da sua opinião, por vezes, pode criar áreas de atrito, quando uma quer provar à outra que a sua opinião está errada, dizem: “Ela é burra!”. Muitas vezes, este tratamento surgiu no grupo, apontando para a troca de insultos, numa tentativa de silenciar a outra. Este tipo de comportamento desencadeia um sofrimento psíquico que ativa o plano emocional negativo, abrindo, assim, as portas para possíveis divisões. No momento do conflito, torna-se difícil lidar com as emoções, perdendo, desse modo, o controle emocional. As emoções negativas podem continuar a refletir por muito tempo na vida das pessoas. Saber lidar com os conflitos presentes no grupo é outro desafio a ser administrado no sistema de interação grupal.

### *3.4 Tecendo a Rede Ancestral<sup>22</sup> entre Ganhadeiras e Zungueiras numa ponte Brasil-Salvador e Angola - Luanda*

Ao longo do estudo os pontos comuns de alguns hábitos entre mulheres negras que viveram e vivem em Salvador, não deixaram dúvida sobre a relação ancestral, destas com as mulheres que vivem em Luanda/Angola. As quitandeiras, ganhadeiras, Zungueiras e ambulantes são mulheres que trabalhavam e trabalham na informalidade comercializando produtos das mais diferentes formas, para manterem a sua sobrevivência como também para a compra de escravos para dar a liberdade aos seus no período escravocrata. A maneira de atuar aponta para uma raiz comum do modo como elas atuavam e atuam em busca de ter renda, para terem autonomia e apoiarem a família nuclear e a estendida.

Nestes espaços não é incomum, sobrinhos, afilhados e até mesmo filhos de vizinhos, por força dos problemas locais, estarem juntos convivendo sob o mesmo teto e orientação das mulheres, isto se propaga numa série de outros fatores inclusive a disponibilidade de tempo para outras atividades que não seja a

---

<sup>22</sup> Rede Ancestral, esta aqui colocada como uma maneira de nos referirmos a raiz da mulher negra no Brasil, que tem sua origem em países Africanos de onde vem a tradição da mulher trabalhar para o seu sustento e da família.

manutenção da casa. Assim, tendo como parâmetro as questões relacionadas à precária participação das mulheres negras na vida da cidade, à luz das decisões tiradas em encontros, seminários, conferências e outros espaços sociais que buscam orientar os destinos das sociedades para uma maior equidade social e, de gênero, podemos afirmar que a Rede de solidariedade esta presente nos dois espaços estudados, está na “raiz” da vida destas mulheres de origem africana a tendência de ajuda mútua e busca por pontos de sustentação comuns.

A relação destes valores e hábitos com os os instrumentos de planejamento de políticas públicas - o Plano Nacional de Políticas para Mulheres e os Objetivos para Desenvolvimento do Milênio e outros instrumentos se justifica na proposição de que elas são cidadãs, que tem a vida regida por normas do seu país tendo direitos e deveres a serem cumpridos e respeitados, assim é extamente para garantir igualdade de condições de vida, que as mulheres das Redes precisam estar atentas aos seus objetivos, suas metas e propostas que são comuns no mundo inteiro, pois visam aumentar a equidade social.

Na pesquisa, observamos que tais instrumentos são pouco difundidos pelos organismos de políticas públicas do Estado e do Município de Salvador, tal como na organização política de Angola, sendo, em grande medida, utilizados de forma muito superficial nas reuniões das Redes estudadas. As observações feitas e os discursos das participantes destes coletivos apontam para a dificuldade de acesso à informação, bem como pela forma equivocada de como a gestão pública trata a questão democrática do acesso amplo e irrestrito a todo cidadão de informações de interesse público.

No percurso da pesquisa a proximidade nas questões relativas a vida das mulheres negras, dos dois campos pesquisados nos levou a buscar compreender um pouco mais as similaridades existentes entre o modo como elas agem para superar dificuldades e viver o seu cotidiano. Nesta busca identificamos as Zungueiras como mulheres que lutam diariamente para sustentar a si e a sua família, atuando no mercado informal, andando pelas ruas de Luanda laborando, juntas num processo de auto proteção, já que é comum serem assediadas pela polícia, ou agentes do governo, e reagem conjuntamente em defesa uma das outras. Em Salvador, a história mostra a existência das Ganhadeiras, nome atribuído às

mulheres escravizadas entre os séculos XVII e XIX. Elas saíam diariamente para vender produtos variados para sustentar a si, a família e ainda pagar a comissão do “seu dono”, hoje ocorreram mudanças, os nomes mudaram para rifeiras, ambulantes, cordeiras, mas o fim continua o mesmo, sobrevivência. Esta forma de ganhar o sustento para atender as exigências da vida tem raiz comum, a forma como desde os primórdios as mulheres negras em África, se comportavam diante da necessidade de si sustentar e sustentar a família, elas laboravam diariamente e também engendravam formas de ajuda recíproca SOARES (1996).

Nos dois espaços, as mulheres têm características físicas, sociais e econômicas muito semelhantes. Em ambas organizações estudadas, encontramos mulheres negras, moradoras da periferia, com baixa ou nenhuma escolaridade, chefas de família e que, na grande maioria das vezes, atuam no mercado informal. Neste mundo tão singular das mulheres negras, foram identificadas estratégias que encontraram para superar as dificuldades. Desde, encontros nas senzalas após a lida nas lavouras, para pensar maneiras de resistência, até hoje reuniões de mulheres em associações e/ou organizações, para discutirem a suas rotinas diárias, suas possibilidades e as estratégias utilizadas para superar as dificuldades, buscando pontos comuns que possam ajudá-las a ter uma vida melhor e, assim, serem cidadãs, conforme as constituições dos seus países.

No Subúrbio Ferroviário de Salvador, a pesquisa apontou dificuldades que as mulheres negras da periferia têm para compreender, acompanhar e monitorar as políticas públicas pensadas para diminuir as desigualdades em suas comunidades. Foram identificados, nos relatos, problemas básicos, como ausência de equipamentos sociais de apoio, postos de saúde, escolas em tempo integral, divisão sexual do trabalho doméstico, que impedem o avanço das mulheres e a equidade social entre os gêneros. Em Luanda, as observações e conversas nos grupos sinalizaram problemas similares para as mulheres que ocupam o papel de chefas de família em condições muito precárias.

Tem-se, então, uma interseção de fatores culturais, sociais e econômicos que unem estes dois grupos de mulheres. Neles, ancestralmente, existe a cultura de busca pela autonomia, mesmo quando a situação não lhes é favorável. Nos séculos passados, ocorreram transgressões sociais com violação dos direitos humanos e

desigualdades, ancoradas na questão mercantilista, racial e de gênero. No século atual, convivemos com os mesmos problemas, com alguns pontos de melhora, já que existe hoje, por parte da sociedade a nível mundial, uma preocupação global com o desenvolvimento humano nas suas formas mais inclusivas, para vencer os problemas de desigualdade social e garantir os direitos da pessoa humana, que deve ser livre e tratada de forma equânime.

No entanto, as atuais condições de vida das mulheres negras, registradas em anuários e pesquisas, apontam para a necessidade de maiores investimentos em todos os âmbitos de gestão, no sentido de garantir o cumprimento das leis e acordos que disciplinam e orientam a vida nas cidades e norteiam as políticas de redução das desigualdades.

A escuta e as observações nas Redes, campo do nosso estudo, apontaram fatores muito semelhantes entre elas, indicando que existem dificuldades a serem sanadas, mas existe também um potencial humano capaz de resolver as dificuldades identificadas, haja vista as inúmeras possibilidades de articulação que os grupos apresentam.

Nas duas experiências, os instrumentos de pesquisa apontaram problemas de autonomia econômica, fato que interfere nas autonomias social e política. Consideramos que o acesso a informações é um fator que impede o avanço. Tem-se a partir desta observação, que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, interessam aos dois grupos e, cujo acesso é limitado por fatores relacionados ao modo como a política é implementada, além dos graves problemas de comunicação interna e externa e dos problemas de ordem relacional, ou seja, os conflitos intrapessoais e interpessoais que, consideramos ocorrem naturalmente nas relações humanas. No entanto, nestes grupos, eles estão aliados a outros problemas que agravam a situação.

Ganhadeiras e Zungueiras, constituem uma teia histórica, com raízes ancestrais comuns que dialogam entre si, atravessando séculos e distâncias, numa transmissão de cultura, identidade e pertencimento, por uma causa que é de todas as mulheres negras que vivem esquecidas nas periferias e nos grandes centros urbanos da sociedade. A participação, na vida social e econômica da cidade,

aconteceu e acontece de forma intensa, mesmo com todos os problemas impostos pelo capitalismo e pelas diferenças de raça, de classe e gênero.

As unidades analíticas aqui relatadas são pontos em um mar de dificuldades, no entanto, podemos afirmar que no dia-a-dia, na periferia de Salvador ou em Luanda, as mulheres que ali vivem renovam a esperança diária e a transformam em causas de luta, necessitando de ferramentas que possam contribuir para potencializar o capital social que elas possuem. Os problemas diários não as abatem de forma definitiva, embora as energias sejam abaladas no cotidiano, se refazendo e reorganizando em busca de saídas para superação da perversa desigualdade social, racial e econômica em que vivem.

Analisando minuciosamente as questões identificadas, compreendeu-se que existem, sim, dificuldades a serem superadas, mas as possibilidades de crescimento das ações coletivas e a superação dos fatores impeditivos do avanço em direção à democracia mais participativa se constituem numa realidade possível de ser alcançada. Desta forma, o trabalho em REDE pode se constituir em um elemento potencializador do capital social presente nestas comunidades, nas quais as mulheres se constituem em uma soberania popular.

### *3.5 Redes: uma nova, velha forma de conquistar espaços: a tecnologia social –TGS*

Com as palavras, *laços, nós, unidade, força, compartilhamento*, ecoando nos discursos que ouvimos durante toda a pesquisa, chegamos à compreensão de que o trabalho em REDE, considerando-se o conceito de rede como possibilidade de união de esforços de comunidades pessoais, em um processo de longo prazo, na busca por garantir direitos e uma maior equidade social, no aprofundamento das lutas por democracia. Pode se constituir na melhor forma de superar os problemas identificados, como dificuldade de acesso a informação, conflitos intergrupais, distorção na comunicação e outros, pois se existe um objetivo comum potencializar o trabalho em rede pode ser o diferencial necessário para aumentar a participação e construir autonomia individual e coletiva.

Desta forma, tem-se o desafio de contribuir para que a sociedade civil possa ter ferramentas que ajudem numa maior inserção dela no fazer político da cidade. Afinal, é ela a parte mais importante do processo de consolidação da democracia. Mesmo diante de todos os percalços que as desigualdades sociais impõem, dentre elas, as questões raciais, de gênero e classe, as mulheres podem definir estratégias que garantam maior igualdade social para todos.

A partir das dificuldades identificadas nos dois grupos estudados, incluindo a necessidade de melhorar o acesso a informações, ter autonomia, melhorar a comunicação e agregar elementos para vencer as dificuldades de relação no grupo é que surge o *Guia: Ganhadeiras e Zungueiras: Construindo Cidadania em Rede*, forjado durante a realização desta pesquisa, cujo principal objetivo é contribuir com as discussões das redes de mulheres, com informações e possibilidades de acesso, nas discussões de formação de grupos de mulheres e outras ações de formação para controle social, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas.

Assim, acreditamos que, com a contribuição do *Guia*, ocorrerão impactos positivos no cotidiano das mulheres que trabalham em Rede; superação de contingências adversas no campo da autonomia econômica; reunião de informações sobre os empreendimentos femininos locais; socialização de experiências e replicação daquelas mais exitosas. Além disso, pode ocorrer a criação de grupos de discussão entre organizações de mulheres nos dois países e a inserção de outros da diáspora africana, utilizando-se reuniões itinerantes como forma de aproximação e ação integrativa e também aumento da participação nos conselhos de direitos das mulheres nos três níveis de governo. Por último, com uma nova visão das possibilidades de interferir no espaço público, podem-se estabelecer os intercâmbios com mulheres de outros países como meta a ser atingida no mais breve tempo possível.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de conclusão deste trabalho muitas questões ficaram pairando e ganhando contornos muito significativos, levando a reflexão de pensamentos dos pesquisadores e estudiosos do que embasaram o estudo um deles nos diz: As mulheres não têm que se tornarem homens para serem iguais. A igualdade requer a incorporação das diferenças como positividade e não como negatividade. Temos, portanto, que buscar uma democracia radical, pluralista, que entenda a cidadania como uma forma de identidade política que garanta a liberdade e igualdade para todos (COSTA, 1999).

De fato, a igualdade pressupõe e exige um exercício de cidadania contínuo, permanente onde as escolhas sejam construídas num processo livre e consciente, dando forma a autonomia na essência da palavra. Assim, com o presente trabalho, investigamos o modo como as mulheres das periferias dos grandes centros urbanos, tendo como recorte o Subúrbio Ferroviário de Salvador e a periferia de Luanda, podem desenvolver ações que potencializem a sua condição de cidadã, participando ativamente do monitoramento e acompanhamento das políticas públicas de gênero, e conseqüentemente do processo de construção de autonomia para garantir direitos, organizadas em coletivos ou fóruns no formato de REDES. Constatamos que essas mulheres trabalham com as dificuldades pertinentes às condições sociais dos contextos onde atuam; neles, as condições de participação estão fragilizadas por diversos fatores, inclusive o imediatismo da sobrevivência, que dificultam o exercício das práticas de cidadania e o empoderamento delas como sujeitos sociais.

Muitos são os avanços, pautados no III PNPM, nos ODM e outros instrumentos que reúnem ações e metas para diminuir a desigualdade social, promover a igualdade entre os gêneros e fortalecer os princípios democráticos. Sabemos que os avanços em relação ao estabelecimento de direitos para as mulheres têm ocorrido no mundo inteiro, mas falta um ingrediente importante: a participação proativa das pessoas mais interessadas na questão, acompanhando e monitorando a sua implantação, que são as mulheres da periferias, beneficiárias

diretas das políticas estabelecidas em acordos, seminários e tantos outros documentos estabelecidos para aumentar a equidade social e diminuir a desigualdade entre gêneros.

A identidade pessoal com a questão fomentou a necessidade de percorrer um caminho que pudesse contribuir para identificar ferramentas que dessem às mulheres da periferia melhores condições de intervir no processo democrático, de forma que a imposição limitante da forma como a gestão pública impõe o afastamento da participação popular, não dando acesso aos bens públicos, sejam suplantados onde possam atuar de modo mais proativo nos espaços públicos em favor da sua cidadania. Estamos falando de mulheres da periferia, que possui características bem diferenciadas de mulheres de outros grupos sociais, a grande maioria são negras, chefas de família e que convivem em baixas condições socioeconômicas. Diante de questões singulares como classe, raça e gênero, relacionadas às mulheres que formam as organizações estudadas, aprofundamos a linha histórica da questão e realizamos um percurso que nos levou a uma ligação entre Brasil e África, mas precisamente Suburbio Ferroviário de Salvador e Luanda, capital de Angola, onde realizamos a Residência Social.

Assim, o desafio de compreender melhor os fatos e fatores que limitam a atuação da mulher e, sobretudo aquelas da periferia no espaço privado, nos leva a uma imersão no mundo da monoparentalidade feminina, onde o labor do dia a dia, não permite avanços no campo da reflexão política, mesmo sabendo que é ela quem dita as normas sociais. Mas, o objetivo do estudo é identificar e analisar as dificuldades para que ferramentas possam ser construídas em prol da promoção de ações que contribuam para melhores condições destas mulheres estarem no espaço público, dando sua contribuição no fortalecimento da cidadania. Consideramos que essas mulheres não podem ser privadas da sua cidadania, da sua proatividade, dos seus direitos e deveres pautados nas normas do seu país, aliado aos acordos internacionais que atravessam continentes, construindo uma teia de inter-relações e mostrando os nós que unem a história e nós que dificultam o caminhar das mulheres na direção de ser integralmente uma cidadã do mundo.

A necessidade de compreender as limitações das vivências destas mulheres, soma-se ao desafio de ouvir, de forma mais apurada, numa escuta qualitativa, fatos

vivenciados por elas, que as levou a colocar em prática meios de sobrevivência ricos em ressignificações de princípios e valores, que “vem de longe” e, assim possam ser resilientes, adotando a união de forças para formar bons nós sociais que podem levar a conquista de um melhor bem viver para todas. Foi muito importante aprimorar a escuta, isto é, dedicar um tempo significativo para estabelecer empatia e ouvir, com sensibilidade, as experiências que as mulheres daqueles contextos descrevem e vivenciam no seu cotidiano e a forma como encontram solução para problemas que o simples fato de viver em sociedade estabelece e, a partir desta compreensão, como administram a ausência do poder público nos espaços onde as dificuldades socioeconômicas são maiores.

Desta forma, fez-se uma imersão no mundo das mulheres que fazem e acontecem nas periferias dos grandes centros urbanos, notadamente, o Subúrbio Ferroviário de Salvador e a periferia de Luanda. Fomos vivenciar o cotidiano delas identificando possibilidades e dificuldades para a superação que a exclusão classista impõe às mulheres, e, mais especificamente, às negras.

Constatou-se que as mulheres da periferia vivem dificuldades básicas para sobreviver na selva capitalista e na confluência perversa entre projetos políticos que atribuem à sociedade papéis distintos, inibindo, muitas vezes, a sua atuação, através de dificuldades de acesso a informações, produzindo falsas inclusões, camuflando a presença inibidora do Estado nos espaços que deveriam ser de pleno exercício de cidadania, promovendo o afastamento da sociedade civil dos organismos que deveriam ser de controle e monitoramento da sociedade.

Foram muitas as dificuldades que as mulheres sujeitos desta pesquisa apresentaram, registramos cada fala sobre os problemas que estão relacionados ao acesso às informações, surgindo questionamentos sobre como contribuir se não conhecem o objeto da contribuição? Seria muito fácil dizer-lhes que hoje é possível o acesso a sites e outros instrumentos para verem os documentos que norteiam e orientam as políticas públicas voltadas para as mulheres.

Assim, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e tantos outros acordos e pactos nacionais e internacionais, pensados e construídos para dirimir as desigualdades entre os

gêneros e orientar a garantia de direitos, não vem cumprindo o seu papel. É difícil para essas mulheres terem acesso a um exemplar daqueles que foram editados e reproduzidos com o objetivo de orientar a implantação das políticas nas diversas esferas de governo. Muitas organizações não possuem sequer acesso aos referidos documentos na forma física. Se considerarmos a possibilidade de acesso pela internet, a dificuldade também é uma realidade, afinal, mesmo com o avanço no mundo da informática, estas mulheres, na sua maioria, ainda não têm acesso a estes equipamentos por diversas razões: não têm o equipamento, não sabem lidar com a tecnologia, enfim, são muitas as situações geradas pela dificuldade de acesso a bens geradores de informação.

Considerando a importância da sociedade civil organizada, a exemplo das Redes de Mulheres, participar de forma ativa do monitoramento e acompanhamento das políticas públicas pode-se afirmar que é fundamental para fortalecimento de um processo mais igualitário que o acesso as informações sejam democratizados. Caso contrário, a possibilidade de atuarem de forma cidadã para sua própria cidadania, através do acompanhamento e do monitoramento de instrumentos sociais e das políticas publicas consolidadas através do PNPM e o ODM é dificultado. Se não existe o conhecimento amplo de todos os cidadãos e cidadãs, como interferir de forma incisiva para que os direitos sejam garantidos? Como construir uma democracia participativa? A dificuldade de acesso foi constatada nos dois campos de observação, pois mesmo sendo uma preocupação mundial a discussão sobre ampliação de direitos das mulheres e a igualdade de gênero na pratica, não alcança um nível ideal, carecendo ainda de ações contundentes para se concretizar. Uma delas é criar nos espaços públicos condições de discussão de marcos regulatórios da política de forma ampliada e acessível, sem isto se considera tarefa difícil acompanhar a evolução dos ganhos sociais e a participação cidadã das pessoas que formam a sociedade ativa.

Se entendermos os fatores estudados, como desafio para empoderar mulheres visando diminuir as desigualdades de classe, raça e gênero, compreenderemos que necessitamos pensar de que mulheres estamos falando. Afinal, a questão de classe e raça coloca as mulheres em degraus diferentes. Podemos vislumbrar esta perspectiva de modo claro quando as estatísticas dos

mapas de desigualdade apresentam seus números. Precisamos fazer um exercício para que o acesso das pessoas menos favorecidas ao verdadeiro mundo da cidadania, discutindo políticas de inclusão que contemplem os grupos de mulheres historicamente discriminadas.

Salvador é uma cidade onde as mulheres são maioria, e uma maioria negra, mas quem representa a população nos espaços de poder tem um perfil distante daquele que forma o anel da periferia da cidade. Com isso, podemos, de novo, interrogar: como justificar esta questão? Qual a relação deste fato com os problemas socioeconômicos encontrados nas periferias? Fazendo uma reflexão sobre o que vivenciamos em Luanda, constata-se que existem alguns problemas semelhantes que ganham elementos diferenciados, a exemplo da questão racial, mas quando olhamos para o fator classe e gênero, os problemas das mulheres da periferia de Luanda são muito parecidos com os das mulheres negras em Salvador. As luandenses são maioria em uma população quase totalmente negra e com condições de vida precárias. São mulheres que vivem sozinhas devido às contingências da guerra e outros fatores; trabalham de sol a sol para garantir o *funje* – alimento feito à base da mistura de farinha de mandioca com água, que serve de base para as refeições das suas famílias –; com baixas condições de trabalho; sofrem sérios problemas de saúde; o saneamento básico inexistente, e os equipamentos de apoio social passam a uma distância razoável das necessidades que elas têm.

Nas periferias de Salvador, mesmo com os avanços nas conquistas obtidas com o atual momento político, as deficiências e as desigualdades são gritantes, as mulheres de Salvador e de Luanda não têm creches para seus filhos; as condições de escolaridade são muito parecidas: se são alfabetizadas, o limite, por vezes, é o de saber “assinar o nome”. A mortalidade materna continua fazendo vítimas, os postos de saúde funcionam precariamente e não atendem às demandas. Pergunto: o acesso a informações pode mudar este quadro? Acredito que sim, afinal quem tem informação tem poder e, para chegar até ele, é necessário implementar as políticas que visam melhorar à educação e tantas outras políticas básicas para as pessoas.

Além das questões relativas ao acesso a informações, as mulheres se reportaram a dificuldades relativas à comunicação. Podemos imaginar o que é

comunicação se formos para o campo dos acessos formalizados, a exemplo dos jornais, rádios e televisão, ou se pensarmos na comunicação verbal e na comunicação não verbal, enfim, nos diversos tipos de comunicação. Elas falam da comunicação, do seu significado na inserção e relação com a sociedade e alegam dificuldades: “Não nos escutam”, “[...] queremos falar, mas não temos como”. As promessas de uma aproximação maior com o poder público se limitam a poucos privilegiados que conseguem chegar até um dos representantes do povo. Isto indica que, aliada ao problema de comunicação, tem-se a dificuldade de acesso aos espaços de poder, cujos representantes criam empecilhos para que a sociedade civil, possa levar as suas demandas e garantir direitos.

Pode-se afirmar que, em uma democracia, as dificuldades de comunicação comprometem o seu exercício. Afinal, se o povo é o sujeito da “soberania popular”, como afirma Coutinho (2011), como fazer valer esta força? Como vencer as barreiras impostas por estratégias criadas para dificultar a boa relação nos grupos. São muitas as artimanhas do poder que levam à fragilização das organizações, incluindo as dificuldades operacionais de muitas para funcionar, mas, diante da urgência das necessidades, assumem na comunidade o papel do estado na execução de políticas básicas, quando deveriam estar monitorando a execução de serviços pagos com os recursos públicos. Isso potencializa problemas nas organizações da sociedade civil, sobretudo, quando dificuldades financeiras impedem o deslocamento e a comunicação com outras organizações, limitando, assim, o processo de participação.

Ausência de autonomia econômica também se apresenta no processo, criando impedimentos concretos de atuação. Soares (2011) considera que a autonomia econômica é fundamental e que ela influencia na autonomia de decisões e no pessoal. Imaginemos, então, o processo democrático no qual as pessoas não possuem autonomia de decidir sobre o caminho que desejam seguir, direitos garantidos pela Constituição Federal, ao determinar que todos os cidadãos têm direitos iguais, e isto deve ser respeitado pelo estado.

Essa reflexão permitiu uma maior compreensão da importância do trabalho desenvolvido em REDE, por mulheres das periferias estudadas na luta por uma maior equidade social. Somando estas questões ao interesse científico de identificar

ferramentas que possam fomentar uma maior participação das mulheres nos espaços públicos, podemos afirmar que a minha trajetória na vida e na academia ganha contornos diferenciados, pois agrego a eles a energia adquirida na interação com estes grupos que sabem transformar a dura realidade em que vivem em forças para “levantar e dar a volta por cima”, num processo de resiliência social. Vale ressaltar o fato de como as mulheres dos campos estudados, usam o bom humor, para superar problemas num exercício pleno de resiliência, brincando com as dificuldades do dia a dia.

Ressalto que é urgente a necessidade de repensar estratégias inclusivas que possam contribuir para o enfrentamento à economia do lucro, baseada num desenvolvimento convencional que deixa de fora uma população majoritária, responsável por uma produção significativa não aferida pelo comando sexista e machista de uma sociedade que reflete um modelo capitalista que fomenta o individualismo, dissociado dos princípios humanísticos, na construção de vínculos, laços e nós sociais, que possam otimizar uma relação equânime entre homem e mulheres, pobres e ricos, negras(os) e brancas(os).

Desta forma, fazendo um retorno ao início desta pesquisa, reflito acerca da pergunta inicial que motivou esta caminhada: “Quais ferramentas de intervenção podem potencializar a participação das mulheres da Rede de Mulheres pelo Fortalecimento do Controle Social das Políticas Públicas – Salvador, Bahia e na Rede de Desenvolvimento para o Gênero, em Luanda, no monitoramento da implementação das políticas de autonomia previstas no III PNPM e nos ODM?” Para exercer o direito de acompanhar a implementação de políticas públicas, para as mulheres usando estes dois documentos, importantes para orientar ações, constatamos que existe dificuldades de acesso e ausência de discussão mais aprimorada, sobre suas metas e objetivos, entre as Redes e os organismos governamentais responsáveis pela sua implantação e implementação. Só a união de esforços pode vencer estas barreiras impostas pelo modo de gestão centralizada adotado pelos gestores públicos, e assim garantir para as mulheres maior condição de participação, autonomia e equidade social.

Sem dúvida, o resultado da pesquisa aponta que juntas, formando um “feixe” de resistência, desenvolvendo apoio mútuo, as mulheres de periferia poderão vencer

as dificuldades de *participação* e construir *autonomia*. Acreditando que existem possibilidades de superação, reafirmamos a nossa hipótese de que o trabalho em *Rede* é um caminho possível de ser seguido para que as mulheres encontrem solução para suas demandas, dando maior visibilidade social às suas lutas e potencializando suas conquistas.

Para reunir as informações identificadas e refletir sobre os fatores que dificultam a atuação das mulheres, apontando portas de saída para eles, construímos o *Guia de Orientação: Ganhadeiras e Zungueiras: Construindo Cidadania em Rede*, ferramenta que, utilizando uma linguagem coloquial na forma dialogada, tem como objetivo contribuir para facilitar e, assim, aumentar as condições de acesso a informações, diminuindo os problemas de comunicação apontados no trabalho, ao tempo em que busca ajudar no fortalecimento das relações internas das *Redes*.

Apresentamos também como resultado do trabalho, a construção concreta de “fios humanos”, representado pelas mulheres dos dois países, que utilizando ferramentas tecnológicas e se comprometem a trabalhar intensivamente para que *Redes* de fortalecimento das políticas de gênero sejam construídas e socializadas na busca por apoio mútuo e solidário que solidifique a cidadania, fundamento principal de uma Democracia Participativa. Com isto, acreditamos que ao longo deste percurso plantamos o sentimento de que para construir uma sociedade justa temos que desatar os nós que dificultam o avanço social e atar nós que fortalecem a boa cidadania.

## REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Sonia. Redes Sociais e Teoria Social: Revendo os fundamentos do Conceito. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 12, n. esp., 2007.
- ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, novembro, 2002.
- ÁVILA, Maria Betânia. Reflexões sobre as Desigualdades de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho. 187 textos acadêmicos, autonomia econômica e empoderamento das mulheres, 2011.
- BARNES, J.A. *Social Networks*. Cambridge: Module 26, p.1-29, 1972. (Acioli)
- BRITO, Anhamona Silva. Incluindo a Perspectiva Racial de Gênero no Debate Sobre a Reforma Política. *Textos Acadêmicos Autonomia Econômica e empoderamento das mulheres*, 2011, p. 7.
- COLONOMOS, A. Emergence d'un objet et perspectives internationalistes. In.:
- CHARILLON, F. et al. *Sociologie des réseaux transnationaux*. Paris: Editions L'Harmattan, 1995. 299p.
- CARLOTO, Cassia Maria e GOMES, Anne Grace. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. *Serv. Soc. São Paulo*, n. 105, p. 131-145, jan./mar. 20
- CASTELLS, Manuel e CARDOSO Gustavo (Orgs.). *A Sociedade em REDE: do Conhecimento à Ação Política*. Anais da Conferência promovida pelo Presidente da República de Portugal entre 4 e 5 de Março de 2005. Disponível em: [http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade\\_em\\_Rede\\_CC.pdf](http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf). Acesso em: 12 ago. 2013.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cidadania e Modernidade*. Perspectiva, São Paulo, 22: 41-59, 1999.
- DAGNINO, Evelina (1994). Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania. In: Evelina Dagnino (Org.). *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. S.Paulo: Editora Brasiliense.

DAGNINO, Evelina (2004). Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? En: Daniel Mato (Coord.). Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110.

DAGNINO Evelina. Políticas Culturais. Democracia e o projeto neoliberal. Revista Rio de Janeiro, n 15, jan.-abr (2005).

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito de família. 17. ed. São Paulo:Saraiva, 2002. v. 5.

FARIA Nalu.Desafios para a Construção da Autonomia Econômica para as Mulheres 229. Autonomia Econômica e Empoderamentodas Mulheres. Textos Acadêmicos, Brasília, 2011.

FRIEDMAN, John. Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras, Celta, 1996.

FREIRE, Gilberto. Um brasileiro em terras portuguesas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas.Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2002.

IANNI, Octavio.O preconceito racial no Brasil. Estud. av. vol.18 no.50. São Paulo jan./apr. 2004.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. Desigualdades raciais no Brasil: um balançoda intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2008.

LAGARDE, Marcela. Gênero y feminismo:desarrollo humano y democracia. Madrid, Horas & Horas, 1996.

LISBOA, Tereza Kleba. Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas.Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. UFSC, Florianópolis. Brasil Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS, 2007.

LOPES, Ana Maria D' Avila e NÓBREGA, Nogueira Luciana. Democratizando a democracia: a participação política das Mulheres no Brasil e a reforma do sistema político. LOCAL, EDITORA, ANO.

- Lima, Maria Batista. Identidade étnico/racial no Brasil: uma reflexão teórico-metodológica. Fórum de Identidade, Ano 2, Volume 3 – p. 33-46 – jan-jun de 2008.
- HAQ, Mahbubul,. Reflections on human development. Oxford University Press, Oxford, 1995.
- HOLANDA.SérgioBuarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, LivrariaJosé Olympio, 1956.
- MARINHO, Ernandes Reis. As relações de poder segundo MichelFoucault. e- revista facitec. v.2 n.2, Art.2, dezembro 2008.
- MARTINS, Eduardo. A comunicação nas organizações da sociedade civil: conhecendo as iniciativas cidadãs. E-Com, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, 2008
- MARTINS, José de Sousa. Caminhada no chão da noite. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedadescomplexas. Petrópolis: Vozes, 2001
- MIGUELETTO, Danielle C. R. Organizações em rede. Dissertação de Mestrado em Administração Pública. Escola Brasileira de Administração Pública, FGV. Rio de Janeiro, 2001.
- MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 3, n. 42, p.551-79, maio/jun. 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).
- OLIVEIRA, Waldir Freitas.Considerações sobre o preconceitoracial no Brasil. 2008. Disponível em: <[www.ufrb.edu.br/reconcavos/edicoes/n03](http://www.ufrb.edu.br/reconcavos/edicoes/n03)>.
- PERISTA Heloisa.Mulheres, homens e usos do tempo quinze anos após a Plataforma de Acção de Pequim. Onde estamos, em Portugal? 2002. Disponível em: <[www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui...att](http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui...att)>. Acesso em: 2 jun. 2014.

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013, Disponível em:<[https://: www.spm.gov.br](https://www.spm.gov.br)>. Acesso em:10 ago. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD.Relatório de revisão anual: Programa de Combate ao Racismo Institucional, componente saúde. Brasília: PNUD. Disponível em:<[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)>. Acesso em 14 jun. 2014.

PORTUGAL, Sílvia.Contributos para uma discussão do conceito de Rede na teoria sociológica. Oficina do CES nº 271 março(2007).

PORTUGAL, Sílvia.Famílias e Redes Sociais: Ligações fortes na produção do bem-estar. Sílvia Portugal CES, fevereiro de 2014.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda.Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, 2013 Brasília.

SOARES, Cecília Moreira. AS GANHADEIRAS: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX, 1996.

SOARES, Vera. Mulher, Autonomia e Trabalho. 281, Autonomia Econômica e Empoderamentodas Mulheres. Textos Acadêmicos,2011.

SOUZA, Angela Maria Gordilho.Da idealização do subúrbio à construção da periferia: estudo da expansão suburbana no século Xx em Salvador-Ba, 2004.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo:Cortez,1985.

TURNER Tajfel, H., e TURNER, J. (1979-86). The social identity theory of intergroup behavior. In: Worchel e W. Austin (Eds.). Psychology of Intergroup Relations. Chicago, Nelson-Hall Pub.

VALA, Jorge; LIMA, Maria Luísa; MONTEIRO, Maria Benedicta. Conflitosintergrupais em contexto organizacional:problemas de investigaçãoe de intervenção — estudo de um caso.Análise Social, vol. XXIII (99), 1987-5º, 801-814.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração.3. ed.São Paulo: Atlas, 2008.

Sites:

CEPAL. Disponível em: <[www.CEPAL.org](http://www.CEPAL.org)>. Panorama social da América Latina 2010.

Datasus. Disponível em: <[www2.datasus.gov.br](http://www2.datasus.gov.br) > 2006.

**Mamãs quitandeiras, kinguilas e zungueiras: trajetórias femininas e cotidiano de comerciantes de rua em Luanda**

Mom “quitandeiras”, “kinguilas” and “zungueiras”: women trajectories and everyday of street traders in Luanda.

**Orlando Santos 2011**

|

# ANEXOS

## Anexo 1 – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Roteiro de entrevista da pesquisa de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia.

1.0 O que significa a palavra em Rede para você? O que ela significa na comunidade?

2.0 Quais as principais dificuldades para o trabalho em Rede?

3.0 O que significa participação e autonomia para as mulheres com as quais trabalha?

4.0 Como você descreve a condição socioeconômica das mulheres da periferia?

5.0 Para você, quais as principais dificuldades que a mulher de periferia encontra no dia a dia para participar do movimento social?

6.0 Quais as soluções possíveis para as dificuldades identificadas por você?

7.0 Você acredita que se as mulheres reunirem esforços em prol de objetivos comuns, poderão conseguir avanços?

Obrigada por sua colaboração!

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## Anexo 2

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu \_\_\_\_\_, abaixo assinada, concordo em participar da pesquisa sobre participação das mulheres da periferia no acompanhamento e monitoramento de políticas públicas que garantam direitos às mulheres. Fui informada e esclarecida pela pesquisadora sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos envolvidos e seus desdobramentos. Foi garantido sigilo das informações e da minha identidade e que, a qualquer momento, tenho liberdade de retirar meu consentimento, sem qualquer prejuízo para mim.

Local e data \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

# ANEXOS

ANEXO 3 –<sup>23</sup>

Figura 01 – Reunião em Luanda



Fonte: Autora. Registro de reunião em Luanda – janeiro 2014.

Uma das reuniões que realizamos com a RDG, para discutir o modo como elas elaboravam suas atividades

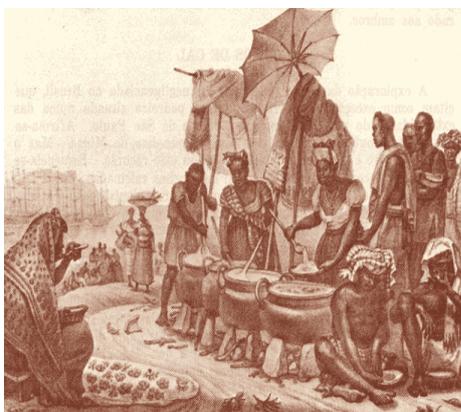
Figura 02 – Reunião Rede em Salvador



Fonte: Autora. Registro de reunião Rede em Salvador – janeiro 2013.

-Reunião da Rede de Mulheres do Subúrbio discutindo ações de acompanhamento do III PNPM e do 3 objetivo do ODM

Figura 03 – Ganhadeiras



Salvador século XIX.

Fonte: [www.tanianavarros.com.br](http://www.tanianavarros.com.br)

Figura 04 - Zungueiras



Angola - século XIX.

Fonte: [www.tanianavarros.com.br](http://www.tanianavarros.com.br)

Figura 05 – Transporte Município de Cazenga



Registro realizado no município de Cazenga durante a Residência Social em 20 de janeiro de 2014.

Devido a ausência de saneamento básico, as pessoas circulam entre resíduos sólidos e restos de alimentos, que boiam num riacho, sendo transportadas por um pequeno barco.

Fonte: Autora.

Figura 06 – Escola bairro Cazenga



Registro realizado no município de Cazengadurante a Residência social em 20 de janeiro de 2014.

A escassez de investimentos em escolas e a defasagem de vagas para crianças na rede pública, leva organizações sociais a improvisarem salas de aula.

Fonte: Autora.

Figura 07 - Residência Social Luanda (A)



Fonte: Autora. Registro autorizado feito durante Residência Social – Reunião com Redes/Luanda, janeiro 2014.

Figura 08 - Residência Social Luanda (B)



Fonte: Autora. Registro autorizado feito durante Residência Social – Reunião com Redes/Luanda, janeiro 2014.

Figura 09 – Mulheres em Luanda



Disponível em: <[www.patriciaguinevere.blogspot.com](http://www.patriciaguinevere.blogspot.com)>. Acesso em: 20 jun.2014.

Figura 10 – Mulheres em Salvador



Mulheres na Câmara de Vereadores em Salvador

Disponível em: <[www.rededemulheresdabahia.com](http://www.rededemulheresdabahia.com)>. Acesso em: 20 jun.2014.

Figura 11 – Escrava em Salvador – século XIX



Escrava no século XIX, em Salvador, carregando uma criança branca.

Disponível em:<[www.historiadabahia.wordpress.com](http://www.historiadabahia.wordpress.com)>. Acesso em: 20 jul. 2014.

Figura 12 – Mulher em Luanda – século XX



Mulher carregando seu filho em Luanda – século XX.

Disponível em:<[www.ma.ao](http://www.ma.ao)>. Acesso em: 20 jul. 2014.

ANEXO 4 –

**Guia de Orientação: Ganhadeiras e Zungueiras:  
Construindo Cidadania em Rede.**

# GUIA ILUSTRADO GANHADEIRAS E ZUNGUEIRAS: Construindo Cidadania em Rede



---

TRABALHANDO EM REDE  
AUTONOMIA E OCUPAÇÃO DOS  
ESPAÇOS PÚBLICOS

# FICHA TÉCNICA

Guia para acompanhamento e monitoramento das políticas públicas pelas Mulheres de Periferia, trabalhando em REDE produzido no âmbito do Curso de Mestrado Profissionalizante e Desenvolvimento em Gestão Social da Universidade Federal da Bahia.

**Autora**

Jesus, Ligia Margarida Gomes, Mestranda em Desenvolvimento em Gestão Social

**Orientadora**

Santos, Maria Elizabete Pereira, Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, são Paulo (UNICAMP)

**Co-orientadora**

Rossi, Renata, Doutoranda em Administração pela Universidade Federal da Bahia

**Revisão**

Josy Andrade

**Programação e designer gráfico**

Tiago Figueiredo Pimentel

# MULHERES CONSTRUINDO AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO EM REDE



Foto:<http://www.agenciajovem.org>

**Salvador 2014**

Mãos que se unem



Em busca de cidadania



Fonte: apjerimum.blogspot.com.br/

E de autonomia

[www.rededemulheresdabahia.com.br](http://www.rededemulheresdabahia.com.br) e [www.patriciaguinevere.blogspot.com](http://www.patriciaguinevere.blogspot.com)



Fonte: Google imagens

# Ressurgir das cinzas

Sou forte, sou guerreira,  
tenho nas veias sangue de ancestrais.  
Levo a vida num ritmo de poema-canção,  
mesmo que haja versos assimétricos,  
mesmo que rabisquem, às vezes,  
a poesia do meu ser,  
mesmo assim, tenho este mantra em meu coração:  
'nunca me verás caído ao chão'  
(...)

Sou guerreira como Luiza Mahin,  
Sou inteligente como Lélia Gonzáles,  
Sou entusiasta como Carolina Maria de Jesus,  
Sou contemporânea como Firmina dos Reis  
Sou herança de tantas outras ancestrais.  
E, com isso, despertem ciúmes daqui e de lá,  
mesmo com seus falsos poderes tentem me aniquilar,  
mesmo que aos pés de Ogum coloquem espada da injustiça  
mesmo assim tenho este mantra em meu coração:  
"Nunca me verás caída ao chão."

Esmeralda Ribeiro

# SUMÁRIO



<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. ENCONTRO DE IDENTIDADES E DE LUTA POR CIDADANIA.....</b>	<b>9</b>
<b>3. REDES NOVA FORMA DE CRIAR VÍNCULOS: CONVERSANDO SOBRE REDE.....</b>	<b>12</b>
<b>4. OS MARCOS LEGAIS, INSTRUMENTOS E FERRAMENTAS QUE ORIENTAM A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PARA AS MULHERES.....</b>	<b>17</b>
<b>5. CONSTRUINDO CIDADANIA E AUTONOMIA NUM PROCESSO COLETIVO.....</b>	<b>21</b>
<b>6. NOSSOS CONFLITOS E DIFICULDADES INTRA E INTERPESSOAIS.....</b>	<b>28</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>30</b>
<b>8. REFERENCIA .....</b>	<b>32</b>

# GANHADEIRAS e ZUNGUEIRAS



Fonte: lenidavid.com.br



Fonte: www.hcporai.com

Ganhadeiras eram mulheres escravizadas que, no século XIX no Brasil, viviam de ganho, peregrinavam pela cidade vendendo para os senhores, para o seu sustento e da família. Hoje, como dantes, as mulheres continuam “no ganho” das mais diversas formas, trabalhando para sustentar a família e lutando por autonomia. São conhecidas como autônomas, ambulantes, rifeiras tantas outras denominações, mas continuam ganhando a vida, laborando, diariamente, em busca da sobrevivência, vencendo as adversidades e vulnerabilidades impostas pela sociedade desigual onde vivem.

As Zungueiras, mulheres conhecidas em Angola por exercerem diariamente a arte de trabalhar nas ruas, com os filhos atados as costas, vendem diversos tipos de mercadorias, desde comidas feitas por elas mesmo, produtos fruto da colheita nas roças, até roupas e os mais diversos produtos que possam gerar renda. Elas precisam sustentar a família, os filhos e os mais velhos que dependem delas. São as mulheres Angolanas “zungando” para o sustento da família, antes quitandeiras e hoje Zungueiras.

Ganhadeiras e Zungueiras no Brasil e em Angola, tem em comum o fato de serem mulheres respeitadas, num processo árduo de embate com o poder público, muitas vezes são proibidas de saírem as ruas para comercializarem seus produtos, vitimas de uma sociedade sustentada na desigualdade social e proibidas das mais diversas formas de viver dignamente como cidadãs e através do trabalho construir sua **Autonomia**.

Atualmente quem são as Ganhadeiras e Zungueiras, presentes em todo o mundo?

SOMOS NÓS... MULHERES NEGRAS...

....que vivemos na periferia, fazendo e acontecendo nas nossas comunidades, e agora com o firme propósito de intervir em outros espaços públicos e de poder.



Fonte: [www.patriciaguinevere.blogspot.com](http://www.patriciaguinevere.blogspot.com)

**São as Marias, Martas, Raimundas, Karines, Daianes, Ednas, Magaly, Valda, Janete, Emérita, Helena, Valdecir, Maria João, Zulinni, Cleise, Tairine, Juliana, Claudia, Jonayre, Erica, Adla, Agda, Massangana, Cremilda, Romana, Luzia, Rilda, Angela, Auxiliadora, Tais, Tais, Leobinia, Josy, Romana.**

# APRESENTAÇÃO

Compreender a importância de exercício da cidadania é ferramenta social para participar ativamente das decisões e monitoramento das políticas projetadas e implantadas nas comunidades é uma das prerrogativas para que possamos exercer uma democracia participativa e, conseqüentemente, exercer o papel de cidadão e cidadã que tem o direito de ocupar os espaços públicos.

Evelina Dagnino (2005) discute a necessidade de participação da sociedade, nos dizendo que não se pode mais admitir uma sociedade civil como mera colaboradora da política, mas, que ela é a parte importante e determinante no fazer da política pública. O desafio se constitui em trilhar caminhos que possam consolidar claramente esta participação, mesmo diante de todos os percalços que as desigualdades sociais impõem dentre elas as questões raciais, de gênero e classe.

Este guia forjado durante estudo sobre a importância da participação das mulheres na implementação da políticas públicas, em busca de cidadania, nos deu oportunidade de compreender que trabalhar em **Rede** é uma das possibilidades de avançar no processo de participação para conquista de autonomia das mulheres e diminuir as desigualdades no mundo, através de uma participação ativa, fortalecida pela união de esforços com um objetivo comum compreendendo que é possível mudar o percurso deste processo de exclusão e sobrecarga das mulheres.

A sociedade tem papel preponderante neste contexto de exclusão, sendo necessário identificar os **nós** sociais, que interferem no avanço das mulheres, e assim possam ser fortalecidos ou redefinidos. É preciso compreender a sociedade geradora da desigualdade e avançar na construção de uma nova configuração social, ou seja, de uma sociedade mais igualitária, trabalhando em Rede com mais equidade social, sendo este o desafio da sociedade moderna.

Vários fatores interferem na construção do trabalho em **Rede**. A proposta deste guia é contribuir para que possamos desenvolver procedimentos que ajudem no fortalecimento de ações que solidifique este tipo de relação, considerado como uma das formas mais eficientes para consolidação do processo democrático de direito.

Assim, utilizando personagens que caracterizam mulheres dos campos observados, apresentamos aqui, fatores que interferem na participação mais ativa delas e conseqüentemente na implementação das políticas públicas. Concomitantemente trazemos possibilidades de acesso a informações que podem contribuir na superação das limitações impostas



(Imagens Ilustrativas) Fonte: [dea.me/proyecto/401/africanas](http://dea.me/proyecto/401/africanas)

## 2. Encontro de Identidades e de luta por Cidadania

Ana de Jesus e Lucia João, são mulheres moradoras da periferia de Salvador e de Luanda respectivamente, que se encontram durante um seminário para discutir formas de facilitar a participação e construção de autonomia das mulheres, amparadas nas políticas públicas, definidas em documentos nacionais e internacionais, que garantem a elas condições de monitorar e acompanhar as ações voltadas para uma maior equidade social.

Ana de Jesus é soteropolitana, mora no Subúrbio Ferroviário de Salvador, mãe solteira, com três filhos, cursou até o segundo grau e já fez vestibular duas vezes, aguarda uma vaga para fazer curso de Políticas Sociais. Mantém a família com renda de trabalhos informais, é diarista e revendedora de produtos de beleza e limpeza de porta em porta, esta atividade facilita o acesso aos problemas da comunidade.

Lucia João é Angolana, mora em Sabizamga, mãe solteira, com três filhos, conseguiu cursar a universidade da sua cidade e fez licenciatura em história, trabalha numa ONG, que discute os problemas da juventude e mulheres, no seu país, é membro da associação de trabalhadoras informais, participa de movimentos em prol de uma maior participação das mulheres no acompanhamento da implantação de políticas públicas, no pós guerra.

Com todas as atribuições que precisam desenvolver por serem chefes de família, elas dedicam um tempo das suas vidas para desenvolver trabalhos em prol das comunidades onde vivem, fazem ações com grupos de mulheres, realizando oficinas que discutem como construir uma nova forma de atuar nas questões da cidade, num esforço para potencializar a força que elas tem, para aumentar a participação das mulheres no espaço público.

Como são mulheres atuantes nas lutas sociais, também saem para representar suas organizações, em encontros e outras atividades, sempre que são escolhidas pelo seu grupo para isto. Durante o encontro elas tiram um tempo para trocar ideias a respeito de como potencializar o trabalho das organizações onde atuam de forma que uma maior participação e reflita numa CIDADANIA proativa das mulheres no mundo.



### 3. Falando de Participação e Autonomia das mulheres

**Ana de Jesus** – Como está o processo de discussão sobre participação das mulheres da periferia, na implantação das políticas públicas na sua cidade?

**Lucia João** – Mana, as coisas caminham muito lentamente, eu nem sei exatamente o que acontece, mas é uma dificuldade que nunca termina, ou melhor eu sei sim, para nós mulheres negras é muito difícil participar, os problemas do dia a dia impedem que dediquemos tempo, para viver mais as coisas da cidade, estamos sempre no corre corre da nossa luta pessoal.

**Ana de Jesus** - Incrível, como nossos problemas são parecidos aqui também é o mesmo problema, falta tempo, para dar conta de tantas coisas e ainda fazer política, assim será difícil cumprir a meta de empoderamento das mulheres e colocar mais mulheres no poder.

- Por vezes fico imaginando que somos invisíveis, para quem implementa a política, pois fazem pouco ou quase nada para resolver os problemas das periferias, o apoio social do estado é muito limitado.

**Lucia João** - Sim, mesmo com as promessas assumidas, e a implantação de algumas políticas públicas voltadas para às mulheres, é possível ver a olho nú que o “andar da carruagem” é muito lento, as mulheres são maioria, trabalham mais que os homens, ganham bem menos que eles e por incrível que pareça não conseguimos estar nos espaços de poder, estes são espaços onde a maioria é de homens.

**Ana Jesus** - É..., isto também ocorre aqui, inclusive precisamos compreender que poder não é só na gestão pública é em todo e qualquer espaço, inclusive nas organizações das comunidades, nestas ainda tem predominância masculina.

**Lucia João** - Olha, mas não podemos desanimar, ainda bem que ocorrem estes momentos, onde podemos nos encontrar e ter uma melhor visão dos problemas que nos atinge em todos os espaços e assim poder enfrentá-los.

**Ana Jesus** - Amiga, é isto que nos fortalece, trocar ideias e experiências afinal eu mesma faço de tudo para participar destes momentos e fico feliz, quando sou escolhida para representar, mas torço para que outras companheiras se preparem para estarem presentes, nestes encontros, mesmo com todas as dificuldades com as quais vivemos.

- Isto é trabalho para muitas mãos, nacionais e internacionais, afinal para a mulher os problemas são grandes e muito parecidos e quando falamos das mulheres negras então, podemos multiplicar as questões, pois aí entra a discussão de **classe, raça e gênero** e como isto interfere nas nossas vidas.

**Lucia João**- Verdade, ser mulher, negra e pobre é um desafio, mas não podemos ficar na lamentação, temos que encontrar saídas para mudar o curso da história, e um dos caminhos é trabalhar a **autonomia econômica das mulheres**.

**Ana Jesus**- Esta questão de autonomia econômica é outro problema, o quadro é complicado, pois como ter autonomia, se não temos escolas para preparar as mulheres para o trabalho, também não temos suporte para a qualificação profissional no posto de saúde falta médico, nosso transporte é difícil, falta escolas infantis e creches, citando apenas algumas dificuldades, pois se eu for mencionar todos não terminamos hoje rss..é um mar de problemas nas nossas periferias.

**Lucia João** – Essa discussão sobre autonomia, esta pautada nos documentos das nossas políticas, mas termina só nas intensões ou ações fragmentadas, que não atingem de forma significativa as mulheres que mais precisam. Em Angola temos um problema sério, as mulheres formam a maioria da população, responsáveis pelo sustento da família, muitas têm baixa escolaridade e trabalham no mercado informal, sofrendo na pele a ação do capitalismo selvagem, trabalham muito, vendem de tudo, mas ganham muito pouco você conhece, são as nossas **ZUNGUEIRAS**, que trabalham para sustentar a família.

**Ana Jesus**- Conheço sim, são mulheres negras que fazem uma história de luta por sobrevivência e autonomia. O interessante é que aqui também temos mulheres que historicamente lutam pela sobrevivência e autonomia, são as **GANHADEIRAS**, elas surgem com o regime de escravidão entre os séculos XVIII e XIX e estão aí até hoje com nomes diferentes, ambulantes, vendedoras porta a porta, rifeiras e assim vão tocando a vida, mas a função continua a mesma sustentar a família.

Bem, eu creio que precisamos estudar novas possibilidades de fortalecimento das mulheres você está acompanhando a discussão sobre trabalhos em REDE?

**Lucia João**- Mana, eu estou sim é uma boa discussão, bem, vamos continuar a conversa sobre REDE, amanhã pois,, agora temos que ir para o grupo.

## 4. Conversando sobre Rede

### 4.1: Possibilidades e Dificuldades

- **Ana Jesus:** Voltando a nossa conversa, o que você acha do trabalho em Rede?

- **Lucia João:** Olha eu acredito neste trabalho como forma de fortalecimento da luta das mulheres. Só reunindo esforços podemos encontrar forças para vencer os problemas que temos com a implementação das políticas públicas.

Em Angola, esta é uma prática, a partir da família, temos muitas redes só precisamos agregar informações e disseminar esta prática baseadas em documentos e outros instrumentos que possam agregar valores a nossa luta.

- **Ana Jesus:** Verdade! Vamos às conferências, seminários, encontros e não vemos o resultado acontecer de forma impactante, temos algumas ações implantadas, mas, os principais problemas continuam. Jovens mulheres sem horizonte, sem formação profissional; a violência doméstica contra a mulher continua; mulheres perdendo seus filhos precocemente. O que você acha que falta?

- **Lucia João:** Bem, eu creio que falta maior organização da sociedade civil para cobrar os resultados. Por outro lado temos algumas dificuldades que bloqueiam a sociedade civil de atuar, por exemplo, precisamos de mais acesso as informações. Nós mulheres nem sabemos bem o que é **PNPM, ODM, UNIFEM**, nunca discutimos estes instrumentos só ouvimos falar e isto é muito pouco. Por que será que isto acontece?

**PNPM- Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**  
**ODM – Objetivos para Desenvolvimento do Milenio**  
**UNIFEM- Sigla em Ingles que significa –**  
**Fundo de desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres.**

- **Ana Jesus:** Será que tem ligação com a forma como o poder público executa a política? Como um pequeno grupo detém as informações e não socializam? Ou com o pouco envolvimento da sociedade civil nos espaços públicos?

- **Lucia João:** Bem, eu acredito que muitos fatores interferem, mas é necessário identificar estratégias pra vencer o problema. Creio que se muitas mãos estiverem juntas trabalhando um caminho de mais **PARTICIPAÇÃO**, podemos ser vitoriosas e assim acompanhar monitorar a implantação das políticas, cobrar do estado a execução digna de ações, que leve a uma verdadeira autonomia. Tenho certeza que unidas vamos conseguir.

- **Ana Jesus:** Sendo assim, o desafio é trabalhar unindo esforços e fortalecer os trabalhos desenvolvidos na forma de **REDE**.

# O que são REDES?

Muitos são os conceitos de rede, vejamos:

“redes são estruturas abertas com possibilidade de expansão ilimitada, desde que, os novos nós compartilhem os mesmos códigos de comunicação” (ACIOLI, 2007, p.....).

Para Casteells (2005 p. 20) “rede é um conjunto de nós interconectados que constituem a nova morfologia social de nossas sociedades”.

Portugal (2007), refere-se a rede afirmando que as redes são estruturas relacionais que visam o bem estar, estão naturalmente presentes na vida das pessoas em diversos espaços, para as mulheres conquistar direitos é um diferencial importante.

Tem também uma definição interessante construída pelas mulheres da Rede pelo Fortalecimento do Controle Social das políticas públicas, fórum que trabalha no acompanhamento da implantação e implementação das políticas públicas em Salvador.

... Rede para mim é um espaço onde podemos levar o que incomoda a gente, onde todos buscam um ponto em comum, onde todas falam a mesma língua....., o impacto dela na comunidade pode ser melhorar a comunicação, descoberta de talentos e pressão no poder publico.. (M.A.S). (Subúrbio ferroviário de Salvador setembro de 2013).

São definições que tem em comum a certeza de que juntas as mulheres podem ir mais longe na trajetória escolhida, vencendo o medo de garantir seus os direitos entre eles o de direito de ser tratadas com respeito e cidadania, de viver sem violência e ter autonomia para definir os rumos das suas vidas.

É preciso fortalecer a participação ativa nos espaços de decisão, contribuir para o processo de desenvolvimento local, ativando todo capital social existente naquele espaço. Segundo Milani (2007 p. 202) o “capital social se constitui num conjunto de relações e redes de ajuda mutua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o individuo ou a sua classe social”.

Para melhor compreender a importância das redes é necessário analisar a sua dinâmica, possibilidades, dificuldades, entraves, o que já existe de experiência na área, e desta forma, pensar como o processo acontece e seus efeitos na vida, daqueles que optam por trabalhar numa visão coletiva. O trabalho em REDE é, para desenvolver ações onde as pessoas envolvidas trabalham com o mesmo foco.

# Princípios e diretrizes do trabalho e rede

## Das diretrizes

*1 – Constituir a Rede num coletivo de organizações, que deve primar pelo fortalecimento das ações coletivas, em um ponto focal a partir da qual emanam as ações;*

*2- Potencializar as ações desenvolvidas, de modo a alcançar resultados coletivos e fomentar o crescimento das relações no grupo;*

*3-Primar pela equidade social e por processos que levem a autonomia e independência das mulheres.*

## Dos princípios

*1- Adesão livre e voluntária – quem participa da Rede deve ter liberdade de participar ou não das atividades implementadas;*

*2 - Cooperação entre as singulares, ou seja, entre as organizações que compõe a rede;*

*3 - Autonomia e independência entre as organizações que compõem a Rede denominadas singulares*

*4 - Participação democrática na estrutura organizativa da Rede.*

È muito importante que as participantes tenham espírito de grupo, ou seja, saibam ouvir o outro e respeitar suas ideias mesmo que não concorde com elas. Se as ideias e argumentos da companheira são pertinentes, aceitar e contribuir para implementar.

**Ana Jesus e Lucia João** comentam: Muito interessante o trabalho em Rede, através dele podemos nos fortalecer, desenvolver diversas ações, pressionar o governo e fazer política.

**Lucia João:** minha preocupação é com a política partidária, muitas vezes nos dividimos quando entra a política, é necessário compreender bem isto, para não nos fragilizarmos.

Ana Jesus: é verdade, precisamos saber o nosso papel o que queremos e como atuar e fazer política sem deixar que isto nos divida, afinal cada vez que nos fragilizamos... Quem ganha são aqueles que querem a todo custo manter o Poder sob guarda.

**Lucia:** é preciso entender e diferenciar política partidária, do direito a participar da gestão da cidade, do ter autonomia para analisar e monitorar a política.

Ou melhor, é bom termos um projeto de atuação e através dele compreender os principais Projetos Políticos, que servem de norte para aqueles que fazem a gestão pública da nossa cidade.

**Ana:** sim é verdade, eu, por exemplo, faça parte de uma associação onde discutimos um pouco este assunto. Nossa preocupação é com os problemas urgentes que a comunidade demanda, capacitação e formação para o trabalho, creches, saúde ... Queremos resolver “na marra” colocamos nossos esforços pessoais e não conseguimos chegar até o poder público, responsáveis pelo atendimento destas demandas.

“Às vezes queremos fazer o papel do Estado”, quando na realidade precisamos compreender bem nosso papel de ator social.

E olha que agora o estado vem reduzindo a sua atuação nas comunidades de forma significativa: terceiriza serviços, não acompanha a qualidade do serviço prestado, e tantas outras formas de fugir do papel de gestor dos recursos públicos e das necessidades das comunidades, sabemos que este é uma dos princípios do neoliberalismo, mas o que queremos são ações mais democráticas, onde sociedade e estado estejam juntos, numa parceria onde cada um no seu papel na execução da política, e no acompanham cumprindo os acordos e implementando a política de forma partilhada.

**Lucia:** Para mim tudo isto tem a ver com formas de exclusão social. Você fica concentrada no atendimento das suas necessidades básicas e não tem tempo de parar para analisar os problemas, de compreender que os recursos públicos, devem ser administrados para todos e não para alguns privilegiados.

**Ana:** precisamos compreender melhor as estratégias dos “políticos”, que só fazem política para beneficiar a si e para os seus, entenderas normas, documentos, acordos, planos e outros instrumentos que servem para orientar a implantação, implementação, acompanhamento e monitoramento das políticas publicas. Compreender os vários interesses que estruturam e fundamentam a ação do Estado.

**Lucia:** E como podemos fazer isto? Afinal temos que partir da reflexão para a ação, caso contrário ficaremos só nos comentários.

**Ana:** Este assunto discutido em REDE pode render bons frutos, afinal sabemos que: “uma andorinha só não faz verão, mas muitas andorinhas irão fazer diferença na questão”. Pelo andar da carruagem, temos muitos assuntos para discutir, trabalhando em Rede.

**Lucia:** Devemos fazer um planejamento para discutir o papel que queremos ter: na política da cidade; na Política Partidária; nos Projetos Políticos, compreender os princípios, diretrizes, marcos legais, Instrumentos e ferramentas que orientam as políticas públicas voltadas para as políticas de gênero.

**Ana:** Esta questão de planejamento é importante, precisamos aprender a colocar no papel o que vamos fazer e como vamos fazer, é um exercício de controle das nossas ações e assim aprendemos a monitorar.

### Planejamento

Planejar é pensar sobre aquilo que existe, sobre o que se quer alcançar, com que meios se pretende agir (OLIVEIRA. 2007. p.21).

É importante frisar que o planejamento deve ser um norteador de ações, consciente e responsável, deve ser considerado também flexível diante das demandas que surgem no dia a dia. Nesse sentido, cabe a coordenação da REDE adaptar o planejamento, para que assegure o bom desenvolvimento a que ele se propõe, que é o de orientar as práticas e ações.

Normalmente, os planejamentos são elaborados com um objetivo, baseado em demandas apresentadas. Nesse caso temos várias demandas, as políticas de gênero e de garantia dos direitos das mulheres, resultado de movimentos articulados que atuam nesta área.

Vamos analisar algum marcos legais e outros documentos que orientam as políticas para mulheres.

# Os Marcos legais, Instrumentos e Ferramentas que orientam a implantação da política pública para as mulheres.

Por marcos legais se compreende toda e qualquer legislação (lei, decreto, portaria, instrução normativa, medida provisória, etc.), concernente a uma demanda, seja ela social, política, econômica, cultural, educacional, entre outros tantos setores da vida nacional. ([www.gtclouvismoura.pr.gov.br](http://www.gtclouvismoura.pr.gov.br)).

Marcos legais são, portanto, instrumentos que orientam as políticas públicas. No Brasil temos o PNPM- Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a nível internacional temos o ODM- Objetivos para Desenvolvimento do Milênio.

No mundo que vivemos, no momento de muitas trocas e de preocupação mundial com o desenvolvimento e a humanização das relações existem órgãos que olham o caminhar das pessoas de uma perspectiva global, se preocupam com o todo, pensando na garantia de direitos e elaboram acordos internacionais.

Você pode conhecer estes organismos visitando os sites:

[www.observatoriodegenero.gov.br](http://www.observatoriodegenero.gov.br)

[www.oitbrasil.org.br](http://www.oitbrasil.org.br)

[www.onu.org.br](http://www.onu.org.br)

A ONU- Organização das Nações Unidas- tem um papel importante no processo de redução das desigualdades no mundo. Ela tem organismos como a Unesco, Unifem, PNUD e outros, voltados para a ..... Eles olham as ações no mundo, identificam as necessidades, as desigualdades e propõem ações em prol de melhores condições de vida, formalizando, assim os acordos internacionais.

Existem documento e diretrizes, em várias áreas, à exemplo do direitos humanos, ambiente, enfrentamento as desigualdades, valorização da mulher e muitos outros. O países signatários se obrigam a implementar princípios e diretrizes gerais e nós devemos acompanhar e monitorar a execução, denunciando a violação de tais princípios.

Um dos documentos a nível mundial é o:

## OBJETIVOS PARA DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) surgem da Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 191 estados membros no dia 8 de setembro de 2000. Criada em um esforço para sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais ao longo dos anos 90 (sobre meio-ambiente e desenvolvimento, direitos das mulheres, desenvolvimento social, racismo, etc.), a Declaração traz uma série de compromissos concretos que, se cumpridos nos prazos fixados, segundo os indicadores quantitativos que os acompanham, deverão melhorar o destino da humanidade neste século(PNUD 2014).

[www.objetivosdomilenio.org.br](http://www.objetivosdomilenio.org.br)

São 8 objetivos definidos pelos países signatários, dentre eles Brasil e Angola dentre os quais destacamos:

Igualdade entre os gêneros e autonomia das mulheres (3º objetivo)

### **No Brasil:**

O empoderamento das mulheres é importante não apenas para o cumprimento do Objetivo 3, mas para vários outros objetivos, em especial os ligados a pobreza, fome, saúde e educação. No Brasil, as mulheres já estudam mais que os homens, no entanto ainda têm menos chances de emprego, recebem menos do que homens trabalhando nas mesmas funções e ocupam os piores postos. Em 2008, 57,6% das brasileiras eram consideradas economicamente ativas, frente a 80,5% dos homens. Em 2010, elas ficaram com 13,6% dos assentos no Senado, 8,7% na Câmara dos Deputados e 11,6% no total das Assembleias Legislativas. (www.pnud.org.br em 18 de julho de 2014).

### **No Mundo:**

Graças ao aumento significativo no índice de matrículas de meninas no ensino primário, muitos países estão conseguindo alcançar igualdade de gênero nas escolas. Em 2008, havia 96 meninas para cada 100 meninos matriculados no ensino primário, e 95 meninas para cada 100 meninos matriculados no ensino secundário nos países em desenvolvimento. A expectativa é de que esse objetivo seja alcançado globalmente em 2015 para ambos os níveis de ensino. Já a cota global de mulheres no parlamento continua a crescer lentamente e chegou a 19% em 2010. fonte( www.pnud.org.br).

A desigualdade de gênero começa cedo e deixa as mulheres em desvantagem para o resto da vida.

Nestes últimos sete anos, a participação feminina em trabalhos remunerados não-agrícolas cresceu pouco. Os maiores ganhos foram no sul e no oeste da Ásia e na Oceânia. No norte da África a melhora foi insignificante: Um em cinco trabalhadores nestas regiões é do sexo feminino e a proporção não muda há 15 anos fonte(www.pnud.org.br).

No Brasil temos vários documentos e compromissos institucionalizados, o primeiro que precisamos conhecer é a Constituição.

A Constituição federal é o principal ponto de partida, para assegurar a garantia de implementação de princípios gerais que assegurem uma vida digna e igualitária, inclusive para as mulheres.

Constituição é o conjunto de leis, normas e regras de um país ou de uma instituição. A Constituição regula e organiza o funcionamento do Estado. É a lei máxima que limita poderes e define os direitos e deveres dos cidadãos. Nenhuma outra lei no país pode entrar em conflito com a Constituição.

Nos países democráticos, a Constituição é elaborada por uma Assembleia Constituinte (pertencente ao poder legislativo), eleita pelo povo. A Constituição pode receber emendas e reformas, porém elas possuem também as cláusulas pétreas (conteúdos que não podem ser abolidos).

Faça uma consulta, para conhecer a constituição do seu país utilizando a internet, bibliotecas, ou visitando a câmara de vereadores, legislativa ou os seus representantes no espaço público e solicite um exemplar da constituição.

A Constituição brasileira, que está em vigência, foi promulgada pela Assembleia Constituinte no ano de 1988.

Consulte o link: [www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/)

### **A constituição de Angola**

Proclamada no dia 11 de Novembro de 1975, data em que entrou em vigor a primeira Lei Constitucional da história de Angola, corajosamente preservada graças aos sacrifícios coletivos para defender a soberania nacional e a integridade territorial do país.

Consulte o link: [www.angola.or.jp](http://www.angola.or.jp)

Trazemos o link para acesso a duas constituições, mas é possível o acesso a várias outras, basta fazer uma busca usando a ferramenta de pesquisa na internet.

[www.google.com.br](http://www.google.com.br)

# SOBRE O PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – Brasil

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) se constitui num marco no processo de consolidação e amadurecimento das políticas para as mulheres. Fruto de diálogo permanente entre governo e sociedade civil, esse instrumento reforça o princípio de que em um Estado plenamente democrático a condição da participação social, sobretudo das mulheres, é constitutiva de todas as fases do ciclo das políticas públicas( Fonte site da [spm.gov.br](http://spm.gov.br) )

Consulte documento na íntegra em [www.spm.gov.br](http://www.spm.gov.br)

O plano contempla várias ações para garantir as mulheres igualdade de direitos e construção de sua autonomia. Sabemos que uma das principais questões que impedem a mulher de avançar e o desemprego e a violência doméstica.

Os países comprometidos com o **ODM** tem implementado leis de enfrentamento a violência doméstica. No Brasil temos a Lei 11340 de 2006, conhecida popularmente como Maria da Penha e que tem como objetivo fazer o enfrentamento a todas as formas de violência doméstica, entre elas a psicológica, moral e física.

Para isto foram implantadas delegacias especializadas ,centros de referência e orientação e outros equipamentos de apoio.

Outros países também têm procurado fazer o enfrentamento ao problema de violência. Angola promulgou a Lei n.º 25/11(fonte igualdade no gênero. origem 18 de julho de 2014).

É grande o número de mulheres vítimas de violência doméstica em Angola. A Lei Contra a Violência Doméstica adota um conjunto de medidas de apoio e proteção da vítima e do agente dentre os quais se destaca a possibilidade de encaminhamento para espaços de abrigo, sempre que a gravidade da situação determine a restrição de contatos entre a vítima.

No site [www.mulheresdireitos.org.br](http://www.mulheresdireitos.org.br) é possível ter acesso a várias informações, entre elas a Lei Maria da Penha, consulte.

O site [www.igualdadegenero.org](http://www.igualdadegenero.org) também concentra muitas informações.



## 5. Construindo Cidadania e autonomia num processo coletivo

Ana Jesus e Lucia João continuam dialogando e agora discutem formas de potencializar a participação e cidadania das mulheres

**Lucia** - conversamos sobre nossos direitos e vimos que trabalhando em Rede, podemos potencializar nossas ações, mas são tantos documentos que precisamos conhecer. É preciso vencer a barreira do Acesso a Informação, isto é muito difícil mas, agora com a possibilidade de consultar os links, e buscar os documentos que precisamos, vamos tentar melhorar nossa participação nas discussões.

**Ana** – é verdade esta questão de saber o que fazer e como fazer depende de muita informação, sem ela é quase impossível, ficamos batendo cabeça e no final não saímos do lugar. Trabalhando em rede estas questões poderão ser discutidas e resolvidas por nós.

Lucia- Verdade, mas você sabe que não é só isso que nos impede, de participar, mas, ativamente, tem outros fatores.

**Ana** - sim, temos vários outros problemas, por exemplo, para quem mora na periferia como nós as dificuldades são maiores, não temos creches, temos que cuidar dos mais velhos, estudar nem pensar, falta tempo para tudo, além de disso somos pai e mãe e temos que dar conta de tudo sozinhas.

**Lucia** - sim é isso mesmo, tem a questão de Classe social, somos consideradas pessoas de baixa renda, vivemos em comunidades onde falta quase tudo, os equipamentos de apoio social quase não existem. Ainda tem outra questão a racial somos Mulheres Negras, este fato agrava mais o problema pois as mulheres negras são as mais discriminadas, sua condição social fica abaixo de homens brancos e negros e as mulheres brancas, somos marcadas pela discriminação de raça, classe e gênero e falta de equidade social.

Bem, não podemos ficar lamentando vamos discutir isto na Rede e encontrar caminho para resolver, juntas essa situação de exclusão e discriminação.

## Acesso a informação é um Direito Universal

A informação sob a guarda do Estado é sempre pública, devendo o acesso a ela ser restringido apenas em casos específicos. Isto quer dizer que a informação produzida, guardada, organizada e gerenciada pelo Estado em nome da sociedade é um bem público, deve ser de fácil acesso. No Brasil temos:

“Lei nº 12.527, sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da Lei de Acesso a Informações significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e também para o sucesso das ações de prevenção da corrupção no país. Por tornar possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

No Brasil, o direito de acesso à informação pública foi previsto na Constituição Federal, no inciso XXXIII do Capítulo I - dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - que dispõe que:

“todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

A Constituição também tratou do acesso à informação pública no Art. 5º, inciso XIV, Art. 37, § 3º, inciso II e no Art. 216, § 2º. “São estes os dispositivos que a Lei de Acesso a Informações regulamenta, estabelecendo requisitos mínimos para a divulgação de informações públicas e procedimentos para facilitar e agilizar o seu acesso por qualquer pessoa”.(fonte [www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br) em 18 de julho de 2014).

**O Conselho de Direitos Humanos** é o órgão criado, tendo em vista reforçar a promoção e a proteção dos direitos humanos no mundo inteiro.

Tem a função de examinar a atuação de todos os 191 Estados-membros das Nações Unidas, entre eles o Brasil e Angola. Nenhum país poderá escapar a esse exame se constituindo assim, num instrumento muito forte para os defensores dos direitos humanos, a nível mundial.

Em 9 de Maio de 2006, 47 países foram eleitos membros do Conselho. A distribuição de assentos é feita de acordo com uma representação geográfica equitativa (13 do Grupo dos Países Africanos; 13 do Grupo dos Países Asiáticos; 7 do Grupo dos Países do Leste Europeu; 8 do Grupo dos Países da América Latina e das Caraíbas; e 7 do Grupo dos Países da Europa Ocidental e Outros). (fonte [www.unric.org](http://www.unric.org) em 18 de julho de 2014).

Acesse a lista completa dos membros.

<http://www.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/membership.htm>

A Constituição brasileira também prevê a formação dos conselhos de direitos.

A partir da Constituição de 1988 são os órgãos colegiados, permanentes, consultivos ou deliberativos, incumbidos, de modo geral, da formulação, da supervisão e da avaliação das políticas públicas de garantia dos direitos humanos, em âmbito federal, estadual e municipal.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher surge a partir das lutas e das reivindicações dos movimentos sociais feministas e de mulheres impulsionado na década de 1970 com a instituição do Ano Internacional da Mulher, em 1975, pela ONU. “Em agosto de 1985, finalmente, foi atendida a histórica reivindicação das mulheres e criado o Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça, com o objetivo de “promover em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país”. A mesma lei cria o Fundo Especial de Direitos da Mulher que dotaria o CNDM dos recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades. A estrutura do CNDM era, então: Conselho Deliberativo, Assessoria Técnica e Secretaria Executiva.”<sup>4</sup>

No período pré-Constituição, o CNDM articulou, junto com os movimentos feministas e de mulheres, os conselhos estaduais e municipais e a Bancada Feminina no Congresso Nacional, estratégias visando a inclusão dos direitos humanos das mulheres na Constituição de 1988. A campanha “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher” e o “lobby do batom” resultaram na “Carta das Mulheres aos Constituintes” e em 1988 a nova Constituição incorporou a maioria das reivindicações deste movimento.

Estes dois conselhos são órgãos colegiados, de caráter consultivo e interam, respectivamente, da estrutura da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e da Secretaria Especial de Políticas, para as Mulheres, ambos da Presidência da República, com status de Ministérios.

Entre os conselhos ancorados ou criados a partir da Constituição de 88, vale uma distinção a quatro que foram regulamentados por meio de legislação ordinária. São eles os conselhos de saúde, de assistência social, dos direitos da criança e do adolescente e do idoso. Estes conselhos, como destaca Arzabe (ano), “são caracterizados pelo poder deliberativo de todas as suas atribuições. seja de formulação de políticas, seja de controle ou de avaliação e implica a vinculação do governo em cada uma das instâncias às deliberações do colegiado” (Fontewww.dhnet.org.brem 18 de julho de 2014).



## Sobre as questões Classe, Raça e Gênero.

**Lucia** – Ana, você percebe que temos três elementos comuns nos nossos problemas? Eles formam um tripé geradores de dificuldades para avançarmos na luta.

**Ana** - Sim, eu tenho certeza que o fator racial é determinante na sociedade em que vivo para você menos afinal lá a população é toda negra, a questão de gênero e classe, creio formam uma dupla de maiores dificuldades para vocês.

**Lucia** - realmente a população é negra em quase sua totalidade, mas isto não nos isenta do problema, quantas vezes precisamos imitar as mulheres europeias para seremos aceitas, lá também temos que dar um “jeito” no cabelo para ficarmos melhor, isto é problema, as chamadas “mulatas” são melhores vistas, amiga isto mexe na nossa estima, são dificuldades imensas todo dia.

**Ana** – Sendo assim ser NEGRA é um desafio, e precisamos enfrentar isto de frente, assumindo nossa identidade com orgulho, mostrando ao mundo que são as diferenças que fazem o colorido especial nos espaços da cidade, é necessário discutir isto de forma clara sem ardeio.

Aqui temos uma luta grande, pois a questão racial determina muitas coisas, você pode analisar nossos representantes no poder público é de maioria branca, as mulheres negras é um percentual mínimo, mas por incrível que pareça as mulheres são maioria e uma maioria que se declara negra. A pergunta é por que não conseguimos acreditar em nós? Será que isto tem haver com a politica do patriarcado? Com a estrutura machista? Nossa é muita coisa para pensar, só um batalhão de mentes comprometidas com nossas causas para tentar resolver.

**Lucia** - Verdade, afinal em qualquer espaço precisamos ser solidárias independente de qualquer outra coisa. Com relação a questão de classe você sabe pobre será sempre o grande explorado pelos mecanismos do capitalismo, aqui, ali ou acolá, pois a barriga não espera, as necessidades básicas precisam ser supridas e ai caímos na rede da exploração, temos que produzir rapidamente desta forma, temos que identificar as formas de exploração para saber o que fazer.

**Ana** - Juntas, como? Você mora tão longe.

**Lucia** - Isto tem jeito, podemos falar usando a internet, criando fóruns de discussão online, estudando os problemas a distancia, e trocando ideias, depois tem a possibilidade de criarmos intercâmbios indo conhecer a realidade das mulheres de outros países in loco, num processo de intercambio social.

**Ana** - Isto é verdade, inclusive tem uma amiga nossa que tem uma experiência interessante através de um curso que fez na universidade, é podemos inclusive conversar com ela, parece que o nome é Residência Social.

**Lucia** - O nome é bem sugestivo, parece que você vai para um lugar que também é seu lugar, sua residência, sua casa, entendo como momento de conhecer, trocar conhecimento mutuo, vamos aprofundar isto quem sabe nas nossas REDES, podemos convidar pessoas que viverem estes momentos para conversar com o grupo.

**Ana** - Conversar? Mas a experiência é aqui e não lá.

**Lucia** - Não esqueça que vamos nos falar pela internet e tudo fica mais fácil, minha querida mana baiana rsss.



## Autonomia

A História de Madalena de Benguela.

Madalena de Benguela, moradora de um dos bairros do Subúrbio da grande metrópole, é uma mulher alta, magra, de caráter forte, bonita, tem o ensino médio completo, estudou a noite, há 10 anos não frequenta nenhum curso e é chefe de família. O companheiro fez uma viagem e nunca mais voltou. Tem seis filhos, sendo duas meninas e quatro meninos, é trabalhadora informal. A mãe dela vive com ela e cuida das crianças para ela ir “a labuta”, “a zunga”, “ao ganho” todos os dias.

Trabalhava de sol a sol, é diarista, em três dias da semana faz limpeza em domicílios, nos outros dias trabalha de ambulante no bairro São Paulo - vende de tudo: tecido africanos, calça e blusa vindas da china, enfim... Nos momentos de folga, quando surge a oportunidade, até rifeira ela é. É uma verdadeira máquina de trabalho, o que interessava era ganhar dinheiro para pagar as contas e levar uma vida digna.

Quando está em casa, no fim do dia de domingo, é alegre, brinca com os filhos e com os vizinhos e ainda dá um jeito de se envolver com as demandas da comunidade. Todos perguntam como pode trabalhar tanto, ter bom humor, ser alegre e ainda se preocupar com a vizinhança.

Ela diz: sou mulher de luta. Eu vim de Benguela, lá da terra mãe, lá da África. Trago no sangue o poder de transformar minha força de trabalho em dinheiro para sustentar a minha vida. Isto vem das minhas origens, das “mamas”. Pra mim não existe tempo ruim. Faço eu meu tempo. Não tenho marido mas tenho filhos e mãe para cuidar, eles são a minha família. Não posso ficar com a mão no queixo. Tenho que ir trabalhar, gostaria de estudar, me divertir, em outros lugares, cuidar um pouco de mim, mas sabe como é ... Não tenho tempo para mim. As minhas escolhas nunca são para mim, são por eles...Mas, não me queixo, pois ganho dinheiro e assim vou levando a minha vida com **Autonomia**.

**Ana e Lucia** levam a história para discussão nas **Redes que participam**.

Bem, o que é **autonomia**? Será que ter renda ou ter dinheiro para suprir as necessidades básicas da família é ter autonomia?

- *Na discussão surgem varias situações.*

- *...para mim **ter renda** é ter autonomia, com dinheiro você comprar o que quer faz o que deseja...*

- *...é mas se você trabalha só para sustentar a casa, vive contando as moedas todo dia, não pode estudar, nem conhecer outros lugares, será que isto é autonomia?*

- *...verdade. Também falta tempo para participar das discussões na comunidade, ir ver como esta a escola dos filhos, os postos de saúde e tantas outras coisas... Será que temos autonomia ou vivemos num regime capitalista de escravidão, onde nosso trabalho é explorado, para manter o mercado e enriquecer uma minoria?*

**Ana:** realmente isto é um problema. É muita coisa. Muitas mulheres na periferia vivem assim. Trabalham, trabalham e vivem eternamente na necessidade. Não conseguem emprego formal, vivem na informalidade.

**Lucia:** dizem que somos felizes, mas na realidade vivemos apenas para o trabalho, não temos autonomia para fazer outras escolhas, somos uma infinidade de **Madalenas de Benguela**.

Sobre autonomia podemos consultar varias autoras, Vera Soares (2011) diz:

Entendemos a autonomia das mulheres como a capacidade de tomar decisões livres e informadas sobre sua própria vida, de maneira a poder ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos, num determinado contexto histórico (Vera Soares 2011).

São três as esferas da autonomia – física, econômica e de decisões. A autonomia física se refere ao controle do seu corpo, de decidir sobre sua saúde, reprodução, exercer sua sexualidade, integridade física livre de violência. A autonomia econômica se refere à capacidade de adquirir e controlar recursos econômicos, isto é, capacidade de gerar ingressos próprios, controlar bens materiais, decidir sobre os ativos familiares. (Vera Soares 2011).

O **PNPM**, - Brasil também fala de autonomia para as mulheres, vamos ver o que ele diz e se esta acontecendo.

[www.spm.gov.br](http://www.spm.gov.br)

**Ana:** É no PNPM tem sim várias propostas que aliada ao ODM, fazem projeções maravilhosas, mas na vida real ainda não acontece:

Creches é um dos exemplos, pois para as mulheres terem autonomia é necessário ter estes equipamentos nas comunidades. Sabemos que na periferia as mulheres são chefes de família. São as Madalenas de Benguelas, sem apoio social e envolvimento da sociedade. Teremos sempre meninas na mais tenra infância, vítimas da sociedade e literalmente violentadas.

Escolas para profissionalizar as mulheres – é outro equipamento que falta, quando tem cursos são os mesmos voltados para “prendas domésticas”, que terminam não facilitando o acesso ao mercado do trabalho.

**Lucia:** mas também o governo não consulta a comunidade. Eles pensam sozinhos no gabinete e vem com o pacote pronto. Não pode mais ser assim. Esse modelo de fazer política está saturado. Esse é mais um motivo para nos juntarmos e questionar.

**Ana:** como podemos fazer isto? O acesso às Secretarias e Superintendências, aos órgãos do estado é difícil, eles nunca respondem ao povo, sempre fazem ouvido de mercador. As ouvidorias dão respostas evasivas, fazem encaminhamentos e nunca chegam às respostas e mais uma ferramenta “democrática” a ser acompanhada.

**Lucia:** Sim é verdade, mas nada nos impede de continuar insistindo e agora organizadas em REDE. Além de tudo isso existem outros fatores que interferem na atuação destes órgãos: a sociedade é **machista**, e os parlamentos tem sempre maioria masculina e eles não dão muita bola para os problemas das mulheres.

**Ana:** Outra questão é que a divisão do trabalho é injusta. Quando as Marias de Benguela têm companheiro, o trabalho é mal dividido. A mulher trabalha na rua e em casa, faz jornada tripla. Os homens sempre levam vantagem. Quando elas estão só têm que se desdobrar para sobreviver, assim não dá para participar mais ativamente das discussões nos espaços públicos.

**Lucia:** é amiga... Temos ai que discutir o que é **espaço público e espaço privado, divisão sexual do trabalho e outras questões.**

Vamos consultar alguns sites:

[www.patriciagalvao.com.br](http://www.patriciagalvao.com.br)

[www.articulacaodasmulheresnegras.com.br](http://www.articulacaodasmulheresnegras.com.br)

[www.amb.com.br](http://www.amb.com.br)

[www.unifem.org](http://www.unifem.org)



### 5.0 Ana e Lucia refletem

## Nossos conflitos e dificuldades intra e interpessoais.

Nós mulheres negras, temos muitos desafios para participar ativamente das discussões políticas e tentar conquistar espaço na agenda do poder público. Muitos são os fatores limitantes: acesso as informações, nossa comunicação interna e externa tem um certo grau de dificuldade, falta de recursos e tantos outros problemas. Somando-se a estes temos também nossas dificuldades pessoais e de grupo. Somos chefes de família, temos uma infinidade de demandas, cuidamos pouco de nós mesmas, muitas de nós sofrem violência psicológica há anos, sofremos caladas e isto avança para a violência física deixando pelo caminho vários prejuízos, como depressão, ansiedade e fobias.

Ai vem o medo de tudo. Nos achamos incapazes de construir um futuro melhor. Creditamos ao destino, ao azar, as baixas condições socioeconômicas que temos, deixamos de participar das atividades, acreditando que nada tem jeito e caímos na armadilha de dizer que fazer politica não é digno. Isto interfere, e muito, na nossa vida, pois numa **democracia** quem decide os rumos da sociedade é própria sociedade com o voto – somos nos que definimos as pessoas para cuidar dos bens públicos, ou seja que instituímos o poder público.

O poder público deveria ser fiel a quem lhe confiou seus recursos, mas isto não acontece. Eles distorcem tudo, fazem como querem e resolvem nos manter longe do espaço publico, ou promovem falsas inclusões. Isso ocorre em decorrência das baixas condições de vida, pelo fato de ficamos concentradas na labuta do dia a dia, no atendimento das nossas necessidades básicas, imediatas, ou seja, na “sobrevivência”.

O fruto de tudo isto é uma baixa estima coletiva. Temos medo de usar a voz em outros espaços. A baixa escolaridade nos faz pensar que somos incapazes de falar e entender as estratégias políticas que favorecem a alguns em detrimento da maioria, não conseguimos nos enxergar nos espaços de poder, onde ocorrem as decisões.

Estas questões interferem no **coletivo**. Às vezes nos ofendemos mutuamente, somos pouco amáveis umas com as outras, brigamos por tudo e por nada, descarregamos entre nós as nossas insatisfações, não cuidamos umas das outras como deveríamos.

Verdade, verdadeira são nossos conflitos nossas dificuldades, mas ,podemos mudar temos que buscar ajuda nos meios que forem possíveis, com exercícios para aprender a conviver melhor com as companheiras. É preciso construir dinâmicas estratégias para mudar essa situação. Tem algumas posturas que precisamos construir coletivamente no grupo:

**Valoração** - buscando entender e compreender a visão de mundo que cada pessoa do grupo tem e respeitando suas posições.

**Escutação** - temos que apreender a escutar, não interromper a fala da outra, respeitando o seu momento de exercício da fala.

**Aceitação** - precisamos aprender que nem sempre as nossas idéias são as melhores e aceitar quando a companheira trás uma idéia melhor.

**Quebra de confiança** - precisamos preservar a confiança do grupo, pois a quebra de confiança danifica os nós do grupo, nos fragiliza.

Bem, uma coisa sabemos: como está não pode ficar. Trabalharmos isoladas é mais difícil, temos que juntar nossas forças e avançar nas conquistas, afinal o trabalho em **REDE** tem esta proposta juntas podemos ir mais longe e tornar mais difícil a quebra das nossas potencialidades.

Vale a pena fazer algumas ações que levem a uma maior harmonização do grupo, podemos consultar especialistas na questão e também promover encontros de fortalecimento emocional das pessoas que participam da **REDE**, acredito devemos ter disponível alguns sites para nos ajudar.

[www.dinamicasvivencia.com.br](http://www.dinamicasvivencia.com.br)

Importante também definir alguns pontos como: planejamento estratégico e os planos políticos pedagógico e plano para mobilização de recursos, discutindo a sustentabilidade das nossas ações.



## Considerações finais

Bem, sem dúvida alguma os elementos que discutimos aqui se constitui num orientador para melhorarmos nosso conhecimento sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres, sabemos da importância histórica das Zungueiras e Ganhadeiras, mas temos que pensar em outras possibilidades para nossas meninas, isto é um desafio para a sociedade que quer ser democrática, temos que pensar em ações que possam ocorrer em várias partes da cidade, do país e do mundo visando diminuir as desigualdades entre homens e mulheres.

Trabalhar conjuntamente fortalece laços, otimiza tempo e nos torna mais fortes, vamos investir sobretudo no nosso empoderamento enquanto indivíduo e enquanto grupo. Afinal o espaço público é para ser utilizado por todos. Pensar em rodas de conversa, seminários, pequenas reuniões nas comunidades, bate-papos informais, reuniões itinerantes, imersões culturais e tantas outras possibilidades de ampliar nosso conhecimento como forma de nos aproximarmos, da condição de igualdade no mundo e de mais respeito para as mulheres negras onde quer que elas estejam.

Precisamos também pensar nas experiências de mulheres que superaram dificuldades e fizeram o enfrentamento a essas questões, criar elos de ligação identificando as Redes de mulheres nos seus diversos formatos é uma experiência muito interessante. Vamos iniciar com as nossas Redes e depois ampliar para outros países.

Percebemos que são muitas as questões a serem trabalhadas e ainda temos nossos conflitos pessoais e das organizações as quais pertencemos por falta de compreensão do papel da sociedade civil no processo democrático. As nossas organizações individualmente têm um ponto comum que é garantir os direitos das mulheres garantindo a implantação de equipamentos sociais, mas sabemos das dificuldades que elas têm. Muitas não estão legalizadas, não possuem espaço próprio, e vivem apoiadas em financiadores nacionais, estaduais, internacionais. É necessário pensar em sustentabilidade, em maneiras de se auto sustentar, para terem autonomia de atuação...

Bem, eu pensei que nós estávamos preparadas para atuarmos, mas,, temos muito que aprender juntas em **REDE**.

Podemos pensar em articular as ações com outras **REDES** existentes no Brasil e no mundo e assim socializar experiências exitosas e discutir mundialmente os problemas das mulheres de periferia que são inúmeros. É pensar no fortalecimento de cada mulher do grupo para minimizar os problemas de violência doméstica, de saúde mental, problemas de baixa escolaridade e tantos outros.

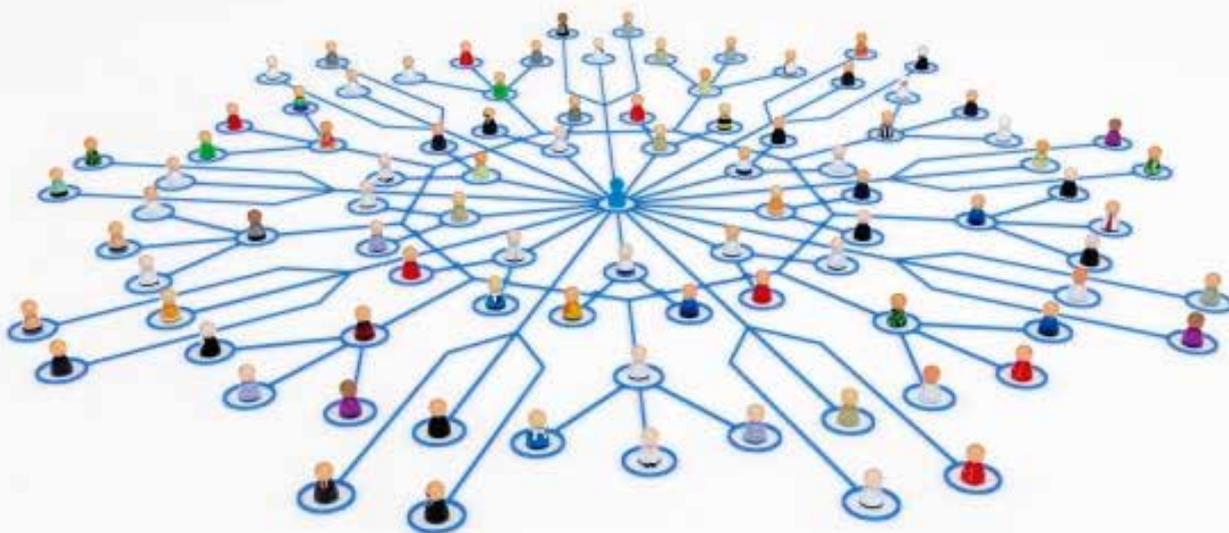
São muitas as Ganhadeiras e Zungueiras representada por Madalena de Benguela. Se houver união e foco vamos melhorar a vida das mulheres quem sabe podemos muito em breve dizer que unidas vencemos a sociedade machista, sexista e preconceituosa e fizemos valer a democracia participativa em favor daquelas que mais precisam, onde a sociedade civil em papel importante e determinante.

Vamos pesquisar:

[www.blogrededemulheres.blogspot.com](http://www.blogrededemulheres.blogspot.com)  
[www.redesaude.org.br](http://www.redesaude.org.br)  
[www.redealeluia.com.br/violencia-domestica](http://www.redealeluia.com.br/violencia-domestica)  
[www.rededemulheresnegrasonordeste.com.br](http://www.rededemulheresnegrasonordeste.com.br)  
[www.redeparadesenvolvimentodogenro.pt](http://www.redeparadesenvolvimentodogenro.pt)

Necessário também, pensar nas estratégias de cooperação entre as organizações para otimizar recursos, trocas de experiências exitosas, trocas culturais e educacionais entre muitas outras possibilidades. Podemos realizar intercâmbios com grupos de mulheres de outros países iniciando por aqueles de língua portuguesa, articulando encontros, oficinas e conferências. A mobilidade social e acadêmica pode se tornar uma realidade, unindo nossos esforços, em diversos continentes.

Eis o desafio TRABALHAR EM REDE, em prol dos direitos das mulheres no mundo.



Fonte: canaltech.com.br

## Referência

ACIOLI, Sonia REDES SOCIAIS E TEORIA SOCIAL: REVENDO OS FUNDAMENTOS DO CONCEITO, Inf.Inf., Londrina, v. 12, n. esp., 2007.

Castells, Manuel. e Cardoso Gustavo, (organizadores) A Sociedade em REDE do Conhecimento a Ação Política, . Anais da Conferência promovida pelo Presidente da República de Portugal entre 4 e 5 de Março de 2005. Disponível em:

[http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade\\_em\\_Rede\\_CC.pdf](http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf).

Acesso em: 12 de agosto de 2013.

Dagnino, Evelina (1994) "Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania". Em Evelina Dagnino (org.), Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil S.Paulo: Editora Brasiliense.

MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 3, n. 42, p.551-79, maio/jun. 2008.

<http://www.cgu.gov.br/acessoainformacaogov/direito-universal/index.asp>; Mendel, Toby, Liberdade de Informação: um estudo de direito comparado, 2ª edição, Brasília, UNESCO: 2009;

Brasil, CGU, <http://www.cgu.gov.br/acessoainformacaogov/direito-universal/index.asp>, acesso em 16.05.2012.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneos. 7ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Brasília Secretaria de Políticas para as mulheres, 2013, Disponível em [www.spm.gov.br](http://www.spm.gov.br) em 10 de agosto de 2013

